

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Wilson Silva Amorim

Samuel Pinheiro Guimarães e o Plano Brasil 2022

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo - SP

2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

Wilson Silva Amorim

Samuel Pinheiro Guimarães e o Plano Brasil 2022

Mestrado em Ciências Sociais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais: Política, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.

São Paulo - SP

2016

Banca Examinadora

Dedico este trabalho aos meus pais, Benvinda e Anfilópio, e, aos meus irmãos, Valter e Eunice.

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos, a qual foi fundamental para a elaboração e conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Inúmeros amigos contribuíram de forma direta ou indireta para a finalização deste trabalho. Mesmo que todos saibam do meu agradecimento, alguns nomes foram fundamentais e devem ser mencionados.

Primeiramente, o Professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, pela orientação, sugestões cobranças e, algumas vezes, pelas divergências.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP.

Aos colegas das atividades e estudos, ligados ao NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. De modo muito especial, companheiros como Cássia, Rui, Edilson, Cristiane, Paulo, Mayara, Carolina, Valter, Silvia, Camila e Patrick.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação Maria Angélica Borges (PUC-SP) e Cassiano Ricardo Martines Bovo.

Agradeço à minha querida amiga Aparecida Sueli Ferreira de Sá, pela grande ajuda na revisão do texto.

Um agradecimento especial aos meus pais, Anfilófilo (in memoriam) e Benvinda, além dos meus irmãos, Eunice (in memoriam) e Valter, por todo o apoio e estímulo que me deram sempre ao longo dos anos.

Finalmente agradeço à CAPES pela bolsa de estudos, que foi fundamental para a finalização deste trabalho.

Muito obrigado a todos!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo examinar: as relações entre as forças em luta no bloco no poder, no governo Lula, quando houve uma melhora relativa da inserção da grande burguesia interna; e as posições teórico-políticas de Samuel Pinheiro Guimarães Neto expressadas em seus dois principais livros (*Quinhentos anos de periferia* e *Desafios brasileiros na era de gigantes*) e na elaboração do Plano Brasil 2022

Palavras-chaves: Plano Brasil 2022, Samuel Pinheiro Guimarães, Governo Lula, Bloco no Poder.

ABSTRACT

This research aims to examine: the relationships between the struggling forces in the power bloc during the Lula government, when there was a relative improvement of the insertion of the grand bourgeoisie; and Samuel Pinheiro Guimarães Neto theoretical and political positions expressed in its two main books (*Quinhentos anos de periferia* and *Desafios brasileiros na era de gigantes*) and in the elaboration of the Brazil Plan 2022.

Key-Words: Brazil Plan 2022; Samuel Pinheiro Guimarães, Lula's Government, Power Bloc.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I	
O GOVERNO LULA.....	11
1.1 Bloco no poder.....	11
1.2 Governo Lula e a reorganização do bloco no poder.....	15
1.2.1 Configurações de classe no governo Lula.....	27
CAPÍTULO II	
O PENSAMENTO DE SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES.....	29
2.1 Samuel Pinheiro Guimarães: aspectos historiográficos.....	29
2.2 Duas obras fundamentais de Samuel Pinheiro Guimarães.....	33
2.2.1 <i>Quinhentos anos de periferia</i>	33
2.2.1.1 Principais conceitos e articulações.....	37
2.2.1.1.1 Estruturas hegemônicas de poder e Estados periféricos.....	37
2.2.1.1.2 Blocos econômicos.....	47
2.2.1.2 Metas para suplantarmos a condição periférica.....	48
2.2.2 <i>Desafios Brasileiros na era de gigantes</i>	49
2.2.2.1 Múltiplas vulnerabilidades.....	55
2.2.2.2 Visões estratégicas.....	56
2.2.2.2.1 Visão economicista.....	56
2.2.2.2.2 Visão política.....	63
2.3 A visão de Samuel Guimarães.....	71
CAPÍTULO III	
PLANO BRASIL 2022.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
ANEXOS.....	117
1 Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE.....	117
2 Tabelas e gráficos.....	130
3 As metas para o bicentenário.....	155

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo identificar a relação existente entre as mudanças ocorridas no bloco no poder durante o governo Lula e as posições teórico-políticas de Samuel Pinheiro Guimarães, expressas nos seus dois principais livros e, de modo mais complexo, no *Plano Brasil 2022*.

O capítulo 1 gira em torno do conceito de bloco no poder. Este se refere a unidade contraditória de classes e frações de classes, atentando para as disputas políticas que travam para que seus interesses específicos sejam atendidos pela política de Estado. Esta dissertação centrará o foco em uma única fração, que é a grande burguesia interna, pois sua posição foi redefinida para melhor durante o período desenvolvimentista do governo Lula.

Como este estudo se centra nos vínculos entre a produção teórico-política de Samuel Pinheiro Guimarães, especialmente no que se refere a seus dois principais livros e ao *Plano Brasil 2022*, com os interesses específicos da grande burguesia interna, e as relações internas ao bloco no poder, e como este autor/ator é um grande expoente do nacionalismo desenvolvimentista, sentimos a necessidade de diferenciar os dois períodos desenvolvimentistas, o “clássico” (1930-1980) e o do governo Lula, chamado, em geral, de neodesenvolvimentismo (as vezes, de social-liberalismo e de neonacional-desenvolvimentismo).

O segundo capítulo volta-se inteiramente a Samuel Guimarães. Inicia-se com alguns dados biográficos, percorrendo sobre sua trajetória profissional e acadêmica, além de parte significativa de sua produção intelectual.

Para um maior entendimento das posições teórico-políticas de Samuel Guimarães, faz-se uma análise de seus dois principais livros: *Quinhentos anos de periferia* e *Desafios brasileiros na era de gigantes*.

São dois livros escritos em momentos distintos, porém próximos cronologicamente. *Quinhentos anos de periferia*, publicado em 1999, se mostra como uma trincheira intelectual contra o *pensamento único* do neoliberalismo, expressão, no caso brasileiro, da política de Estado implementada pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Criticou a fraca presença do Brasil no cenário internacional, com a aceitação, pelo Estado brasileiro, das imposições advindas das estruturas hegemônicas de poder existentes neste âmbito. Opôs-se claramente ao Consenso de Washington e foi uma importante contribuição à vitoriosa campanha contra a ALCA. Trata-se de um livro antineoliberal não marxista. Defende maior intervenção estatal nas relações sociais, especialmente as econômicas, com ênfase na capacidade produtiva nacional.

O segundo livro, *Desafios brasileiros na era de gigantes*, foi escrito em um outro momento histórico, porém como já dito, próximo cronologicamente ao de *Quinhentos anos de periferia*. Foi publicado em 2005, no primeiro mandato do presidente Lula da Silva.

Nele há uma forte preocupação com os desafios de como tornar o Brasil em *Brasil potência*. De certa forma, é uma continuação do livro escrito em 1999, porém num tom bem mais otimista, dado o fato de que as forças políticas que sustentavam o governo anterior terem sido parcialmente substituídas pelas que deram sustentação ao governo Lula.

A preocupação referente a uma construção ideológica tipo *Brasil potência*, fica clara com a extrema preocupação com um desenvolvimento, em um plano mais específico, porém crucial, com a melhor qualidade dos gastos militares.

Na área internacional, a construção do projeto *Brasil potência*, passa por assegurar ao país um acento permanente no Conselho de Segurança da ONU, que é o real órgão de poder das Nações Unidas e, sob a liderança não hegemônica brasileira, criar e consolidar uma união política e econômica da América do Sul, que para Samuel Guimarães é o lugar do planeta mais estratégico para o Brasil. Sem isso, as possibilidades de projeção do país tornam-se altamente limitadas.

Essa liderança hemisférica é vista como condição necessária para mais força na tomada de posições nos grandes fóruns internacionais. O processo de conquista dessa liderança tem que ser permeado por uma relação de tratamento sem reciprocidade, dada a enorme disparidade, em todos os aspectos importantes, entre Brasil e o restante da América do Sul, podendo ser a porta de entrada para as empresas brasileiras nos mercados dos outros países do subcontinente.

Para a construção do projeto *Brasil potência*, o país terá que superar uma série de “vulnerabilidades”: econômica, ideológica/cultural, externa, tecnológica, política e militar.

No terceiro capítulo é analisado o *Plano Brasil 2022*. Elaborado por Samuel Guimarães, quando ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, a pedido do então presidente Lula, a função desse Plano era realizar um exercício de previsão de como será o mundo, a América do Sul e o Brasil no ano do bicentenário da Independência.

O Plano é dividido em três partes, que expõem o cenário internacional e nacional em 2022. Como veremos, ele tem uma construção desigual, representando um projeto em larga medida inacabado. Este aspecto importante do *Plano Brasil 2022* também será examinado no terceiro capítulo.

CAPÍTULO I

O GOVERNO LULA

Neste capítulo, analisar-se-ão algumas das mudanças das políticas de Estado, adotadas durante o governo Lula, muitas das quais, com um claro viés neodesenvolvimentista – políticas desenvolvimentistas que não são antagônicas em relação às políticas neoliberais adotadas em governos anteriores e no próprio governo Lula.

A primeira parte do capítulo aborda o conceito de bloco no poder, elaborado por Nicos Poulantzas a partir da leitura crítica e fecunda das obras de Marx, especialmente as análises históricas, além dos escritos de outros autores marxistas.

Na parte seguinte, analisa-se o governo Lula, no qual Samuel Guimarães trabalhou ativamente, tanto como Secretário Geral das Relações Exteriores, como ministro da Secretaria de Assuntos Estratégico.

O capítulo, se encerra com uma pequena análise de como se estruturou o bloco no poder durante os governos Lula.

1.1 Bloco no poder

Nicos Poulantzas, em *Poder político e classes sociais*, conceitua bloco no poder como “unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular de Estado capitalista (POULANTZAS, 1977, p. 229) (grifos no original) ”.

O bloco no poder é uma unidade complexa com dominante. Em geral, existe, no seu interior, uma classe ou fração hegemônica, que é o elemento dominante nesta unidade contraditória. Em determinados períodos, a inexistência de classe ou fração hegemônica pode configurar uma crise de hegemonia no interior do referido bloco.

As relações no interior do bloco no poder não constituem uma repartição igualitária, até porque, neste caso, a dimensão política não pode ser negligenciada:

A relação entre o Estado capitalista e as classes e frações dominantes funciona no *sentido da sua unidade política sob a égide de uma classe ou fração-hegemônica*. A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política. (Ibidem, p 234) (grifos no original)

A constituição de uma classe ou fração hegemônica - se processa de forma diferente, de acordo com o lugar onde é aplicado o exercício dessa hegemonia. No bloco no poder, no qual só atuam as classes e frações dominantes, a fração ou classe hegemônica, tem a função de coordenar o interesse geral, ou seja, organizar o lugar de exploração que estas classes ou frações detêm no processo de produção. Já, em relação ao conjunto da formação social, ocorre uma interação hegemônica, não só com as classes e frações dominantes, mas com as demais classes dominadas, que estão fora do bloco no poder. O interesse geral é determinado e dependente, da função ideológica da fração hegemônica:

(...) O processo de construção da hegemonia de uma classe ou fração difere, consoante essa hegemonia se exerce sobre as outras classes e frações dominantes – bloco no poder -, ou sobre o conjunto de uma formação, inclusive, portanto, sobre as classes dominadas. Esta diferença intercepta a linha de demarcação de lugares de dominação e subordinação que ocupam as classes sociais em uma formação. O interesse geral, que a fração hegemônica representa em relação às classes dominantes, repousa, em última análise, no lugar de exploração que elas detêm no processo de produção. O interesse geral que esta fração representa em relação ao conjunto da sociedade, em relação, portanto, às classes dominadas, depende da função ideológica da fração hegemônica. Podemos, contudo, constatar que a função de hegemonia no bloco no poder e a função de hegemonia com relação às classes dominadas *se concentram, regra geral, em uma mesma classe ou fração* (POULANTZAS, 1977, p. 234-235) (grifos no original).

A concentração, da dupla função de hegemonia de uma classe ou fração, inscreve-se no jogo de poder, que envolve diretamente, uma relação de força, entre as instituições do Estado capitalista. Esse jogo de poder depende, para a sua realização, da correlação de forças, existente na conjuntura das forças sociais (POULANTZAS, 1977).

Todavia, existe, segundo Poulantzas (1977), a possibilidade, dado o grau de estruturação das forças sociais, de ocorrerem defasagens, dissociações e deslocamentos das funções de hegemonia, em classes e frações diferentes, na qual, uma representa a fração hegemônica no conjunto da formação social e outra e a fração hegemônica apenas do bloco no poder. Esta defasagem tem grande implicação no plano político.

Em termos genéricos, o bloco no poder tem a seguinte configuração:

Corresponde a uma forma de Estado em um estágio, depende da combinação concreta de três fatores importantes: 1) da classe ou fração que nele detém concretamente a hegemonia; 2) das classes ou frações que nele participam; 3) das formas que esta hegemonia assume; por outras palavras, da natureza das contradições e da relação concreta entre as forças no bloco no poder. Um deslocamento de índice de hegemonia do bloco de uma classe, ou fração, para outra, uma modificação importante da sua composição - saída ou entrada de uma classe ou fração -, ou deslocamento da contradição principal ou do aspecto principal da contradição de classes, por um lado,

entre o bloco no poder, e, por outro, as outras classes e frações, ou no próprio interior do bloco no poder, podem corresponder, conforme o efeito concreto de sua combinação, a uma transformação da forma de Estado. É evidente que a *configuração típica* de um bloco no poder determinado depende da conjuntura, isto é, da *combinação concreta* dos fatores assinalados; ela oferece-nos, em todo o caso, um quadro de decifração das relações de classes típicas de um *estágio* de uma formação determinada, ao assinalar os *limites* desta tipicidade. No interior dos limites fixados por esse estágio, constatamos uma série de variações das relações de classe, modificações do bloco no poder, que põem, contudo, em questão a sua configuração típica e a forma de Estado correspondente. (Ibidem, p. 237) (grifos no original)

Em suma, Poulantzas (1977) quer dizer que o bloco no poder é composto pelas classes e frações de classes dominantes, que constituem uma unidade contraditória que se deve, fundamentalmente, às disputas que travam pela preponderância na definição da política de Estado. Quando uma classe ou fração de classe conquista essa preponderância, ela se torna hegemônica no interior do bloco no poder. Por outro lado, existem períodos de crise de hegemonia, ou seja, marcados pela ausência de uma classe ou fração que detenha claramente esta preponderância. O conceito de bloco no poder fica bem claro na seguinte passagem:

Quanto ao terreno da *dominação política*, este se encontra igualmente ocupado não por uma só classe ou fração de classe, mas por várias classes e frações de classe dominantes. Essas classes e frações constituem, nesse terreno, uma aliança específica, o *bloco no poder*, funcionando em regra geral sob a direção de uma das classes ou frações dominantes, a classe ou fração *hegemônica*. Essa classe ou fração, que pode, aliás, não se identificar com aquela que detém a preponderância na dominação econômica, *é também variável* segundo as etapas: pode ser a burguesia industrial, a burguesia comercial ou a bancária. Isso depende das voltas e das etapas concretas da luta de classes. (POULANTZAS, 1975, p. 99) (grifos no original)

O Estado capitalista é atravessado por contradições internas, decorrente da dominação política de várias classes e frações de classe. O maior peso, no tocante ao atendimento de seus interesses de classe é dado à classe ou fração hegemônica, que pode ser mudada ao longo do tempo. Todavia, estas contradições, exceto em situação de profunda crise da dominação de classe, não exclui a unidade política e a coesão do aparelho estatal.

O Estado assume uma autonomia relativa, face à classe ou fração de classe hegemônica e também às outras classes ou frações de classe dominantes, alojadas no bloco no poder. Isso ocorre porque, de um lado o Estado capitalista é o agente que assegura o interesse político geral do conjunto das classes e frações no bloco no poder, sempre sob determinação delas, com vistas, a garantir uma organicidade dentro desse bloco, que é mantido por certo equilíbrio instável de compromisso entre as diversas classe e frações dominantes que o compõe. Por outro lado, esse mesmo Estado tem a função de organizar a hegemonia existente dentro do bloco no poder em relação ao conjunto da formação social, ou seja, o Estado normatiza e assegura a dominação de

classes, das classes dominantes – pertencentes ao bloco no poder – em relação às classes e frações dominadas - fora do bloco no poder -.

A autonomia do Estado é respaldada pela:

(...) "*separação*" relativa do político e do econômico próprio ao capitalismo, e que não se prende de forma alguma à natureza intrínseca "da instância estatal ou política" como tal, mas está relacionada com a separação e despossessão dos produtores diretos de seus meios de produção que especificam o capitalismo, sendo somente, sob esse aspecto, a condição necessária ao papel do Estado capitalista na *representação* de classe e na *organização* política da hegemonia. (Ibidem, p. 104) (grifos no original)

Ao estudar o processo de internacionalização do capital imperialista sob a égide do capital estadunidense, nas décadas que se seguiram à Segunda Grande Guerra, Poulantzas (1975), detectou importante feito da reprodução deste capital imperialista predominante no interior de formações sociais imperialistas secundárias, com as da Europa Ocidental. Nestas situações as burguesias enraizadas nestas formações sociais adquiriam características muito distintas das antigas burguesias nacionais. Tornavam-se bem mais fragmentadas, heterogêneas e incapazes, enquanto tais, de travarem uma luta antiimperialista, o que as distinguiu das burguesias nacionais. Às voltas com esta importante descoberta, Poulantzas cunhou o conceito de burguesia interna, a qual também se constitui em formações sociais dependentes nas quais também o capital imperialista internalizou seu processo de reprodução ampliada. É o caso da formação social brasileira, onde também se constitui a burguesia interna, em geral mais frágil do que as que existem nas formações sociais marcadas pela “nova dependência”. Ou seja, mais frágeis do que, por exemplo, a burguesia interna francesa ou alemã.

Neste sentido, Poulantzas (1975), diferencia a burguesia interna da burguesia compradora, que, sem base própria de acumulação funciona como correia de transmissão dos interesses do capital imperialista¹; e da burguesia nacional, que tem a tendência a se jogar, mesmo que de modo vacilante, em uma luta antiimperialista.

A burguesia interna comporta-se não em oposição ao capital imperialista, do qual tem apoio ou menor dependência, porém de forma contraditória, necessita de que o Estado crie políticas protecionistas, que visem a protegê-la da concorrência internacional e chega a ter momentos de conflito com o capital imperialista, pois a grande fonte de acumulação centraliza-se na formação social nacional.

¹ Décio Saes prefere recorrer ao conceito de burguesia associada, já utilizado antes por Peter Evans (Saes, 2014:114).

O grande capital nacional, empresas estatais e, ocasionalmente empresas multinacionais formam a grande burguesia interna. Reúne em sua composição diversos setores, como: agronegócio, construção civil, indústria manufatureira, empresas estatais, mineradoras entre outros. (BERRINGER, 2014)

As políticas econômicas, externa – onde Samuel Guimarães teve ativa participação - e social do Governo Lula contemplaram em muito os interesses desta burguesia interna, o que contribuiu para melhorar a posição dela no bloco no poder, diferentemente do ocorrido no Governo Fernando Henrique, no qual além da grande burguesia bancário-financeira, hegemônica, as outras grandes contempladas foram a burguesia associada e o capital imperialista, via um projeto neoliberal de consideráveis privatizações e abertura comercial. Esses aspectos são examinados, de forma mais detida, na próxima seção.

1.2 Governo Lula e a reorganização do bloco no poder

Segundo Boito Jr. (2005), no Brasil, durante o governo Lula ocorreu um processo de ascensão política da grande burguesia interna, que na verdade, nunca esteve fora do poder. A grande burguesia interna brasileira é formada pelo grande capital nacional, exemplificado pelo agronegócio de grande porte, os grandes bancos, as grandes indústrias, as grandes mineradoras, as grandes empreiteiras etc. Ou seja, convém destacar que a pequena e média burguesia não fazem parte da grande burguesia interna.

Novamente citando Boito Jr. (2005), que aponta como agente iniciador desse processo, a transição, em 2002, da era Fernando Henrique² para a de Lula, reforçada em 2006, pelo segundo mandato de Lula, que tornou mais evidente a ascensão dentro do bloco no poder da grande burguesia interna. Essa ascensão política e econômica foi expressa, no período, pela política chamada neodesenvolvimentista.

O neodesenvolvimentismo³ é uma forma de política desenvolvimentista possível dentro do capitalismo neoliberal de cunho periférico. Esse sufixo "neo" tem como fim diferenciar da

² Dada a política neoliberal implementada pelo governo Fernando Henrique, as posições privilegiadas dentro do bloco no poder eram ocupadas pela grande burguesia bancário-financeira, que era hegemônica, a burguesia associada e o capital imperialista. As políticas liberais impactaram negativamente, no período Fernando Henrique, no posicionamento, dentro do bloco no poder da grande burguesia interna. O principal das políticas liberais no período, eram compostas pelo controle inflacionário, via Plano Real e as privatizações, colocadas em PETRAS; VELTMEYER (2001).

³ Para um melhor entendimento sobre desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo, inclusive os debates recorrentes, ver: ALMEIDA (2012 a), BRESSER-PEREIRA (2006), BRESSER-PEREIRA (2009), CUNHA; FONSECA; BICHARA (2013), LAMOSO (2012), OLIVA (2003), RAICHELIS (2014), SALLUM (1999), SALLUM (2008), SAMPAIO JR. (2012), SCHUTTE (2011), SOCSÚ; RENAUT (2005).

antiga política desenvolvimentista, que ficou caracterizada nos anos JK. O antigo desenvolvimentismo foi bem marcante no Brasil, no período que vai de 1930 a 1980, com várias graduações que vão do desenvolvimentismo ligado a um Estado democrático até o ligado a um Estado ditatorial, como o das gestões Costa e Silva, Médici e Geisel⁴.

O neodesenvolvimentismo da era Lula, é marcado por três características que colocam a grande burguesia interna numa aliança de compromisso com o capital financeiro (Ibidem).

Como primeira característica, há um processo de crescimento econômico com índices muito menores do que os realizados durante o período desenvolvimentista (1930 – 1980)⁵, pois este, o crescimento no período neodesenvolvimentista, foi limitado pela acumulação financeira, ou seja, o volume de capital necessário advindo de poupança ou empréstimo (Ibidem).

Esse baixo crescimento econômico relativo, contribuiu para aumentar o peso da dívida líquida do setor público, em relação às receitas do Estado (tabela 1 do anexo). A dívida pública líquida foi elevada também, por uma alta taxa de juros (tabela 3, gráfico 3, ambos do anexo), praticada pelo Banco Central, como forma de controlar o nível de atividade econômica, para impedir o aumento da inflação. Já em relação ao PIB, a dívida pública total teve um comportamento de queda, muito em função da política de superávits primários⁶ e do crescimento do PIB. Esses fatores combinados criaram um ambiente de certa inibição do investimento público, impactando de forma negativa no grau de crescimento econômico, tornando-o, na média, bem menor do que no período desenvolvimentista.

Nas tabelas 1 a 6 do anexo, assim como nos gráficos 1 a 6, também do anexo, mostram que no período dos dois governos Lula houve um aumento de 58% da dívida líquida do setor público, porém dado o crescimento do PIB, a dívida pública total em relação ao PIB, teve uma diminuição de 37,98%, no que se refere ao primeiro ano do governo Lula, passando de 59,84 do PIB em janeiro de 2003 para 37,97 do PIB em dezembro de 2010, último mês de governo. Estes dados mostram, aliados ao comportamento das taxas de juros no parágrafo seguinte, que houve um aumento dos gastos públicos, ao qual por sua vez impulsionou as atividades ligadas à grande burguesia interna. Ambos, aumento dos gastos públicos e aumento da atividade produtiva, impulsionaram o mercado interno, impactando positivamente no crescimento da economia, diminuindo assim a dívida pública em relação ao PIB. Vemos aqui, que as políticas do Estado beneficiaram a grande burguesia interna.

⁴ Ver: BANDEIRA (1988).

⁵ Ver tabela 5 do anexo.

⁶ O superávit primário refere-se ao saldo positivo das contas do governo, entre despesas (excetuadas as despesas financeiras) e receitas, expressas pela arrecadação. Esse saldo é usado para pagar os juros da dívida pública.

A taxa de juros Selic (tabela 3, gráfico 3, ambos do anexo) foi mantida alta, mesmo com um movimento declinante, que ocorreu em parte do primeiro e metade do segundo ano da primeira gestão Lula, para logo em seguida apresentar um movimento de subida. O valor máximo foi atingido em 2005, porém ficou em um patamar inferior ao início do governo Lula. Passado esse momento, a taxa Selic cai, de forma mais lenta, com leve oscilação de alta durante a crise mundial de 2008, para depois retomar a tendência de queda.

No período do governo Lula, a taxa de juros média foi de 17,48, considerada muito alta. Foi um fator importante de transferência de renda para as classes rentistas – mostrando que a hegemonia dentro do bloco no poder foi da grande burguesia bancário-financeiro -, que limitou o crescimento econômico, principalmente em relação ao período desenvolvimentista, como visto na tabela 5 e no gráfico 5, ambos do anexo, que mostram de forma nítida mostra que a taxa média de crescimento da economia no período neodesenvolvimentista ou o que Almeida (2012 a) denomina neonacional-desenvolvimentista, é bem inferior ao ocorrido no período desenvolvimentista, que termina em 1980. Isso ocorreu apesar do crescimento do PIB no período *lulista* ter se comportado, de forma geral, com um viés de alta, em praticamente todo o período, a exceção do período imediatamente ligado à crise mundial de 2008, que mesmo assim apresentou leve queda de 0,2% no PIB.

Há que se destacar, que na média, as taxas de juros praticadas no governo Lula foram inferiores as praticadas no governo Fernando Henrique, possibilitando, mesmo que de forma limitada, que a grande burguesia interna pudesse aumentar o seu nível de investimentos, dado um maior mercado interno, aliado à maiores e reordenados gastos governamentais – via direcionamento das compras governamentais para produtos produzidos internamente -, em relação ao período Fernando Henrique, aumentando assim, a possibilidade do econômico interferir positivamente no posicionamento político, no bloco no poder.

O segundo ponto que caracteriza o período neodesenvolvimentista, ou em Bresser-Pereira (2009), novo desenvolvimentismo, é que ocorreu uma espécie de especialização regressiva⁷ - fato esse que não tem aceitação geral -, imposta aos países dependentes, que tiveram anteriormente êxito em desenvolver um parque industrial, como por exemplo, o Brasil (BOITO JR.; GALVÃO, 2012).

Neste quadro, o neodesenvolvimentismo apresenta um viés de desindustrialização, que numa das abordagens, significa perda da participação relativa do setor industrial com relação à formação do PIB. Em outro parâmetro, a desindustrialização refere-se ao processo de

⁷ Ver: FURTADO (2008), GUIMARÃES (2012).

elevação das importações de produtos industriais em relação ao PIB, levando a uma redução do parque industrial instalado. Por fim, a desindustrialização pode surgir numa conjuntura diferente das duas anteriores, expressando outro contexto, qual seja, o de que, países iniciam um processo de superação da fase de produção industrial para avançarem rumo à dianteira da economia do conhecimento, utilizando-se para isso, dos conhecimentos adquiridos nos setores de ciência e tecnologia (KLIASS, 2010). O processo mais nítido, no caso brasileiro, no governo Lula, foi o primeiro e o que menos ocorreu foi o último (DIEESE, 2011). Tal fato se deve ao grau de desenvolvimento dos setores ligados à ciência e tecnologia. Problemática essa, analisada por Samuel Guimarães, no que concerne principalmente às vulnerabilidades econômicas e externa, militar e tecnológica.

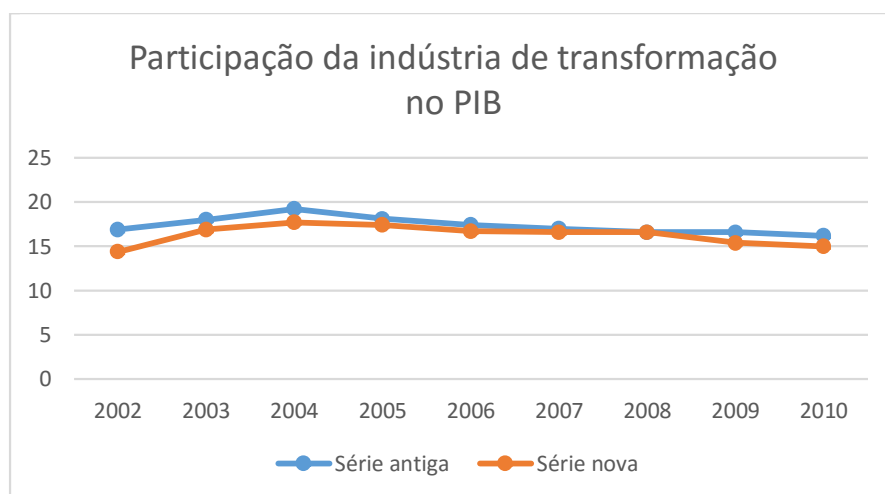
O relatório do DIEESE, acima mencionado, coloca que a desindustrialização pode implicar em aumento das vulnerabilidades, tecnológica, externa e econômicas, como demonstra a seguinte passagem:

Para países como o Brasil, além de deixar de gerar empregos qualificados, a diminuição do peso da indústria cria uma dependência perigosa, uma vez que todos consomem produtos industriais com mais qualidade e em quantidades cada vez maiores. O consumo de produtos industrializados cresce com o crescimento da renda da população. A elasticidade-renda por produtos industriais é superior à elasticidade por produtos primários. Uma nação, que sem completar seu círculo industrial, vê a indústria de transformação perder espaço para outros setores, principalmente os serviços, pode, em médio prazo, enfrentar graves problemas no setor externo, com crescentes déficits em conta corrente e conviver com reduções na geração e na qualidade dos empregos (DIEESE. 2011, p. 5).

Conforme gráfico abaixo, a participação da indústria de transformação na formação do PIB teve uma elevação no início do governo Lula, para logo em seguida apresentar um quadro de declínio.

Tabela 1.1

Participação da indústria de transformação no PIB - Brasil (em %)

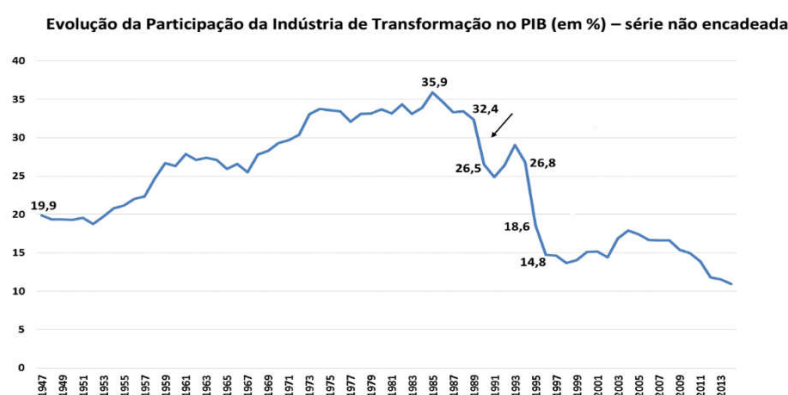


FONTE: IBGE: Elaboração: Depecon – FIESP (FIESP/CIESP, 2015)

No gráfico a seguir, fica bem claro que o nível de participação da indústria de transformação no PIB, no período neodesenvolvimentista, é bem inferior ao do período desenvolvimentista. Isto se deve ao fato de que, a gestão Lula partiu de uma base industrial bem menor, em virtude da crise da dívida externa dos anos 80 e, principalmente, pela implantação de uma política neoliberal, pelos governos Collor e Fernando Henrique, em que se aplicou uma política econômica, que resultou em desindustrialização muito mais forte que a do governo Lula, em virtude da abertura econômica (BATISTA JR, 2005).

Gráfico 1.1

Evolução da participação da indústria de transformação no PIB (%)



FONTE: IBGE: Elaboração: Depecon – FIESP (FIESP/CIESP, 2015).

Além do processo de desindustrialização, o neodesenvolvimentismo, do período Lula, como já dito, imprimiu uma especialização regressiva⁸, expressa em um processo de concentração na formação do PIB, pelos setores agrícolas, pecuários, minerais e de industriais de baixa densidade tecnológica. Essa especialização produtiva foi um dos fatores que imprimiu uma diferenciação com o antigo desenvolvimentismo, que buscava alternativas de inserção na divisão internacional do trabalho, usando para isto, uma política própria de industrialização – que era a industrialização realizada pela substituição de importações⁹ -, além disso, o desenvolvimentismo promoveu a atração do capital produtivo, visando internalizar setores produtivos mais sofisticados, a exemplo do ocorrido na indústria de base, bens de consumo durável, bens de capital, indústria aeronáutica, informática, indústria bélica, etc. (BOITO JR.; GALVÃO, 2012).

O modelo neodesenvolvimentista do governo Lula¹⁰, centrou forças em desenvolver um grupo de empresas, ligadas à grande burguesia interna¹¹, as quais eram as maiores e mais fortes de cada setor, tornando-as, em renomadas empresas nacionais, com projeção inclusive, internacional, como a Gerdau, Embraer, Brazil Foods, Vale do Rio Doce, Friboi, Votorantim etc., todas ligadas a produtos de baixo valor agregado¹² – no caso, exceto a Embraer. O fortalecimento dessas empresas, foi uma consequência de uma melhora política da grande burguesia interna, que implicou que seus interesses específicos de classe foram melhor atendidos pelas políticas de Estado. Isso ajudou na ocorrência de um processo de concentração e centralização¹³, nas mãos dessa fração de classe.

Este modelo oportunizou ao Brasil que detivesse em 2010, último ano do governo Lula, metade das quinhentas maiores empresas da América Latina, segundo a revista Fortune (vide tabelas 8 e 9 do anexo).

O neodesenvolvimentismo do governo Lula voltou-se mais ao mercado externo, porém não deixou de lado o mercado interno¹⁴, ou seja, para a criação de produtos exportáveis,

⁸ Especialização regressiva, é centralizar a matriz produtiva em produtos de baixo valor agregado, como produtos agrícolas, minerais e industriais de baixo componente tecnológico, em detrimento dos produtos industriais de alto valor agregado.

⁹ Ver: Fonseca (2003).

¹⁰ Ver: ALMEIDA (2011), ANDERSON (2011), BIANCARELLI (2014), BOITO JR. (2006), ERBER (2011), FILGUEIRAS; GONÇALVES (2013), MARTINS (2007), NOVELLI (2010).

¹¹ Ver: BERRINGER (2012), BERRINGER (2014), BOITO JR.; BERRINGER (2013), BOITO JR.; ROJAS (2008), PINTO (2010).

¹² Valor agregado, nesse caso, refere-se a soma dos processos e atividades que são agregados na produção de um produto ou serviço, os quais os valorizam em relação ao que eram antes desse processo.

¹³ Concentração do capital refere-se ao aumento do volume de capital e centralização refere-se a união dos vários capitais num só, onde há absorção de um pelo outro.

¹⁴ Ver BIANCARELLI (2014).

comparado com o modelo de desenvolvimento ligado ao período desenvolvimentista, até porque foi uma época – período neodesenvolvimentista - de grande demanda internacional, por produtos de baixo valor agregado, contribuindo para um aumento significativo da participação desses produtos na pauta de exportações brasileiras, colaborando assim, de forma decisiva, para a ascensão de grandes empresas produtoras de *commodities*, tanto agrícolas, industriais, como minerais, ligadas à grande burguesia interna¹⁵.

Novamente em relação ao comércio exterior, o neodesenvolvimentismo do governo Lula, aplicou um estímulo maior às exportações do que no período Collor e Fernando Henrique, dado que, principalmente na gestão Fernando Henrique, as importações foram utilizadas como elemento básico na política de controle inflacionário¹⁶. Já para o governo Lula, a melhora do saldo comercial, foi utilizada como forma de aumentar as reservas internacionais, com a intenção de diminuir a vulnerabilidade externa (vide os gráficos 10, 12 e tabela 11 do anexo).

Não se pode esquecer que parte significativa da melhora da situação internacional do Brasil, deve-se em muito, a atuação ativa do Itamaraty¹⁷, onde, Samuel Guimarães, no período analisado, ocupou uma posição de destaque, como Secretário Geral, abrindo novos mercados para o Brasil, na África, América do Sul e outros países em desenvolvimento, porém o fator decisivo foi o aumento da demanda chinesa no cenário internacional, a qual beneficiou preferencialmente a grande burguesia interna, por esta produzir principalmente produtos de baixo valor agregado, que eram os principais itens da pauta de exportações para a China.

A atuação da política externa do governo Lula¹⁸, chamada por Celso Amorim de “ativa e altiva”, diferentemente da praticada por Fernando Henrique¹⁹, foi marcada por um dinamismo expresso nas centenas de viagens e visitas bilaterais do chefe de governo e de seu chanceler, além da forte participação, executiva e técnica, em praticamente todos os foros com relevância. As iniciativas nesta área centraram-se nas negociações internacionais, tendo em vista a construção de uma ativa coordenação política com atores importantes da política internacional, centrando no que Samuel Guimarães chama de grandes Estados periféricos, como Índia, África do Sul e China, além dos países sul-americanos (ALMEIDA, 2004), como base para a construção de um mundo multipolar e aumentar a influência decisória do Brasil, para enfrentar

¹⁵ Ver: BERRINGER (2012), BERRINGER (2014).

¹⁶ Ver: BERRINGER (2014), MESQUITA (2013), NEGRÃO (1996).

¹⁷ Ver: MATHIAS (2011), MELLO (2000), MENEZES (2006), MESQUITA (2013), MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (1995), MIYAMOTO (2011), SARAIVA (2013).

¹⁸ Sobre a política externa do governo Lula ver: ALMEIDA (2003), ALMEIDA (2004), AMORIM (2005), AMORIM (2010), AMORIM (2013), AYERBE (2009), BANDEIRA (2004), BERRINGER (2014), HONÓRIO (2012), LUCE (2007), MIYAMOTO (2011), ONUKI (2006), PECEQUILLO (2008), SARAIVA (2013), SPOSITO (2012), VIGEVANI & CEPALUNI (2007).

¹⁹ Ver: LAMPREIA (1998), PINHEIRO (2004), ALBUQUERQUE (2002).

as várias disparidades e vulnerabilidades, dentre elas, a política, econômica, tecnológica e a externa, pois, segundo Samuel Guimarães:

(...) a política exterior somente faz sentido se contribuir para enfrentar os desafios das disparidades, das vulnerabilidades, da construção do potencial da sociedade brasileira e do fortalecimento da democracia (GUIMARÃES, 2005, p. 439).

Segundo Samuel Guimarães, estrategicamente, a atuação da política externa do governo Lula teve como ponto nodal a construção de um mundo multipolar, mais democrático, onde possa haver maior justiça e prosperidade, tendo em vista, o enfrentamento dos grandes desafios domésticos ligados a superar um ambiente de grandes disparidades e vulnerabilidades, explicadas no capítulo 2, num entrelaçamento com as políticas externa e interna (GUIMARÃES, 2005).

O que distingue a política externa do governo Lula com relação a de seus antecessores é o ativismo simbolizado pelo enorme programa de diplomacia presidencial²⁰, com um também ativo círculo de contatos, encontros, viagens de trabalho e conversações feitas pelo chanceler e, de forma inédita para os padrões históricos do Itamaraty, pelo próprio Secretário-Geral das Relações Exteriores. Samuel Guimarães, nesta função, (2003 – 2009), assim como o ministro Celso Amorim no Ministério das Relações Exteriores (2003–2011), conduziram a política externa brasileira numa das fases mais dinâmicas desta, contribuindo para o aumento do prestígio internacional do país.

No tocante ao conteúdo, a política externa do período neodesenvolvimentista do governo Lula, caracterizou-se por uma postura mais assertiva, com ênfase na defesa da soberania nacional e dos *interesses nacionais*, além da construção de alianças que priorizaram as relações Sul-Sul, em especial, a construção da interligação da América do Sul e do MERCOSUL²¹, sempre, em consonância, com o exposto nas duas obras principais de Samuel Guimarães.

Essa política externa, norteadada pelos valores de redução das disparidades e vulnerabilidades, tem uma atitude extremamente crítica em relação à chamada globalização²² e à abertura comercial. Veja-se, por exemplo, a forma como foram geridas as negociações no

²⁰ Ver: BERRINGER (2014), MESQUITA (2013).

²¹ BANDEIRA (2003), CULPI; PEREIRA (2014), GUIMARÃES (1999), ONUKI (2006), RICUPERO (2012), ROCHA (2012), SABATINI (2013), SANTOS (2014).

²² Sobre globalização ver: BECK (1999), CHOMSKY (2002), DUMÉNIL & LEVY (2004), DUMÉNIL; LEVY (2014), FIORI (1995), GIDDENS (2006), HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES (2005), HARVEY (2011), SANTOS (1994), SANTOS (2001).

governo Lula contra a implantação da ALCA²³, relatadas por Amorim (2013). Houve um grande empenho em desenvolver mecanismos de acesso aos mercados desenvolvidos, preservando por outro lado, mecanismos de favorecimento a países em desenvolvimento, além de, o país não se engajar em iniciativas de liberalização que pudessem representar qualquer comprometimento na capacidade de estabelecer políticas no âmbito nacional ou setoriais de desenvolvimento e de autonomia tecnológica. Aqui temos uma das molas mestras do pensamento de Samuel Guimarães, que é o combate a vulnerabilidade tecnológica, que está na raiz de desequilíbrios e vulnerabilidades políticas, militares e econômicas.

Para combater a vulnerabilidade expressa pela fragilidade financeira externa, o governo Lula empenhou-se na política de implementação de saldos comerciais positivos, para que não se aprofundasse a dependência de capitais estrangeiros, no intuito de resolver problemas ligados a balança de pagamentos²⁴. Também, nas áreas econômica e política, buscou-se estabelecer uma maior cooperação e integração com os grandes Estados periféricos, em especial os BRICS²⁵, além de outras potências médias e o seu entorno, representado pelos demais países da América do Sul.

Na órbita política, a política externa implementada pela dupla Amorim / Guimarães, tinha como meta um aumento da capacidade brasileira de poder atuar com mais força no plano global, para isso, desempenharam um trabalho ativo no sentido de realizar um desejo de ocupar uma das vagas, que possivelmente seriam abertas, para acento permanente no Conselho de Segurança da ONU – posição já defendida em *Quinhentos anos de periferia* e expressada numa das metas no *Plano Brasil 2022*.

Outro fator que diferencia o neodesenvolvimentismo do governo Lula²⁶ e o neoliberalismo²⁷ dos governos Collor²⁸ e Fernando Henrique²⁹ é que as políticas liberais aplicadas nestes últimos tinham como característica a manutenção e ampliação de uma elevada

²³ Sobre a ALCA, ver: AMORIM (2003), BATISTA JR. (2002), BATISTA JR. (2003), CORTES (2004), GUIMARÃES (1999), GUIMARÃES (2002), GUIMARÃES (2002 a), GUIMARÃES (2011), JAKOBEN; MARTINS (2002), OLIVEIRA (2003), PINTO; GUIMARÃES (2005), SANTANA (2001), SILVA (2008), SUMMIT OF THE AMERICAS (1994).

²⁴ Balanço ou balança de pagamentos representa o instrumento contábil pelo qual faz-se a representação das relações comerciais de um país. Nele é registrado monetariamente o que entra e o que sai, na relação com o restante do mundo, nas transações que envolvem importação e exportação de produtos, serviços, capital financeiro, além de transferências comerciais.

²⁵ O BRICS é formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

²⁶ Ver: ALMEIDA (2012), BOITO JR. (2012), BOITO JR.; BERRINGER (2013), LAMOROSO (2012), RAICHELIS (2014), SAMPAIO JR. (2012), SCHUTTE (2012).

²⁷ Para entender a ascensão do neoliberalismo ver: ARCEO (2006), ARRIGHI (1996), BERNSTEIN; MILZA (2007), CHOMSKY (2002), CROZIER; HUNTINGTON; WATANUKI (1975); DUMÉNIL; LÉVY (2004), DUMÉNIL; LÉVY (2014), FRIEDMAN (1985), HARVEY (2007), HARVEY (2011), MARTINS; VALENCIA (2001), MARTUSCELLI (2013), MÉSZÁROS (2011), STIGLITZ (2008).

²⁸ Ver: MARTUSCELLI (2013).

²⁹ Ver: CAVALCANTE (2012), NEGRÃO (1996), PETRAS; VELTMEYER (2001), PINTO (2012).

concentração de renda, como resultante das políticas neoliberais implementadas. Já no governo Lula houve uma queda da concentração de renda, muito em função das políticas sociais implementadas por esse governo, mas também porque no período ocorreu uma série de aumentos salariais conseguidos por diversas categorias, tanto em processos de negociação, como de resultado de greves, além de que houve um ganho de renda para as pessoas mais pobres, principalmente no espectro de até um salário mínimo e meio, como aponta Porchmann (2012). Na tabela 10 e no gráfico 9 do anexo, pode-se visualizar um elevado coeficiente de Gini³⁰ no Brasil, porém, com acentuada queda no período neodesenvolvimentista³¹.

A diminuição da concentração de renda no governo Lula, e a ampliação do emprego formal, mesmo que, de empregos que pagavam até um e meio salário mínimo (Ibidem), contribuiu também para o aumento do mercado consumidor. Aqui temos uma das mais importantes características de um grande Estado periférico, para Samuel Guimarães, que é a possibilidade de ter um grande mercado interno, que viabiliza uma série de escalas produtivas e de investimento em tecnologia -, principalmente o ligado a produtos gerados pela grande burguesia interna – novamente o Estado implementando políticas que beneficiaram essa fração de classe. Esse aumento de consumo, além dos mecanismos apontados, foi estimulado por uma política expansionista do crédito, a despeito de ser mantida uma política de juros altos. O efeito disso, novamente foi o aumento do mercado consumidor, que impactou positivamente nas taxas de crescimento do PIB, mesmo que em valores menores aos apresentados no período desenvolvimentista, porém muito maiores do que os apresentados no período Fernando Henrique (vide tabelas 4, 5 e 6 e gráficos 4, 5 e 6, do anexo). O aumento da demanda agregada, estimulada pelo Estado está presente em muitas das metas do *Plano Brasil 2022*.

Fernando Henrique³² e Collor³³, foram responsáveis também por implementarem uma política de abertura da economia nos moldes neoliberais, a qual desenvolvimentistas e nacionalistas como Samuel Guimarães foram contrários. Abertura essa que impôs graves perdas à grande burguesia interna e ganhos tanto para a burguesia associada, como para o capital imperialista. A abertura comercial juntamente com as privatizações, principalmente no governo Fernando Henrique, provocaram um processo de desnacionalização³⁴ da economia em grandes proporções, com consequências muito ruins para o capital nacional, representado pela grande

³⁰ Quando mais próximo a zero, no Coeficiente de Gini, mais igualitária é uma sociedade e, do outro lado, quando mais próximo a 1 no mesmo Coeficiente de Gini, mais concentrada é a renda na sociedade.

³¹ Ver: MARQUES; MENDES (2006), MARTINS (2007).

³² Ver: BERRINGER (2014).

³³ Ver: BANDEIRA (2004), SALLUM JR. (2008), SALLUM JR. (2011).

³⁴ Desnacionalização no sentido de perda da propriedade de várias empresas brasileiras, tanto privadas como estatais, para o capital imperialista.

burguesia interna, pois esses processos limitaram a demanda por produtos produzidos e serviços desenvolvidos dentro do país (PETRAS & VELTMEYER, 2001), fomentando as vulnerabilidades tecnológica, política, externa e econômica, sem contar no aumento das disparidades internas, que em parte, foram revertidas no governo Lula.

Já no governo Lula, essa abertura não foi rompida, porém usou-se das compras governamentais – do governo ou de empresas do governo, notadamente a Petrobrás – como instrumento de política de Estado, para alavancar a demanda por produtos produzidos internamente, em detrimento dos oriundos de outros países, contribuindo tanto para melhorar a participação da grande burguesia interna, como para melhorar o saldo comercial nas contas externas do Brasil, com o fim de reduzir a vulnerabilidade externa, em conformidade com pensamento político teórico de Samuel Guimarães, que afirma a importância da demanda estatal para viabilizar a indústria e o setor de pesquisa nacional, diminuindo as vulnerabilidades econômicas e externas.

O Gráfico 10 e a tabela 11 do anexo, mostram claramente que houve um crescimento acentuado das exportações brasileiras no período neodesenvolvimentista, situação essa que teve como agente motivador, como já foi dito, uma mudança na política externa, na qual houve busca por novos mercados, em áreas do globo pouco privilegiadas pelas administrações anteriores, como a África, além de priorizar o relacionamento com o continente Sul-Americano, principal comprador de produtos industriais brasileiros (AMORIM, 2013). A conjuntura internacional também teve sua contribuição no incentivo às exportações, que impactaram de forma positiva no crescimento econômico no período neodesenvolvimentista. No período, o fator determinante foi o ligado às enormes compras feitas pela China (vide tabelas 13, 14 e gráfico 13 do anexo), que ajudaram, de forma decisiva, na elevação da posição da grande burguesia interna no interior do bloco no poder, pois o grosso da demanda chinesa centrou-se em produtos da agroindústria, minerais e outros produtos de baixo valor agregado, que são produzidos por essa fração de classe – grande burguesia interna -. A sequência de aumentos constantes das exportações para todo o mundo, só apresentou um pequeno recuo durante a crise internacional de 2008 a 2009, para a partir deste ponto, retomar a vertente altamente ascendente (gráfico 10 do anexo).

A abertura comercial nos anos 1990 foi encarada pela grande burguesia interna - principalmente a ligada à indústria voltada ao mercado interno - com muitas restrições. Essa fração de classe se colocou em uma posição defensiva, porém tímida ante ao processo de abertura comercial. A principal reclamação, como atestam os principais jornais da época, como Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo, era em relação ao ritmo imposto de abertura comercial

e à não existência de uma política implementada pelo Estado no sentido de preparar a indústria à concorrência externa.

Nos anos 2000, a grande burguesia interna deixou de lado a posição mais defensiva e acomodou em seu discurso o ideário neoliberal. Nesse sentido, abre mão da busca por certo protecionismo comercial, oriundo do velho desenvolvimentismo e partiu para a conquista de novos mercados, principalmente, dos países vizinhos ao Brasil, aos quais haviam implantado, também, uma política de abertura comercial (BOITO; GALVÃO, 2009).

Durante a gestão Lula, o Estado adotou uma postura que atendia a essa nova percepção da grande burguesia interna³⁵. Desenvolveu uma política externa focada nos países do Hemisfério Sul, além de ter feito com que o BNDES implementasse uma forte política de empréstimos, voltados principalmente a atender projetos ligados à grande burguesia interna³⁶ (tabela 12 do anexo). Ambas as políticas efetuadas pelo Estado brasileiro, tinham como fim a promoção dos investimentos e das empresas brasileiras no exterior.

O governo Lula foi marcado por uma disputa, onde de um lado estavam os defensores do monetarismo ortodoxo e de outro, os desenvolvimentistas. Paradoxalmente os resultados positivos com relação ao controle inflacionário e, principalmente, a ascensão dentro do aparelho de Estado, de burocratas desenvolvimentistas, possibilitaram a implementação de políticas pelo Estado brasileiro de cunho menos ortodoxo, sem com isso, abrir mão do neoliberalismo, o chamado neonacional desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo. Essas políticas neodesenvolvimentistas, foram de vital importância para a ascensão econômica a qual se refletiu em ascensão política, dentro do bloco no poder, da grande burguesia interna.

Dentre os burocratas desenvolvimentistas, um dos destaques foi Samuel Guimarães, que numa posição inédita como Secretário-Geral das Relações Exteriores pode influir decisivamente na implementação de políticas que tinham como foco a eliminação de disparidades e de vulnerabilidades.

Não pode ser deixado de lado, o fato de que o Governo Lula foi atravessado não só por políticas de cunho desenvolvimentista, mas também por políticas neoliberais, principalmente nas instâncias insuladas do Banco Central, dirigido por Henrique Meireles, durante todo o governo e, no primeiro mandato, no Ministério da Fazenda, por Antônio Palocci, que tinham como norte a preservação do valor da moeda, o pagamento da dívida pública, manter as

³⁵ Ver: BERRINGER (2012), BOITO JR. (2005), CAVALCANTE (2012), PINTO (2010), RODRIGUES (2007), TEIXEIRA; PINTO (2012).

³⁶ Ver: BUGIATO (2012), CARVALHO (2012), NOVOA (2009), SOUZA (2010), VALDEZ (2011).

conquistas para o capital, principalmente o financeiro, conseguidas nas gestões Collor e Fernando Henrique.

Mesmo tendo um viés neoliberal, o governo Lula se diferencia do seu antecessor, Fernando Henrique, por não contemplar de forma única políticas neoliberais. Com isso, havia uma clara divisão do governo: de um lado, os defensores da política neoliberal, agrupados principalmente nas instâncias já ditas do Banco Central e do Ministério da Fazenda, este último até a chegada de Guido Mantega, em 2006. Do outro, os defensores da política desenvolvimentista, alocados principalmente no BNDES, com Carlos Lessa, Guido Mantega e Luciano Coutinho e, no Ministério das Relações Exteriores, com Samuel Guimarães e Celso Amorim e, posteriormente no Ministério da Fazenda, com Mantega.

Com isso, pôde-se aplicar políticas de cunho desenvolvimentista, que foram descartadas na era Fernando Henrique, criando assim um ambiente mais propício, como já dito, à grande burguesia interna, em detrimento a burguesia associada.

1.2.1 *Configurações de classe no governo Lula*

Durante o governo Lula, a hegemonia no interior do bloco no poder, dado o plano das lutas econômicas e políticas, foi da grande burguesia bancário-financeira – grandes bancos e grandes empresas ligadas ao mercado financeiro –, como afirmam Saes (2014) e Pinto (2010), hegemonia essa desempenhada desde o governo Fernando Henrique.

Na transição entre os governos Fernando Henrique e Lula, realizou-se uma mudança relativa no peso econômico e político das frações ligadas a burguesia associada – que realizam o grosso de suas atividades com a comercialização de produtos importados ou oriundos das empresas imperialistas –, para a grande burguesia interna – que produz prioritariamente dentro do país, em sua grande maioria, produtos de baixo valor agregado, como *commodities* industriais, minerais e agrícolas –.

Parte dessa reorganização a favor da grande burguesia interna deu-se principalmente pela grande demanda internacional por produtos de baixo valor agregado, realizada pela China, que aumentou as exportações brasileiras, a despeito do efeito negativo da taxa cambial; secundada por políticas de Estado que conduziram a um aumento do mercado interno, via principalmente a incorporação ao mercado formal de trabalho de trabalhadores que recebiam até um e meio salário mínimo; de políticas sociais, como o bolsa família e o aumento do crédito ao consumidor.

Dentre a série de políticas implementadas pelo Estado brasileiro, que beneficiaram a grande burguesia interna, estão também a mudança de atitude em relação à política externa, onde houve foi intensificada a busca por novos mercados para os produtos brasileiros, indo além dos mercados tradicionais, oriundos dos países desenvolvidos. Esse maior empenho da diplomacia governamental foi evidenciado por agregar novos mercados em áreas subdesenvolvidas do globo, como África e os outros países ligados aos BRICS, assim como ampliar o comércio com a América do Sul, utilizando-se para isso, de um maior engajamento em fortalecer o MERCOSUL e a criação da UNASUL. Estratégias essas que produziram efeitos positivos, juntamente com a demanda chinesa, na balança comercial e na melhoria de posição da grande burguesia interna, no bloco no poder, representada por setores ligados ao agronegócio, a mineração, as *commodities* industriais e a grande construção civil.

Merece destaque, no leque de políticas implementadas pelo Estado brasileiro, que auxiliaram na melhoria relativa da posição da grande burguesia interna no bloco no poder, a atuação do BNDES, muitas vezes em conjunto com a diplomacia de Estado, o qual se transformou, no período, no principal banco de investimentos para todo o subcontinente sul-americano e em alguns países da África. O BNDES financiou grandes obras de infraestrutura, tanto na América do Sul, como na África, nas quais as empresas ligadas a grande burguesia interna, principalmente as de construção civil, dado os empréstimos para melhoria da infraestrutura, foram as grandes beneficiárias.

Algo a ser levado em conta, é que mesmo havendo um descolamento para melhor da grande burguesia interna, dentro do bloco no poder, refletindo lutas econômicas e políticas, não significou que esta fração de classe tenha deslocado do papel hegemônico a grande burguesia bancário-financeira, verificada pela manutenção de seu poder de classe, tanto em escala econômica, como política (PINTO, 2010). O que houve foi um reposicionamento, no processo de lutas econômicas e políticas, a favor da grande burguesia interna, em detrimento da burguesia associada, sem mudança de hegemonia.

CAPÍTULO II

O PENSAMENTO DE SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

Este capítulo trata, na primeira parte, de aspectos biográficos de Samuel Guimarães, mostrando resumidamente a sua trajetória profissional e intelectual.

A produção intelectual é abordada especialmente na segunda parte do capítulo, dedicada as duas obras fundamentais de Samuel Guimarães. O recorte, pegando *Quinhentos anos de periferia* e *Desafios brasileiros na era de gigantes*, foi feito em virtude dessas obras refletirem em detalhe o pensamento teórico-político do autor.

2.1 Samuel Pinheiro Guimarães: aspectos historiográficos

Samuel Pinheiro Guimarães Neto nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1939. Tornou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1963, ingressando no Itamaraty no mesmo ano. Posteriormente fez mestrado em economia na Boston University, concluindo em 1969.

Samuel Guimarães foi diretor da área de Cooperação Internacional da SUDENE, ENTRE 1964 a 1967. Atuou como vice-presidente da EMBRAFILME, entre 1979 – 1985, na gestão de Celso Amorim. No Ministério das Relações Exteriores, a partir de 1963 exerceu vários cargos, principalmente nos seguintes departamentos: de 1988 a 1990 foi chefe do Departamento econômico; de 1990 a 1994, foi Ministro-Conselheiro na Embaixada do Brasil em Paris; dos anos 1995 a 2001, foi diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; entre os anos de 2003 a 2009 exerceu a função de Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores.

Em seguida, no mesmo dia, foi empossado como ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), ficando até o final do governo Lula em 31 de dezembro de 2010.

Em 19 de janeiro de 2011, Samuel Guimarães foi designado Alto Representante Geral do MERCOSUL, com a função de realizar articulações políticas, formular propostas e representar as posições comuns do bloco. Coordenou os trabalhos ligados ao Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, aprovado em 16 de dezembro de 2010. Em 28 de junho de 2012, renunciou ao cargo.

Como docente, foi professor da Universidade de Brasília (UnB), no período de 1977 a 1979. Lecionou na Escola de Políticas Públicas e Governo (EPPG/MRE); no Curso de Mestrado em Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) entre 1997 - 2002. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); foi professor de Política Externa Brasileira, entre 2011 e 2012. Atuou como coordenador do Curso de Pós-graduação em Comércio Exterior e Câmbio da Fundação Getúlio Vargas. No momento, é professor do Instituto Rio Branco (IRBr/MRE), cargo que ocupa desde 2008, ministrando a matéria Política Internacional e Externa.

Algo patente no currículo de Samuel Guimarães é que sempre foi um intelectual que construiu toda a sua carreira no interior do Estado Brasileiro e, a partir daí, transformou-se em um grande formador de opinião pública. Foi eleito Intelectual do Ano em 2006, recebendo com isso o Troféu Juca Pato, concedido pela União Brasileira de Escritores; e recebeu os títulos de Doutor Honoris Causa pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e pela Universidade Nacional de Rosário (UNR), Argentina.

Samuel Guimarães foi uma das pessoas que mais influenciaram a atuação externa do governo Lula. Com seu espírito aguçado, desnudou os problemas brasileiros, sempre numa óptica desenvolvimentista, alertando em *Desafios brasileiros na era de gigantes* e *Quinhentos anos de periferia*, para os problemas de múltiplas vulnerabilidades e disparidades, enfrentados pelo Brasil. Tais vulnerabilidades são expressas no âmbito econômico, político, cultural, militar e ideológico, todas elas examinadas no contexto das relações da formação social brasileira, em contraposição ao que Samuel Guimarães denomina *estruturas hegemônicas de poder político e econômico*. Estas decorrem da forma e da expansão da economia capitalista brasileira, e da forma de sua inserção no contexto mundial. As disparidades estão contidas na concentração de renda e riqueza; na privação e alienação cultural; no acesso à tecnologia; discriminação racial e de gênero, disparidades regionais e a influência do poder econômico.

No quadro logo abaixo, segue um detalhamento cronológico da atuação de Samuel Guimarães:

Cronologia profissional de Samuel Pinheiro Guimarães

2011/12 – Professor de Política Externa Brasileira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.
2011/12 – Alto Representante-Geral do MERCOSUL.
2009/10 – Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

2008 – Atual – Professor de Política Internacional e Externa, Instituto Rio Branco, IRBr.

2003/09 – Secretário-Geral das Relações Exteriores, Itamaraty.

1999/01 – Coordenador do curso de Pós-Graduação em Comércio Exterior e Câmbio, Fundação Getúlio Vargas, FGV.

1997/02 – Professor do Curso de Mestrado em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

1995/01 – Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Itamaraty.

1994 – Assessor do Ministro das Relações Exteriores.

1990/94 – Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil em Paris.

1988/90 – Chefe do Departamento Econômico, Itamaraty.

1985/88 – Chefe da Divisão Econômica para a América Latina, Itamaraty.

1982/85 – Conselheiro da Missão do Brasil junto às Nações Unidas.

1977/79 – Professor de Comércio Internacional, Universidade de Brasília, UnB

1975/79 – Assessor do Ministro das Relações Exteriores.

1974/75 – Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal, Itamaraty.

1971/74 – Em licença. Economista, Serete S.A., Engenharia.

1968/71 – Consul do Brasil em Boston.

1967/68 – Chefe do Serviço Técnico de Análise e Planejamento, Itamaraty.

1966/67 – Assistente do Chefe de Divisão de Política Comercial, Itamaraty.

1964/65 – Diretor da Assessoria de Cooperação Internacional da SUDENE.

1963/64 – Assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Econômica e Técnica, Itamaraty.

FONTE: elaboração própria.

O quadro imediatamente abaixo elenca os livros publicados por Samuel Guimarães:

Livros publicados por Samuel Pinheiro Guimarães

- *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- *Brazilian views on South African foreign policy* (org.). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais PRI, 2000.
- *Alemanha: Visões Brasileiras* (org.). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 2000.
- *Argentina: Visões Brasileiras* (org.). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 2000.
- *Estados Unidos: Visões Brasileiras* (org.). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 2000.
- *Perspectivas: Brasil e Argentina* (com José M. Lladòs, org.). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 2000.

- *ALCA e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil* (org.). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 1999.
- *Perspectivas: Brasil y Argentina* (con José M. Lladòs, ed.). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 1999.
- *Quinhentos Anos de Periferia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Contraponto, 1999.
- *Direitos Humanos no Século XXI* (org.). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 1998.
- *Desafios: Reino Unido e Brasil* (org.). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 1998.
- *Estratégias: Índia e Brasil* (org.). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 1998.
- *Challengers: United Kingdom and Brazil* (org.). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 1997.
- *Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século* (org.). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 1997.
- *Brasil e África do Sul: riscos e oportunidades no tumulto da globalização* (org.). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 1996.
- *South Africa and Brazil: risks and opportunities in the turmoil of globalization* (org.) Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 1996.
- *Brasil e Alemanha: a construção do futuro* (org.). Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 1995.

FONTE: elaboração própria.

O próximo quadro elenca os diversos textos publicados em jornais e revistas, escritos por Samuel Guimarães:

Textos em jornais de notícias/revistas

- Dia 26 votarei Dilma Rousseff. Carta Maior, 15/10/2015.
- Impeachment, golpe de Estado e ditadura de ‘mercado’. Carta Maior, 6/3/2015.
- Reforma política e corrupção. Carta Maior, 15/02/2015.
- O Estado, do direito e da política: reflexões. Carta Maior, 08/01/2015.
- 40 anos do golpe no Chile. Carta Maior, 02/11/2013.
- O MERCOSUL e a China: Alternativas. Carta Maior, 20/09/2012.
- O Desafio Sul-Americano. Carta Maior, 30/08/2012.
- Realidade da educação. Carta Maior, 28/08/2012.
- O desavio sul-americano. Carta Maior, 20/08/2012.
- MERCOSUL versus a nova Alca versus a China. Carta Maior, 17/08/2012.
- MERCOSUL deve ser agência de desenvolvimento. Carta Maior, 15/08/2012.

- Reforma Política, Plutocracia e Senadores Biônicos. Carta Maior, 10/8/2012.
- Política e desenvolvimento. Carta Maior, 06/08/2012.
- Reforma política, plutocracia e senadores biônicos. Carta Maior, 10/08/2012
- Democracia e desigualdade: Mulheres e STF. Carta Maior, 26/07/2012.
- Desindustrialização e desnacionalização. Carta Maior, 19/07/2012
- Estados Unidos, Venezuela e Paraguai. Carta Maior, 12/07/2012.
- O MERCOSUL, a América do Sul e o Mundo. Carta Maior, 07/11/2012.
- Estados Unidos, Venezuela e Paraguai. Carta Maior, 12/07/2012.
- O futuro do MERCOSUL. Carta Maior, 09/05/2012.
- Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente. Carta Maior, 04/03/2011.
- A América do Sul em 2022. Carta Maior, 26/07/2010.
- Crescer 7%. Carta Maior, 09/06/2010.
- Nação, nacionalismo, Estado. Carta Maior, 22/08/2008.
- O mundo multipolar e a integração sul-americana. Carta Maior, 19/07/2007.
- A energia nuclear e a soberania nacional. Carta Maior, 19/07/2007.
- A armadilha da ALCA. Revista Isto É, 28/11/2002

FONTE: Elaboração própria.

2.2 Duas obras fundamentais de Samuel Pinheiro Guimarães

Para efeito de recorte, atentar-se-á principalmente às duas consideradas mais importantes obras do Samuel Guimarães, *Quinhentos anos de periferia* e *Desafios brasileiros na era dos gigantes*.

2.2.1 *Quinhentos anos de periferia*

Em *Quinhentos anos de periferia*, que teve sua primeira publicação em 1999, Samuel Guimarães afirma que sempre houve uma hierarquização da comunidade internacional de Estados, caracterizada por relações como colônia e metrópole, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, assim por diante. Hierarquização esta que caracteriza a atual estrutura da comunidade internacional de Estados. Esse processo hierárquico, sempre teve o seu topo ocupado por potências, que em cada período histórico, organizaram o mundo em função de seus interesses.

O objetivo maior de Samuel Guimarães é construir uma interpretação, que venha a ser pragmática³⁷, em relação aos fenômenos norteadores das relações internacionais. Fenômenos esses, que impactam nos Grandes Estados periféricos, que nem sempre se apresentam como beneficiários desses mesmos fenômenos, a exemplo do que acontece com o processo de globalização. Os grandes Estados periféricos se destacam por terem certa fragilidade político-econômica e, por apresentarem uma vinculação muito próxima com um único centro hegemônico. Esses grandes Estados periféricos serão cada vez mais marginalizados - postos numa condição periférica -, caso não venham a enfrentar os grandes desafios postos pela nova ordem mundial, expressados, por exemplo, nas suas múltiplas vulnerabilidades externas, nas suas disparidades internas, na concentração de poder econômico, político e militar, além de estarem vinculados às estruturas hegemônicas de poder político e econômico. As estruturas hegemônicas de poder foram formadas no cenário internacional como resultado de processos históricos, tendo no centro os “Estados centrais”.

Os grandes Estados periféricos são definidos por Samuel Guimarães como formados por países não-desenvolvidos, com grande população e território, os quais se apresentem não-inóspitos, passíveis de exploração econômica, onde também, foram construídas estruturas industriais, além de terem significativos mercados internos. Samuel Guimarães reconhece a grande disparidade de desenvolvimento entre os Grandes Estados periféricos, como China, Brasil, Argentina, Indonésia e México.

A população numerosa é um fator primordial para que se desenvolva, nos grandes Estados Periféricos, um número maior de atividades produtivas, possibilitando em cada uma delas, alcançar escalas produtivas mínimas, no sentido de viabilizá-las. A grande população propicia uma eventual criação de um vasto mercado interno, diversificado e amplo, reduzindo assim, a dependência com relação a mercados externos para os produtos localmente produzidos, assim como diminui a vulnerabilidade do sistema econômico a choques exógenos, minimizando a existência de oscilações bruscas nos níveis de bem-estar da população e também, limita tais variações na trajetória de desenvolvimento.

A grande população, segundo Samuel Guimarães, também possibilita maior ocorrência de indivíduos dotados, mesmo que para a efetivação de seu potencial se dependa de fatores

³⁷ A abordagem de Samuel Guimarães nos remete a uma concepção weberiana, dos tipos ideais, dado a forma de construção dos modelos teóricos, como padrão de comparação, para a observação do mundo, como é o caso das estruturas hegemônicas de poder. Porém esta dissertação não entrará por este caminho, o qual pode ser objeto de futura pesquisa.

como nível de escolaridade e de renda. Isso gera um efeito positivo, de significativa importância sobre as atividades de pesquisa científica e tecnológica.

Enfim, a população numerosa propicia a presença de um grande mercado, como já foi dito, garantindo assim, a possibilidade de retorno dos investimentos, tanto na área produtiva, como na de pesquisa, pois ambos implicam a existência de economias de escala, que precisam de um mercado garantido e estável. A garantia de um mercado consumidor é condição indispensável para se investir em pesquisa, mesmo a de alto risco, em função do custo e da sofisticação dos equipamentos envolvidos, sem contar o alto prazo de maturação para tais investimentos.

Investir em tecnologia é fator primordial para se realizar a moderna atividade militar. Do contrário, não será possível criar um processo de desenvolvimento dos armamentos utilizados pelo Estado. Se não houver uma autonomia no tocante ao suprimento bélico doméstico e nem à capacidade de gerar aperfeiçoamentos nos mesmos, quaisquer forças armadas sofrerão um possível “estrangulamento” externo, em virtude da interrupção no abastecimento de peças de reposição e munição.

O território extenso e passível de exploração econômica impacta fortemente na possibilidade de ocorrer uma maior variedade de recursos minerais, biodiversidade mais ampla, produção agrícola diversificada, entre outras. Caso bem exploradas, as potencialidades de um maior território, podem implicar em uma menor dependência do exterior com relação ao abastecimento de energia, alimentos e insumos industriais. A menor dependência da importação desses insumos, aliada a uma importância relativa do mercado interno, podem criar condições que venham a auxiliar na redução das vulnerabilidades, tanto relacionadas a choques econômicos externos, como a ligadas a pressões políticas e militares oriundas do exterior.

Caso os Grandes Estados periféricos venham a desenvolver todas as suas potencialidades, ligadas ao fato de terem uma grande população e extenso território, terão realizado, segundo Samuel Guimarães, um notável trabalho, com impactos formidáveis em suas capacidades econômica e militar, implicando com isso, numa maior capacidade de exercer influência política, tanto no espectro regional como mundial.

O fator que distingue os grandes Estados periféricos dos demais Estados da periferia é que somente os primeiros têm a capacidade de desenvolver as suas potencialidades ligadas aos referidos maior território, grande população e mercado interno, imprimindo assim a possibilidade de uma maior acumulação de capital, ganhos de escala na produção, desenvolvimento científico e tecnológico, que impactam diretamente no processo de produzir e desenvolver armamentos convencionais e não convencionais, além de, poderem ter uma maior

competitividade no âmbito internacional. Juntos, esses fatores podem implicar numa menor indefensabilidade a choques e pressões externas.

As sociedades dos grandes Estados periféricos encontram-se isoladas entre si e enxergam umas às outras somente segundo a visão produzida nos países centrais. Isso se dá em virtude do esforço destes países em estudar a periferia, formulando assim visões próprias, que são elaboradas numa relação de herança com o passado colonial. É importante salientar que tais visões são difundidas e absorvidas nos países periféricos.

Para Samuel Guimarães, o Brasil se distingue dentre os Grandes Países periféricos

(...) em especial por ser uma sociedade de origens plurirraciais, que passa desde seu início por processos de profunda miscigenação, na qual a origem étnica ou religiosa em si só não “classifica”, e caracteriza-se pela presença de um idioma único e pela ausência de conflitos territoriais, tanto internos quanto externos. (GUIMARÃES, 1999, p. 18)

Isso é algo discutível, em nossa visão, pois mesmo que o Brasil seja uma sociedade plurirracial, com profunda miscigenação, a origem étnica *classifica* sim as pessoas. Uma coisa é ser pobre negro ou pardo, outra, bem diferente é ser pobre branco. Isso fica bem claro nos índices de pobreza entre as raças, o nível de escolaridade, o acesso ao emprego, o tratamento que a polícia oferece aos brancos e não brancos, e assim por diante.

Discutível também é falar que não existem conflitos territoriais no Brasil – a não ser, os de origem fronteiriça -. Se isso fosse verdade, como explicar o genocídio da população indígena, onde os fazendeiros e empresários matam e expulsam os índios, para que possam se apossar de suas terras, legalmente demarcadas, para expandirem os seus negócios.

Os grandes Estados periféricos, afirma Samuel Guimarães, atuam ao redor das estruturas hegemônicas de poder político e econômico, as quais foram formadas como resultantes de um processo histórico. O objetivo maior das estruturas hegemônicas é a sua perpetuação. Ele aponta para o fato de que analistas de relações internacionais identificam que o atual cenário mundial está organizado visando uma unipolaridade militar, que é representada pelos Estados Unidos e, concomitantemente, a existência de uma multipolaridade no plano econômico e um condomínio político constituído pelos membros efetivos do Conselho de Segurança da ONU. Nisso, afirma ele, o conceito de estruturas hegemônicas de poder político e econômico é mais eficiente para explicar a atual realidade, do que o de Estado hegemônico, sendo, portanto mais amplo e permitindo a inclusão de novos atores no debate.

Samuel Guimarães afirma nesta obra que no período de publicação de *Quinhentos anos de periferia* que havia uma vitória – pelo menos no período em que o livro foi escrito -

ideológica, política e econômica do pensamento construído no interior das estruturas hegemônicas, que agia em quase todas as partes do globo. Esse pensamento político-ideológico-econômico é o neoliberalismo. Isso fica claro na seguinte passagem:

No momento atual, em que predominam as teorias, as visões e as políticas neoliberais; em que o prestígio do Estado atingiu um mínimo no imaginário da intelectualidade, das lideranças políticas e da opinião pública; em que desapareceu o modelo socialista alternativo de sociedade, o potencial de conflito doméstico e internacional, que se esperava diminuir com o fim do antagonismo Leste-Oeste, veio a aumentar devido aos fenômenos de concentração acelerada e descontrolada de poder dentro dos Estados e entre os Estados. (Ibidem, p. 144)

Coloca ainda em destaque que dentre as estratégias de perpetuação das estruturas hegemônicas, está a manutenção da atual ordem internacional, com a expansão das organizações internacionais, que disponibilizam instrumentos de legitimação para as políticas oriundas do centro, além de cooptarem novos atores visando refletir a nova realidade de poder, e que difundem uma ideologia de que essas mesmas organizações são “neutras”.

O título *Quinhentos anos de periferia*, remete a uma visão de longo prazo para explicar o processo de subdesenvolvimento brasileiro. Além de que, a palavra periferia, a nosso ver, é propositadamente colocada, para associar o livro com várias teorias centro-periferia, principalmente a produzida pela CEPAL³⁸.

Na visão de Samuel Guimarães, a inserção internacional do Brasil, nos últimos quinhentos anos, foi sempre marcada por ser periférica e dependente do que ocorre no centro das estruturas hegemônicas de poder político e econômico.

2.2.1.1 principais conceitos e articulações

Nesta sessão são explorados os principais conceitos e como são utilizados por Samuel Guimarães em *Quinhentos anos de periferia*.

2.2.1.1.1 Estruturas hegemônicas de poder e Estados periféricos

Para poder explicar os processos de alinhamento e de hegemonia, no atual cenário internacional, Samuel Guimarães cria o conceito de estruturas hegemônicas de poder. Este conceito foi elaborado, tendo em vista, dar conta da nova realidade vivida pelo mundo pós-fim

³⁸ Ver: Prebisch (1950); Mantega (1977).

do Muro de Berlim e a derrocada da ex-URSS. Nesse período, cristalizou-se uma realidade na qual, os Estados Unidos têm um poder bélico incontestável, porém, não é hegemônico, de forma suprema, como ocorreu no imediato pós-Segunda Grande Guerra – hegemonia americana, que se expressava, no período pós-Guerra, nas áreas econômica, política, militar, tecnológica e cultural -.

No período pós-Muro de Berlim, segundo Samuel Guimarães, verificou-se a existência de um equilíbrio de poder econômico formando a tríade Estados Unidos, Europa e Japão. Ao mesmo tempo, em que se tem um condomínio político³⁹, realizado pelos membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas⁴⁰. Além disso, há a atuação internacional das Organizações Não Governamentais e de Grandes Empresas Transnacionais. Todos esses atores formam as estruturas hegemônicas de poder político e econômico. Isso fica mais claro na seguinte passagem:

O cenário e a dinâmica internacional em que atuam os grandes Estados periféricos não são novos e imparciais, mas se organizam em torno de estruturas hegemônicas de poder político e econômico. Essas estruturas, resultado de um processo histórico, beneficiam os países que as integram e têm como principal objetivo a sua perpetuação. (...) O conceito de estruturas hegemônicas é preferível ao de Estado hegemônico. Por Estado hegemônico se pode entender que aquele Estado que, em função de sua extraordinária superioridade de poder econômico, político e militar em relação aos demais Estados, está em condições de organizar o sistema internacional, em seus diversos aspectos, de tal forma que seus interesses, de toda ordem, sejam assegurados e mantidos, se necessário pela força, sem Potência ou coalizão de Potência que possa impedi-lo de agir. Essa era, por exemplo a situação dos Estados Unidos no imediato pós-Guerra. (Ibidem, p. 25)

A estrutura da comunidade de Estados, na visão de Samuel Guimarães, tem-se caracterizado, por uma relação hierárquica, que contrapõe atores antagônicos, como: colônia e metrópole, terceiro mundo e primeiro mundo, países subdesenvolvidos e desenvolvidos. Dentro das estruturas hegemônicas de poder político e econômico, a hegemonia vem sendo ocupada, em várias fases históricas por Estados com inúmeras características distintas, porém com um ponto nevrálgico comum, que é o poder de organizar o mundo, condicionando-o

³⁹ No sentido de coabitação política numa determinada instância internacional.

⁴⁰ O Conselho de Segurança da ONU, tem como função, a manutenção da paz e da segurança internacional. Para isso, o Conselho de Segurança, é o único órgão que tem o poder de adotar decisões que são acatadas de forma obrigatória por todos os Estados-membros da ONU. Ele – Conselho de Segurança -, é composto por 15 membros, sendo 10 com mandatos de 2 anos, eleitos pela Assembleia Geral da ONU e, os outros 5 permanentes (EUA, França, Reino Unido, Rússia e China), que são os que realmente detêm o poder, dado que, esses cinco têm o poder de veto.

preferencialmente a atender os interesses desse Estado hegemônico e das estruturas hegemônicas.

Neste cenário, Samuel Guimarães, resgata o debate em relação aos aspectos que condicionam o sistema internacional, visando criar um corpo teórico que possa respaldar a elaboração de uma análise da condição periférica brasileira, que dura quinhentos anos, ou seja, desde o descobrimento.

Afirma, que as atuações, tanto das sociedades, dos Estados e dos governos, no cenário internacional, nunca partem de uma "estaca zero". Se assim o fosse, implicaria, numa equidade entre os atores internacionais, ou seja, uma relação de igualdade de direitos, oportunidades e deveres entre os Estados.

Para justificar o conceito de estruturas hegemônicas de poder político e econômico Samuel Guimarães, discute o conceito de hegemonia no cenário internacional. Esta hegemonia, pode se apresentar de forma incontestada, como no caso, já dito dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra, em que saíram desta altamente fortalecidos, dado que, não tiveram o seu território atingido ou invadido pelo processo de guerra, preservando assim a sua estrutura econômica. Muito em virtude da guerra, os Estados Unidos, tiveram um notável desenvolvimento tecnológico; foram alçados a condição de credor líquido do mundo; seu PIB era superior a 50% do produto mundial; sem contar, que pela primeira vez na história, mantiveram bases militares nos países aliados, em tempos de paz, tanto na Europa, como em boa parte do mundo, ao findar o grande conflito. Outro fato importante, é que, os Estados Unidos tinham a determinação política de usar a sua liderança tecnológica para salvaguardar os seus interesses, e assim o fizeram com o bombardeamento atômico sobre o Japão.

A hegemonia também pode se apresentar de forma mais branda, pois não há, muitas vezes, a necessidade de superioridade absoluta de um Estado, para que o mesmo venha a tornar-se hegemônico no cenário internacional. Mesmo sofrendo algumas limitações, um Estado pode ser hegemônico, na medida em que tem condições de abrir mão de certas vantagens de curto prazo, visando um objetivo maior, que é garantir a execução de seus interesses de longo prazo. Um Exemplo disso foi o tratamento que os Estados Unidos deram ao Japão no pós-guerra. Em virtude de sua posição hegemônica, os Estados Unidos permitiram que o Japão executasse uma política comercial protecionista e uma política de investimentos que discriminava o capital americano. Essa atitude de permitir que Japão tivesse certa "independência" em relação aos Estados Unidos visava criar uma vitrine, expondo os benefícios do capitalismo, numa área do globo que apresentava problemas de continuidade desse sistema, pois em 1949, a China,

tornara-se "comunista" e, também para garantir suprimentos ao exército americano, no caso da Guerra da Coréia (1950-1954).

Samuel Guimarães advoga a favor de seu conceito de estruturas hegemônicas, se colocando em oposição à tendência de alguns estudiosos de se posicionarem, que no atual cenário internacional, exista uma "uni multipolaridade" hegemônica. Essa "uni multipolaridade" é representada, pela hegemonia incontestada, na área militar pelos EUA; uma multipolaridade econômica exercida pela "tríade": Estados Unidos, Japão e União Europeia⁴¹; além de um condomínio político exercido pelos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

Samuel Guimarães põe em dúvida a tese de que existe um processo de perda acentuada de poder dos Estados no cenário internacional, em benefício de outras figuras jurídicas, como empresas multinacionais, transnacionais e globais, que, por sua força econômica, estariam construindo um processo de desmantelamento de fronteiras entre os países, assim como desrespeitando e destruindo as legislações e políticas nacionais de todos os Estados, em especial dos Estados periféricos. Ele afirma que a visão que advoga o fim ou enfraquecimento dos Estados nacionais não leva em conta, que sempre historicamente os interesses econômicos das grandes empresas e corporações foram vinculados aos Estados, de uma forma ou de outra.

Afirma ainda, o fato de que as grandes empresas não terem a possibilidade de se metamorfosearem em organismos legislativos e sancionadores legítimos, ou seja, aceitos pela sociedade, inviabilizando assim, que atuem como mecanismos indispensáveis para o arbitramento de conflitos, que envolvam competição entre empresas, classes, grupos sociais, étnicos, religiosos, etc. Isso fica patente, na seguinte passagem:

Segundo alguns analistas, por não existir hoje um Estado claramente hegemônico, o cenário internacional poderia ser melhor descrito como apresentando uma unipolaridade militar (hegemonia) americana; uma multipolaridade econômica competitiva (ausência de hegemonia) composta pela chamada "tríade": Estado Unidos, Japão e União Europeia e um condomínio político exercido pelos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Outros analistas insistem que o papel do Estado é cada vez menor no cenário internacional e que estariam eles sendo rapidamente substituídos por empresas multinacionais, transnacionais, globais, que "eliminariam", na prática, as fronteiras e que desconheceriam as legislações e políticas nacionais, de qualquer Estado e, com maior razão, dos Estados periféricos.

Esses pontos de vista não levam em conta que os interesses econômicos das grandes empresas sempre estiveram vinculados aos Estados, Todavia, as megaempresas atuais não têm como se transformar em organismos legislativos e sancionadores

⁴¹ Hoje em dia a tríade, foi elevada à condição de quarteto, com a inclusão da China, como potência econômica superior ao Japão e a Europa, criando mais um complicador nesse tipo de análise. Não se pode esquecer que *Quinhentos anos de periferia* foi editado pela primeira vez em 1999, quando a China ainda não era o que é em 2016.

legítimos, isto é, aceitos pela sociedade, os quais serão sempre indispensáveis enquanto houver competição e conflito entre empresas, classe, grupos sociais, étnicos, religiosos, etc.

As funções precípua do Estado - além da defesa do território e de sua soberania - são: legislar, isto é, criar normas de conduta; sancionar, isto é, punir os violadores dessas normas; dirimir conflitos sobre sua interpretação e, finalmente, defender os interesses de seus nacionais e de suas empresas quando estas se encontram sob jurisdição estrangeira.

Tais funções estatais são radicalmente distintas das funções das "empresas", que são produzir e distribuir bens de forma privada, a partir do mercado. (Ibidem, p. 27)

Para Samuel Guimarães, as funções do Estado e das empresas são bem distintas, pois estas últimas têm como fim produzir e distribuir mercadorias, de forma privada, tendo o mercado como agente condutor, com vistas a realizar lucro para os donos dessas empresas. Já os Estados, têm como funções, a defesa do território e a soberania do mesmo; legislar, que significa criar normas de conduta, sancionar e punir os violadores dessas mesmas normas; mediar conflitos e defender os interesses dos nacionais e de suas empresas quando se encontram sob a jurisdição estrangeira, todas estas se utilizando do seu aparelho repressivo e da superestrutura jurídico-política. Outra função, que as empresas não conseguem substituir nos Estados, é na execução de políticas anticíclicas, das quais estes se utilizam do poder de articular a infraestrutura econômica e a superestrutura jurídico-política, para atuar como regulador, tanto em processos recessivos, quanto de aquecimento da economia. Também, os Estados são responsáveis por políticas de planejamento de longo prazo, que envolvem a articulação de várias áreas da sociedade, além de terem a função de defesa, implantação e imposição da moeda.

A ascensão das agências supranacionais, estruturas de natureza estatal, não possibilita extinção e, muito menos modificar a necessidade das funções citadas do Estado. Com isso, o conceito de estruturas hegemônicas de poder, torna-se, segundo seu idealizador, mais apropriado, pois já engloba os complexos mecanismos de dominação, evitando assim:

Discutir a existência - ou não -, no mundo pós-guerra Fria, de uma potência hegemônica, os Estados Unidos, e determinar se o mundo é unipolar ou multipolar, se existe um condomínio - ou não. O conceito de "estruturas hegemônicas" é mais flexível e inclui vínculos de interesse e de direito, organizações internacionais, múltiplos atores públicos e privados, a possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração permanente de normas de conduta; mas no âmago dessas estruturas, estão sempre Estados nacionais. (Ibidem, p. 28)

As estruturas hegemônicas de poder têm origem na expansão política e econômica da Europa, no final do século XV, com a unificação espanhola (1492); fim da Guerra dos Cem Anos (1453), no caso francês; criação do Estado unitário, na Inglaterra de Elisabeth I (1553-

1603). A expansão europeia foi impulsionada pelo ciclo de descobertas. Nos séculos XVIII e XIX, houve mais uma etapa de expansão, com a Revolução Industrial, consolidando a supremacia da Europa no cenário internacional. A dinâmica provocada por um processo de acumulação; a interligação entre o grande capital e o Estado; destes dois com as mudanças tecnológicas e da organização militar; a transformação de suas sociedades foram os propulsores dos processos de formação das estruturas hegemônicas de poder.

Suplantada a fase de formação, no final do século XX e início do XXI, as estruturas hegemônicas de poder, centram-se em impor a sua ideologia, política e economia, visando aumentar sua influência e ação por todo o globo, principalmente nas áreas egressas do mundo soviético, assim como dos territórios localizados na periferia do mundo. A liderança das estruturas hegemônicas pode variar

(...) de acordo com o espaço geográfico, o momento e o tema em questão, desenvolvem afirmativas estratégicas de preservação de seu poder econômico, tecnológico, político, militar e ideológico. (Ibidem, p. 29)

As estruturas hegemônicas de poder têm como um dos seus objetivos, sua preservação e expansão, que é feita, via expansão das organizações internacionais, sob seu controle. Têm como exemplos dessas organizações, o Conselho de Segurança, que é o real centro de poder das Nações Unidas; a OTAN, Organização do Tratado Atlântico Norte; G-7, Grupo dos Sete; OMC, Organização Mundial do Comércio; NAFTA, North American Free Trade Agreement, ou Tratado de Livre Comércio da América do Norte; FMI, Fundo Monetário internacional, entre outras. Todas essas organizações atuam respaldadas pela liderança dos países que integram essas estruturas hegemônicas, visando a normatizar e sancionar o comportamento tanto internacional, como nacional para todos os países, impondo, o que seria "permitido", em última instância, ou "legal". Todo o processo tem que ter a participação legitimadora essencial e exigida da maioria dos países periféricos, porém os mesmos não podem ter qualquer papel ativo em processos de elaboração ou aperfeiçoamento das normas, sendo apenas incluídos como membros legitimadores, dando assim, um "ar" de validade universal a tais normas, para com isso, validar qualquer eventual utilização de sanções contra um agente infrator.

Essas normas de conduta refletem a relação de poder relativo dos diversos integrantes das estruturas hegemônicas, respaldando e dando limites ao processo relacional interno das mesmas e, externamente, as normas têm como fim o enquadramento dos Estados periféricos, visando ao objetivo maior, que é a preservação dessas estruturas hegemônicas; preservando

assim, o seu poder e os benefícios oriundos desse processo, sempre em proveito dos seus membros dominantes, ou seja, as sociedades dos Estados centrais que as constituem.

No que diz respeito ao âmbito político, há uma busca de limitar o poder de atuação bélico dos países da periferia. Para isso, tem-se feito uso dos seguintes estratégias:

Busca-se a expansão da competência do Conselho de Segurança das Nações Unidas e de seu sistema de sanções para além do conceito inicial restrito, conforme a Carta de São Francisco, de ameaça à paz e de ruptura da paz. No âmbito militar se verifica, de um lado, a preservação do *status* especial dos integrantes daquelas estruturas e, de outro, a elaboração de normas de controle e difusão de tecnologias avançadas, por meio da AIEA, do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), do Complete Test Ban Treaty (CTBT), da Organização para Eliminação de Armas Químicas (OPAQ), dos acordos de Wassenaar, do Missile Technology Control Regime (MTCR) etc. Finalmente, procura-se a coordenação de ações militares usando a OTAN, nela incluindo novos membros e ampliando sua área geográfica de atuação. (Ibidem, p. 33)

Do lado econômico, as condutas elaboradas pelas esferas internacionais e domésticas, para uma gama enorme de atividades, são feitas, em sua maioria, pelas várias organizações internacionais. O centro irradiador de tais condutas está na Organização de Cooperação e Desenvolvimento, OCDE, e a OMC, que é a Organização Mundial do Comércio, que utilizam o FMI, Fundo Monetário Internacional, e o Banco Mundial⁴² como agenciadores de "condicionalidades", principalmente a países periféricos endividados e em crise. Existem também, como elaboradoras de condutas econômicas, organizações tais como a União Europeia, que dita normas para uma gama muito grande de países de níveis de desenvolvimento diversos na Europa.

Outra estratégia das estruturas hegemônicas de poder, que visa a sua perpetuação, é o processo de cooptação e fragmentação, no qual novos atores são agregados como sócios menores, visando uma necessidade tática ou mesmo como reflexo de uma nova realidade de poder.

Reforçando, Samuel Guimarães desenvolve uma leitura pragmática, em nossa opinião, dos fenômenos que direcionam as relações internacionais e, de como esses mesmos fenômenos impactam nos grandes Estados periféricos, dos quais, normalmente, não são beneficiados pelo processo de globalização. Os grandes Estados periféricos são definidos da seguinte maneira:

Grandes Estados periféricos são aqueles países não desenvolvidos, de grande população e de grande território, não inóspito, razoavelmente passível de exploração econômica e onde se constituíram estruturas industriais e mercados internos significativos (GUIMARÃES, 2001, p 21)

⁴² Para entender o contexto histórico das organizações internacionais, ver: HERZ; HOFFMANN (2004).

Esses Grandes Estados periféricos se caracterizam por uma fragilidade político-econômica e acentuada vinculação com um único centro. A marginalização desses Estados tende a ser crescente, caso não enfrentem os desafios impostos no cenário internacional, materializados, na concentração de poder econômico, político e militar. Os grandes Estados periféricos mantêm uma relação gravitacional com as estruturas hegemônicas de poder político e econômico. As estruturas hegemônicas de poder são formadas por Estados centrais, megaempresas transnacionais, ONGs e os organismos internacionais tais como Conselho de Segurança da ONU, FMI OMC e Banco Mundial.

Os Estados Unidos, classificados como o único país com interesses militares, econômicos e políticos em todo o planeta e, principal responsável pela edificação da atual estrutura hegemônica, é o elemento central das estruturas hegemônicas de poder atuais. Apesar da aparente democratização das decisões no plano internacional, é dinamizado um processo político-ideológico que desqualifica qualquer tentativa de fortalecimento de políticas e ações econômicas alternativas. É o que ocorre, por exemplo, nas relações dos Estados Unidos com o MERCOSUL, no qual este último sofre acusações por criar barreiras tarifárias que ferem regras da OMC e, portanto, do livre comércio.

As estruturas hegemônicas de poder apresentam as seguintes estratégias de preservação e expansão:

a) Expansão das organizações internacionais sob seu controle – Essas organizações são representadas pelo Conselho de Segurança da ONU, que é o efetivo centro de poder das Nações Unidas, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), entre outras. Dentro dessas organizações é desenvolvido, sob as lideranças dos países integrantes das estruturas hegemônicas, um esforço, no sentido de normatizar a atuação entre os Estados. Criam sanções de comportamento internacional, que se tornam nacionais, no interior dos Estados, impondo o que seria “permitido”, em outras palavras, “legal”. Nesse processo, é de vital importância para as estruturas hegemônicas, a participação da maioria dos países da periferia. Essa participação chega a ser “exigida”, não para tomarem parte efetiva da elaboração ou “aperfeiçoamento” das normas internacionais, mas sim, única e exclusivamente, para dar legitimidade e um caráter de validade universal a tais normas, legitimando assim, qualquer eventual aplicação de sanções “internacionais” contra quem as transgredir. As normas elaboradas por essas agências internacionais refletem o grau de força relativa dos diversos integrantes das estruturas hegemônicas, regulando assim as relações das partes dentro dessas, além de buscarem preservá-

las, concentrando o poder e os benefícios ligados as mesmas, às sociedades dos Estados centrais que as integram.

b) Cooptação e fragmentação – Outra estratégia, no sentido de preservação das estruturas hegemônicas de poder, dá-se em incluir novos atores, no papel de meros sócios menores, por conveniência tática ou simplesmente pela necessidade de espelhar as novas realidades de poder, oriundas da dinâmica internacional. Nesse sentido, tem-se a incorporação da Rússia ao G7, as propostas de inclusão da Alemanha e do Japão no Conselho de Segurança da ONU, a incorporação de pequenos e médios países à União Europeia, assim por diante. No intuito estratégico de preservação e expansão, as estruturas hegemônicas de poder, podem usar da estratégia de divisão interna e fragmentação territorial de terceiros Estados, principalmente os grandes Estados periféricos. Essa fragmentação territorial muitas vezes é promovida de forma vigorosa, mesmo que, aparente ser natural e com uma cuidadosa discrição, como o ocorrido com fragmentação da ex-URSS. Já os processos de fortalecimento e de cooperação política e econômica dentro, mas principalmente, fora das estruturas hegemônicas de poder, são encarados pelas mesmas, com muita desconfiança, como o que ocorreu na relação antagônica, sobre certos pontos-limites entre a União Europeia e os Estados Unidos, e num outro momento, em relação ao MERCOSUL, no sentido de enfraquecê-lo, numa tentativa de cooptá-lo para as estruturas hegemônicas. Os Grandes Estados periféricos, como o Brasil, toda vez que se engajam em programas que visem o seu próprio fortalecimento político, econômico, militar e tecnológico, no sentido de construir alternativas autônomas, são vistos com desconfiança – vide o caso brasileiro, de tentativa de dominar a tecnologia nuclear, a partir do governo Getúlio Vargas (BANDEIRA, 1989) -, são ameaçados, chegando até a sofrerem sanções impostas das estruturas hegemônicas.

c) Geração de ideologias – A preservação e a expansão das estruturas hegemônicas de poder dependem muito de que, as “ideologias” oriundas destas, sejam tomadas por todos como neutras, desinteressadas, e principalmente, que sejam percebidas como ligadas ao interesse geral, imparcial, verídicas e verossímeis. Muitas dessas ideologias, por não terem qualquer relação com a realidade, são contrariadas por esta. No caso, as mesmas são substituídas por outras ideologias que as desqualificam, as ridicularizam, apresentando-se assim, como “novas” e agora sim, “verdadeiras”. As ideologias oriundas dos centros hegemônicos de poder têm sua elaboração conceitual, foco central e difusão, localizadas acima dos Estados Nacionais. O seu local ideal de criação, encontra-se nos quadros técnicos das organizações internacionais, que se colocam como “imparciais e independentes” em relação aos governos e Estados que compõem as estruturas hegemônicas. Os corpos técnicos dessas

agências ou organizações internacionais, algumas vezes, por alguma razão fortuita, podem criar e desenvolver ideologias, conceitos e sugestões de política que contrariam os objetivos das estruturas hegemônicas, a exemplo da teoria da deterioração dos termos de troca, desenvolvida pela CEPAL. Quando isso acontece, sofrem um processo de ridicularização, de ataque frontal e, às vezes, chegando ao estrangulamento financeiro, com a substituição de suas lideranças e de seus quadros. As ideologias das estruturas hegemônicas, representadas por análises, interpretações das realidades econômica, social e política, sugestões de políticas, principalmente no que concerne às relações dos Estados periféricos com as estruturas hegemônicas, são colocados pelos meios de comunicação, como sendo imparciais, científicas, benéficas a todos e “únicas”. Muitas dessas interpretações, como já dito, podem chocar com a realidade, sendo, portanto esquecidas, minimizadas ou ridicularizadas, inclusive pelos mesmos indivíduos, agências e organizações que as tinham formulado e propagado.

d) A formação das elites – Para as estruturas hegemônicas de poder, faz-se importante a formação de elites e quadros simpáticos e admiradores dessas mesmas estruturas, nos países periféricos. Para isso, são utilizados pelos países que integram o centro das estruturas hegemônicas, os programas de difusão cultural, de bolsas de estudo, de pesquisadores visitantes, visitas de grandes personalidades políticas e de formadores de opinião. Nesse sentido, as organizações e instituições que organizam esses programas, colocam os mesmos, como pertencentes a atividades de caráter exclusivamente cultural, científico e tecnológico, com a finalidade aparente de aproximar os povos, assim como, de cooperar para o bom entendimento entre os Estados, preservando assim, a paz. Muitos dos indivíduos que participam dessas atividades desenvolvem um sentimento de simpatia com relação ao modo de vida e a forma de ver o mundo, oriundos dos países centrais dessas estruturas, assim como veem como naturais a forma como se passam as relações entre as estruturas hegemônicas e os países periféricos, principalmente, no tocante às soluções que as primeiras impõem para solucionar crises internacionais. Esses indivíduos tornam-se elementos chave na estratégia de preservação e expansão das estruturas hegemônicas de poder, na medida em que eles venham a ocupar posições importantes na vida pública e privada dos países periféricos. A título de exemplificação dessa estratégia, colocada por Samuel Guimarães, tem-se o papel de importantes universidades americanas na formação dos quadros dirigentes nos países periféricos. Uma das mais atuantes nesse sentido é a Chicago University, que formou os principais quadros dirigentes dos ministérios da economia do Brasil, Argentina e Chile. Na Argentina, durante a gestão de José Alfredo Martínez de Hoz (1976-1981), via doutrina oriunda dessa universidade, criou-se um processo de financeirização da economia argentina, no que

ficou chamado de *pátria financeira*, sem contar os *Chicago's Boys* da gestão Pinochet (BANDEIRA, 2010).

e) Difusão Ideológica – A difusão ideológica das políticas que venham a atender os interesses das estruturas hegemônicas de poder é realizada pelos meios de comunicação de massa que são formados principalmente por gigantescas empresas, que passaram por um processo de concentração e de globalização, como o ocorrido com outras dos setores de serviços e da indústria. Essas empresas de comunicação apresentam uma grande vinculação e interdependência com as do ramo publicitário. Nisto, cria-se um processo de vinculação dos interesses econômicos dos meios de comunicação com os ligados às grandes corporações, tanto nacionais, como multinacionais, dos Estados centrais. Por estarem em um ambiente de alta concentração e ligados aos interesses econômicos, esses meios de comunicação de massa defendem a “liberdade de expressão” e, principalmente, a opinião dos donos e dirigentes desses mesmos meios. Opinião esta, que está intimamente ligada aos interesses e visões de mundo oriundos das estruturas hegemônicas. Os meios de comunicação de massa atuam no sentido de difundir, de modo geral, o estilo de vida e de pensar originais das sociedades que compõem as estruturas hegemônicas. Utilizam para isso, de representações dramáticas do cotidiano, tanto atuais, como passado e futuro das sociedades centrais. Outra forma de difusão ideológica, realizada, independentemente de sua matriz, rádio, televisão ou imprensa, é o ligado ao entretenimento, que leva a uma quase monopolização do interesse e a atenção do grande público, ao qual tem seu foco de atenção desviado dos temas econômicos e políticos mais relevantes. A atenção do grande público foca-se, nesse processo, em programas e artigos da imprensa vinculados aos esportes, aventuras, crimes, violência, aberrações, sexo, música, vida íntima de personalidades e assim por diante. Os meios de comunicação de massa centram forças, no sentido de criar uma sutil e permanente campanha que vise desacreditar toda a atividade política, principalmente a realizada nos países periféricos, embora não apenas nestes.

2.2.1.1.2 *Blocos econômicos*

Samuel Guimarães afirma em *Quinhentos de periferia*, que a criação dos blocos econômicos é um dos principais fenômenos do presente cenário mundial e afeta diretamente os grandes Estados periféricos.

O conceito de bloco econômico para Samuel Guimarães é o mesmo adotado pela maioria dos pesquisadores na área, ou seja, refere-se a um tipo especial de acordo intragovernamental, na esfera internacional, a que por vezes, pode se originar de uma

organização intergovernamental⁴³, que visa reduzir ou eliminar barreiras ao comércio entre os países-parte.

Samuel Guimarães alerta para o fato de que o bloco econômico formado pela ALCA, é uma iniciativa estadunidense, o qual insere-se em uma ampla estratégia comercial, política e militar, que considera o Brasil, como o único país latino-americano capaz de competir, mesmo com limitações, com os Estados Unidos. Neste sentido, Samuel Guimarães considera que a iniciativa de criar uma área de livre comércio nas Américas, situa Washington frente a Brasília e coloca em cheque o MERCOSUL, o que implicaria na possibilidade de agravamento dos desequilíbrios internos e, portanto, maior vulnerabilidade para o Brasil e todos os países do subcontinente sul-americano.

Para Samuel Guimarães, o fortalecimento do MERCOSUL, que em suas palavras é o principal bloco econômico para o Brasil, torna-se vital. Para isso, o mesmo deverá ser estendido, no sentido de o transformar em uma comunidade econômica – porém não diz se no sentido de uma comunidade econômica como a que gerou a Comunidade Europeia -, que venha a englobar toda a América do Sul. Afirma que se caso esse projeto de comunidade não venha a se efetivar, o MERCOSUL tenderá a desaparecer como instrumento de política comercial, em função do aumento das vulnerabilidades e dos desequilíbrios internos ao bloco, cristalizados por vulnerabilidades econômicas, políticas, tecnológicas e externas, aumentando por consequência os desequilíbrios sociais e econômicos.

2.2.1.2 Metas para suplantar a condição periférica

Além do fortalecimento do MERCOSUL, o Brasil e os outros grandes Estados periféricos – como a Índia e a África do Sul, poderão se inserir, juntamente com a Alemanha e o Japão, no grupo de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Samuel Guimarães afirma, nas duas obras analisadas nesta dissertação, que a ampliação do Conselho de Segurança, é tida como inevitável, dada a nova correlação de forças no cenário mundial. A ampliação do Conselho de segurança mostra-se como uma oportunidade única para o Brasil, além de que, teria a função de melhor representar o atual quadro de forças, na atual conjuntura mundial, podendo sim, contribuir para um melhor ordenamento mundial, em que a maior parte da população do planeta venha a ser melhor representada.

⁴³ Organização intergovernamental, muitas vezes conhecida como organização governamental internacional é um tipo de organização formada por Estados soberanos, que são referenciados como Estados-Membros, ou outras organizações internacionais, que podem incluir ONGs e empresas multinacionais.

Para que o Brasil supere seus quinhentos anos de periferia e evite a condição de Estado de segunda classe, ou seja, a sua condição periférica em relação as estruturas hegemônicas, há que afirmar seus interesses fundamentais, mesmo, que isto implique grandes desafios. Entre eles, se destaca o reforço pelo multilateralismo, com ações claras diante dos acontecimentos internacionais. Deve-se conferir um maior e novo dinamismo às relações Sul-Sul, ou seja, com a América do Sul, África e Ásia, e tentar, a todo custo, evitar o aumento da dependência em relação aos Estados centrais, que encabeçam as estruturas hegemônicas de poder político e econômico. Essas metas foram desenvolvidas de modo prático, na atuação do próprio Samuel Guimarães, quando esteve à frente da Secretaria-Geral das Relações Exteriores. Não se pode esquecer, que a construção de um mundo menos polarizado – ou multipolar –, tende a ampliar as possibilidades, no sentido de que, o Brasil venha construir alianças, que minimizem os efeitos da concentração de poder no sistema internacional.

2.2.2 *Desafios brasileiros na era de gigantes*

Em 2005, quase ao final do primeiro mandato do presidente Lula, é publicado *Desafios brasileiros na era de gigantes*. Samuel Guimarães trabalha com a ideia de que o sistema internacional tem como atores principais os Estados e, em segundo plano, as organizações e agentes não estatais, como as ONGs, agências internacionais, transnacionais de grande porte⁴⁴, entre outras.

Há uma nítida organização centro-periferia – como a apresentada pela CEPAL - na qual um reduzido número de grandes atores, tanto estatais como não estatais, que estão no centro das estruturas hegemônicas de poder, situam-se, em oposição a uma série enorme de Estados, de tamanhos que variam de micro a médio, convivendo também com outro número reduzido de grandes Estados periféricos. Esse emaranhado de sujeitos interacionais determina uma situação conflituosa, com alternância entre competição e cooperação.

No prefácio, elaborado por Hélio Jaguaribe, que também escreveu o de *Quinhentos anos de periferia*, é colocado o caráter de otimização, no cenário internacional, em cada época, pelas grandes potências, em uma busca competitiva para maximizar suas vantagens e seu poder, sempre às custas dos países mais frágeis.

⁴⁴ Isso reporta, sem mudanças significativas, ao conceito de estruturas hegemônicas de poder político e econômico, idealizado em *Quinhentos anos de periferia*.

O momento atual – refere-se ao momento da escrita do livro em 2005 -, se diferencia pela particularidade de haver a hegemonia de somente uma única superpotência, que são os Estados Unidos da América. Essa hegemonia é exercida, numa relação de campo magnético ou campo gravitacional, na qual, o poder do país hegemônico é exercido via poderosos constrangimentos econômico-financeiros, tecnológicos, culturais, políticos e, em havendo necessidade, militares. Esses constrangimentos têm como fim "obrigar" os governantes locais, não importando suas intenções, a executarem medidas impostas pelo mercado internacional, o qual é controlado pelas grandes multinacionais americanas e, principalmente pelas diretrizes de Washington, pois a hegemonia atual é exercida pelos Estados Unidos.

O fator cultural, não é esquecido no processo de dominação americana, pois é exercido, principalmente pela produção cinematográfica e televisiva deste país, que em seu conjunto, domina os mercados internacionais, de forma incontestável, estabelecendo como algo universal, o seu modo de vida e de pensar, impondo os seus valores e modos de conduta a todos os povos.

A hegemonia americana, nas palavras de Jaguaribe, "embora extremamente ampla, ainda não é universal" (GUIMARÃES, 2006, p. 12). A ela, se contrapõem a União Europeia - exceto a Grã-Bretanha -, grandes países periféricos da Ásia, em especial China e Índia e, timidamente, dado as suas limitações, o MERCOSUL, que tenta preservar certa margem de autonomia para os países do bloco. Nesse sentido, a ampliação do MERCOSUL, segundo Samuel Guimarães, é peça fundamental para a manutenção e mesmo, para um aumento da margem de autonomia do Brasil, frente a hegemonia americana e mesmo frente aos outros membros das estruturas hegemônicas de poder.

A consolidação do MERCOSUL é um fator primordial, para alavancar a Comunidade Sul-Americana de Nações, UNASUL. Esse movimento, de consolidação do MERCOSUL e da criação da UNASUL, é algo imanente de uma relação, que tem como eixo central, a aliança estratégica Brasil/Argentina. Aliança essa, que foi construída, mesmo a despeito de resistências na Argentina, balizadas pelas assimetrias profundas em relação ao Brasil, que colocam este último em posição favorável ante ao primeiro, além de que, há um ressentimento por parte da sociedade argentina em relação a brasileira, pois há uma percepção de que a sociedade argentina se vê como mais educada e civilizada que a brasileira, porém economicamente é mais fraca. Essa visão se potencializa pela incapacidade por parte do Brasil de articular uma política industrial comum, que leve, a um processo de real reindustrialização da Argentina (GUIMARÃES, 2005).

No que tange ao Brasil, também se criou uma macroestrutura hegemônica de poder, por grupos “extraordinariamente minoritários”⁴⁵, dos quais, fazem parte a alta burocracia do Estado, proprietários rurais, industriais, associações civis, organizações religiosas, partidos conservadores. Esta estrutura hegemônica de poder local se articula com a existente no plano internacional, com isso preservando e acentuando, no âmbito interno, disparidades, vulnerabilidades e subdesenvolvimento.

Para superar esse estado de coisas, Samuel Guimarães propõe que o Brasil enfrente três desafios / objetivos, quais sejam os de enfrentar as disparidades sociais, econômicas, culturais e regionais; as vulnerabilidades eternas, materializadas nas áreas econômicas, política, militar, ideológica e tecnológica; e, por último, a realização do potencial político, econômico e militar. Essas metas materializam os “desafios brasileiros na era dos gigantes”.

Samuel Guimarães atesta que existe uma dualidade na sociedade brasileira, onde historicamente, criou-se uma separação entre os grupos que são beneficiados pelo modelo excludente de desenvolvimento brasileiro e os que estão à margem. Modelo esse que produziu enormes disparidades, crônicas vulnerabilidades e um desenvolvimento desigual, consubstanciado no subdesenvolvimento, criando assim uma relação de retroalimentação, aprofundando e interlaçando cada um desses entraves, impedindo o pleno desenvolvimento capitalista brasileiro. Esses entraves são consequência e expressão de uma série de manifestações, como violência, pobreza, ignorância, racismo, corrupção, desemprego, mistificação, opulência e miséria (Ibidem).

Ele profere que há um reconhecimento, por toda a sociedade brasileira, da existência de disparidades e vulnerabilidades econômicas, sociais, políticas e culturais. Criou-se - pelo menos de "fachada" -, um repúdio e a necessidade de se contornar e suplantar este estado de coisas, visando alcançar o "desenvolvimento", a manutenção da democracia e para garantir, mesmo que em discurso, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual seja preservada uma existência digna aos seus cidadãos, tanto ricos como pobres. Porém, para Samuel Guimarães, os grupos e classes sociais⁴⁶ - minoritários -, que se beneficiam desse modelo, apenas o condenam no discurso, porque na prática, defendem de forma contundente, esse mecanismo de exclusão e criador de disparidades.

⁴⁵ Samuel Guimarães não usa o termo “classe social”, tendo em vista o pensamento desenvolvimentista, no qual, a nação é colocada como uma comunidade supraclassista de cidadãos, agrupados no Estado nacional, sob a soberania desse Estado nação. Para entender o conceito de nação em Samuel Guimarães, ver GUIMARÃES (2008).

⁴⁶ Samuel Guimarães, não usa, pelo menos neste livro, a separação da sociedade em classes sociais, nem por estratificação de renda, nem por alocação ao longo do modo de produção, algo também verificado em *Quinhentos anos de periferia*.

Os grupos beneficiados por esse sistema apoiam mecanismos de ação humanitária, preferindo sempre os de cunho privado, com a intenção de combater injustiças, tornando essa mesma sociedade mais solidária. Mas o que se verifica no mundo real é que, sempre que se busca uma atuação mais firme por parte do Estado ou de movimentos sociais, com vistas a conter a concentração de poder, essas atuações são sempre tidas como uma "intervenção indevida do Estado" ou desses movimentos sociais. Para os beneficiários desse modelo excludente, o correto é produzir ações de longo prazo, tendo a educação como fórmula de dirimir essas desigualdades. Alegam que as massas oprimidas e miseráveis, só estão nessa situação, em virtude da baixa capacidade de se educar, com isso, legitimam e dão como justas as estruturas sociais.

Samuel Guimarães afirma que os beneficiários desse modelo excludente alegam que se deve preservar a estrutura dada, assim como, e a cima de tudo, o aparelho repressivo do Estado, corporificado por um aparelho judiciário e policial, os quais têm que serem fortes, mesmo que com algumas modificações. Também, a manutenção da concentração de poder, tem como fim, a garantia da sobrevivência desses grupos de beneficiários em momentos de agravamento de tensões, provocadas pela exclusão social.

Do lado das classes subjugadas nesse processo, segundo Samuel Guimarães, há muita dificuldade em materializar sua mobilização, para reverter esses mecanismos concentradores, tanto de renda, como de poder político e cultural. Parte dessa dificuldade é produzida por uma ideologia, que culpabiliza os dominados pela predatória dominação, que sobre eles é exercida. É necessário insistir no quanto o neoliberalismo reforçou este processo de autodesqualificação.

Como desenvolvimentista, Samuel Guimarães ressalta a importância de se ter uma política industrial estrategicamente coordenada, tanto em relação às áreas de ciência e tecnologia como na política de emprego. Essa política industrial⁴⁷ não pode ser passiva, como a realizada no governo Fernando Henrique Cardoso - se é que houve política industrial nesse período -, que empregou a desregulamentação, privatização e abertura econômica (PETRAS; VELTMEYER, 2001), que levaram à desindustrialização e ao desemprego, criando um círculo vicioso, no qual também se registraram queda dos investimentos, tanto nacionais quanto estrangeiros no país.

Nesse contexto, faz-se premente o investimento em tecnologia, como afirma Samuel Guimarães nas duas obras analisadas, para que o Brasil amplie seu posicionamento no sistema internacional, com o abandono da posição de exportador de *commodities* agrícolas e industriais,

⁴⁷ A respeito do que vem a ser uma política industrial veja SUZIGAN; FURTADO (2006).

tais como aço, têxteis, carnes e sapatos, para produzir e exportar produtos industriais com maior valor agregado.

Para tornar isso possível, o país precisa incentivar a indústria de bens de capital; a formação de recursos humanos; priorizar o investimento de longo prazo em ciência e tecnologia; e finalmente criar um círculo virtuoso de valorização das atividades científicas, tanto no âmbito social, político e institucional, permitindo assim, que haja um fluxo constante de inovações científicas e tecnológicas, visando ao aumento da produtividade na economia. Faz-se mister o investimento na formação e reciclagem de professores em ciências exatas, bem como o aumento de sua carga horária no sistema de ensino, com fortalecimento dos centros de excelência em ciências e engenharia; a criação de centros de pesquisa conjuntos entre empresas e universidades, com estímulos fiscais às empresas participantes; treinamento da mão-de-obra já empregada, pelo sistema de ensino geral e finalmente o estabelecimento de dispositivos legais, que visem a utilização de patentes concedidas a estrangeiros no país. Samuel Guimarães elege como setores prioritários, nesse processo, os da microeletrônica, tecnologia de informação e química fina.

Em oposição ao pensamento neoliberal, Samuel Guimarães ataca o processo de abertura do mercado de capitais, que é, segundo ele, uma forma de reincorporar ao sistema capitalista global as ex-áreas de influência socialista e parte da “periferia desenvolvida”, que conseguiu construir estruturas industriais relativamente avançadas, com certa autonomia, frente aos interesses das megaempresas transnacionais.

Com o fim de disciplinar tanto o capital nacional como internacional, tem que se usar o crédito público diferenciado, a redução e a isenção fiscal e, direcionar as compras governamentais para empresas que reinvestam maior parcela do seu lucro no país, para com isso alcançar um aumento da capacidade produtiva; criar cadeias de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Brasil; priorizar a compra de componentes de empresas instaladas no país; priorizar investimentos em setores que sejam prioritários, tanto socialmente, tecnologicamente e ambientalmente ao Brasil; apoiar empresas que usem tecnologias mais intensivas em trabalho; priorizar empresas que busquem efetivamente novos mercados externos; e que tenham uma relação positiva, no tocante à balança comercial.

É vital a existência de uma política de atuação na Amazônia, tendo como ponto central o desenvolvimento dessa região e, o combate ao tráfico de drogas, diminuindo assim, o risco militar e, com isso, o risco de internacionalização da região, provocados pela internalização de conflitos latentes em Estados vizinhos. Samuel Guimarães destaca que, o Plano Colômbia é a primeira parte de uma estratégia militar americana na América do Sul, cujas outras seriam a

adoção de teses e esquemas de segurança cooperativa, por parte de governos da região e por último, o desarmamento, inclusive de armas convencionais, criando uma região desmilitarizada.

No tocante à cultura, o autor ressalta que houve um declínio acentuado da produção local, enfraquecendo-se, assim, os laços para a construção de um futuro compartilhado por sua população. Privilegiaram-se as manifestações culturais forâneas, principalmente oriundas dos países centrais, em especial dos Estados Unidos, e – também desta forma - se enfraquece a capacidade do Estado no que diz respeito a promover e defender os interesses nacionais.

Em relação à política externa, Samuel Guimarães, pleiteia que o país deveria ter as seguintes estratégias:

- A) Política comercial que tenha como meta identificar e eliminar os entraves aos interesses comerciais do Brasil e que, utilize o tamanho do mercado interno como barganha para o acesso a esse mesmo mercado de bens, capitais e investimento, tendo em vista criar uma relação mais favorável para o Brasil, no tocante ao trato com os Estados desenvolvidos, que tenham grandes superávits em conta corrente com o Brasil;
- B) Reformular o MERCOSUL, visando construir um polo político e econômico no continente Sul-Americano, com o intuito de barrar a ALCA;
- C) Tentar incluir o Brasil nos principais fóruns decisórios mundiais, como, por exemplo, o Conselho de Segurança da ONU;
- D) Organizar as Forças Armadas, com o fim de ter um maior poder dissuasório, otimizando-as, ao território, população e desenvolvimento brasileiro, sempre tendo como parâmetro, o avanço tecnológico nessa área e o progresso de uma indústria bélica local;
- E) Garantir a autonomia do Estado brasileiro ante a não aceitação de normas internacionais, que venham a colocar em risco a redução das desigualdades internas ou que impeçam a redução/eliminação das vulnerabilidades, ameaçando desta forma, a realização do potencial do Brasil;
- F) Finalmente, lutar para promover um sistema multipolar mundial.

A adoção dessas metas é balizada pela magnitude dos desafios colocados ao Brasil, que são:

- A) Aceleração do processo científico e tecnológico, para superar a limitação de sua difusão, em virtude das estratégias econômica e militar desenvolvidas pelos Estados centrais;
- B) Lutar contra a maior concentração, por parte dos Estados centrais, dos poderes ideológico, político, militar e econômico;
- C) Integrar-se em um mundo constituído de mercados globais, em crescente oligopolização, com crescente multipolaridade sistêmica;
- D) Por fim, se antever ao esforço das estruturas hegemônicas de poder mundial, em normatizar juridicamente as regras, que venham a garantir o processo de concentração de poder.

2.2.2.1 Múltiplas vulnerabilidades

Samuel Guimarães assegura em *Desafios Brasileiros* e também em *Quinhentos anos de periferia*, que um dos principais desafios a serem superados pelo Brasil é suplantando as suas múltiplas vulnerabilidades, que são a externa, política, militar e cultural

A vulnerabilidade externa se materializa na significativa importância das exportações na formação do PIB (ver tabela 15 do anexo), principalmente representada por *commodities* agrícolas, minerais e industriais, durante um longo período; dependência da importação de energia no passado e de bens de capital até hoje; no grande endividamento externo, que hoje é vinculado à dívida interna, do qual os custos com o seu serviço e amortização criam periodicamente crises de pagamento e moratória, gerando processos de submissão das políticas e projetos internos aos interesses dos governos estrangeiros e agências internacionais, tais como FMI e Banco Mundial - que compõem as estruturas hegemônicas de poder -, as quais têm como intuito o enquadramento das políticas internas aos parâmetros da globalização do capital⁴⁸.

As vulnerabilidades política e militar são uma resultante direta da fraca ou ausente produção doméstica de material bélico, com consequente falta de investimento em tecnologia de armamentos, da certeza das elites de que há uma “escassez de poder” por parte do Brasil, a qual geraria uma premente necessidade de alinhamento automático, imprimindo um viés de inferioridade político-militar.

A vulnerabilidade cultural é determinada pelo pouco investimento na manutenção dos processos culturais endógenos ao Brasil e, ao mesmo tempo, uma consequente valorização dos

⁴⁸ Ou mundialização do capital (CHESNAIS, 1997).

processos culturais oriundos dos centros dinâmicos de poder internacional, que estão no núcleo das estruturas hegemônicas de poder, corporificados pelos Estados Unidos da América e, secundariamente, pela Europa Ocidental. Samuel Guimarães afirma nas duas obras analisadas, que esse processo se potencializa na ação da mídia brasileira, que marginaliza as manifestações culturais autóctones, e pela histórica ausência do Estado na manutenção de uma decidida política cultural.

2.2.2.2 *Visões estratégicas na macroestrutura*

Samuel Guimarães, em *Desafios brasileiros na era de gigantes*, formula o conceito de *visões estratégicas na macroestrutura hegemônica de poder*. Conceito esse que é elaborado pela junção de determinantes colocados na legislação, nos organismos e a alta burocracia do Estado, nos múltiplos vínculos entre os grandes proprietários industriais, rurais e financeiros, partidos conservadores, associações civis e de classe e organizações religiosas conservadoras (GUIMARÃES, 2005), que criam diversas opiniões sobre como implementar estratégias em relação ao desenvolvimento da sociedade brasileira e de sua inserção no mundo.

As estratégias que orientam as macroestruturas hegemônicas de poder vão se substituindo na empreitada de manter, ordenar e expandir o seu poder, necessitando para isso, cooptar adeptos nos mais diversos grupos das estruturas da sociedade em geral. Por isso, as estratégias das macroestruturas hegemônicas não se colocam com rótulos de estratégia agrária, militar, industrial, etc., o que possibilita ocultar os vínculos e os interesses dos grupos nos quais se originaram. Estas estratégias, denominadas por Samuel Guimarães, como liberal, desenvolvimentista, nacionalista, etc., são agrupadas, segundo seu idealizador, em dois tipos básicos de visão do mundo, a economicista e a política.

2.2.2.2.1 *Visão economicista*

Segundo Samuel Pinheiro Guimarães, a visão economicista, atribui, como o próprio nome indica, uma prioridade à dinâmica e à organização econômica da sociedade e do sistema internacional, assim como a interligação entre a primeira e a segunda.

Ela advoga que:

O indivíduo, como produtor e consumidor, tem maior importância do que o indivíduo como cidadão ou do que o indivíduo como ser cultural. O interesse fundamental da

sociedade deve ser o aumento incessante da produção e do consumo de bens materiais, o qual é identificado com o bem-estar dos indivíduos que, por sua vez, seriam tanto mais felizes quanto mais bens pudessem consumir. A felicidade e a prosperidade econômica dos indivíduos necessariamente levariam à paz e ao convívio harmônico no seio da sociedade, cujo bem-estar é a soma do bem-estar dos indivíduos que a compõem. Sociedades prósperas são sociedades felizes e a harmonia universal decorreria da prosperidade das sociedades nacionais. (Ibidem, p. 43-44)

Esta lógica implica que os fenômenos econômicos se sobressaem em importância aos de origem política, cultural, social e étnico. Desta forma o funcionamento da economia, tanto nacional como internacional, se apresenta como causa determinante nas questões políticas e sociais. Para ter uma base suficiente, no sentido de definição das políticas de Estado, a análise econômica da situação nacional e internacional seria a chave para balizar as políticas de Estado, no sentido não só de enfrentar as questões econômicas, mas também as de natureza política e social.

A estratégia economicista, traçada por Samuel Guimarães se subdivide em duas, a liberal, nas suas duas vertentes, a liberal e a moderna ou neoliberal e, a desenvolvimentista, com suas subdivisões.

A estratégia economicista chamada de liberal, na concepção de Samuel Guimarães é, em sua essência, cosmopolita e mercantil. Para esta estratégia, as preocupações nacionais, os nacionalismos e o enfoque nacional com vistas a solucionar os problemas, tanto econômicos como sociais, estariam no centro gerador dos conflitos, guerras e das desigualdades, impingindo maior sofrimento à humanidade.

É importante acrescentar ainda que a estratégia liberal se investe de um cunho mercantil. Isto se dá por defender que os fluxos de comércio e dos vínculos econômicos contribuem de forma decisiva na construção da paz entre os povos. Segundo Samuel Guimarães, para a visão liberal, os entraves ao fluxo de comércio internacional criariam condições para a redução da eficiência sistêmica, em termos econômicos. Ao se ter atrito e competição desleal entre os diversos países que compõem o sistema mundial, pode levar no limite, a que essas *anomalias* criem um ambiente cuja consequência final venha a ser a eclosão de guerras.

Segundo Guimarães (2005), no Brasil, a estratégia liberal é apresentada em duas versões principais. A primeira é a *liberal tradicional*, que prega que o país deveria se ater, de forma estrita, à busca de suas vantagens comparativas, para com isso obter maior eficiência e competitividade no cenário mundial.

Segundo esta visão, os diversos esforços de industrialização, para esta visão, que utilizam políticas de substituição de importações, seriam um erro. Isto se dá, devido ao fato de

que a atividade industrial não teve e não teria bases sólidas no Brasil, implicando que esse tipo de atividade só seria possível pela proteção do Estado brasileiro. Caso contrário, as empresas industriais não teriam condições de competir, dado o seu grau de eficiência, comparado com a indústria oriunda dos países mais avançados, que é endogenamente mais eficiente, segundo essa ideologia.

Para os adeptos da visão liberal, a sociedade e o Estado brasileiro devem empreender esforços, no sentido de melhor aproveitar as vantagens comparativas ligadas ao solo, clima e extensão territorial. Em outras palavras, significa que as vantagens comparativas, no caso brasileiro, se apresentam de forma mais inequívoca na produção de bens agrícolas e, no máximo, em produtos manufaturados derivados do setor primário. A economia e o comércio internacional brasileiro devem centrar, por razões de eficiência, no que produzem com vantagens comparativas, para ter ganhos na exportação deste tipo de produto e, importar o que não é produzido de forma eficiente, como por exemplo, os demais produtos industriais com alto teor tecnológico.

Qualquer tipo de restrição ao comércio internacional por parte do Estado brasileiro é visto pela visão liberal, como distorcido e artificial, assim como, qualquer ingerência estatal na economia, tanto de forma direta como indireta. Por este princípio, as intervenções estatais na economia, em especial, na criação de uma política industrial, seriam injustas, por privilegiarem alguns setores econômicos, de forma equivocada, distorcendo o sistema de preços e a estrutura econômica de forma geral, provocando, no limite, um grande prejuízo aos consumidores em geral.

A estratégia *liberal tradicional*, que é uma subdivisão da estratégia liberal, advoga, segundo Guimarães (2005), que a prioridade maior seja dada ao comércio exterior, implicando com isso, maior ou total liberdade cambial, ausência de intervenção do Estado, para não distorcer as operações de comércio, além de defender baixas tarifas aduaneiras e não discriminatórias. A visão da estratégia liberal, segundo Samuel Guimarães, é mais ligada a setores conservadores da formação social brasileira, como setores da classe média, entidades profissionais liberais, latifundiários, produtores de *commodities*, associações comerciais de importação e exportação, setores bancário-financeiros, além da grande mídia (Ibidem).

A outra subdivisão da visão liberal, segundo Guimarães (2005), é a visão intitulada de *moderna*, ou *neoliberal*. Esta argumenta que no Brasil já há um parque industrial instalado, a despeito da posição liberal tradicional, que desencoraja os investimentos no setor, balizados na lei de vantagens comparativas. Para os neoliberais, existem alguns nichos setoriais industriais

com certa competitividade, impondo uma outra dinâmica, que implica numa convivência econômica, com esse mesmo setor industrial.

Para identificar quais são esses nichos onde a indústria é competitiva no Brasil, haveria que se realizar um vigoroso programa de liberalização comercial, que proporcionaria um processo de abertura econômica e criaria um ambiente de maior atratividade do capital estrangeiro, tanto financeiro como comercial. Além disso, submeteria setores e plantas industriais brasileiras à competição, controlando assim a inflação, criando um efeito-demonstração positivo – no sentido de criar uma vitrine –, que por fim, induziria, de forma forçada, tanto a indústria como o consumo a se modernizarem.

A visão moderna neoliberal em Samuel (2005), é forçada a admitir, mesmo que a contragosto, que o parque industrial brasileiro é uma realidade já existente, não algo a ser criado num futuro. Porém ela pleiteia que o Brasil deveria se especializar em *commodities* agrícolas e, no máximo, na área industrial, o país deve se dedicar à produção de *commodities* industriais, de baixo valor agregado, que produzam artigos indústrias com baixo teor tecnológico, com mercadorias fabricadas a partir de matérias-primas que ocorram em abundância no território, a exemplo da agroindústria ou da siderurgia.

Com base nisso, dizem os defensores dessa visão, o Brasil não deveria ter se aventurado num processo de industrialização no passado e, atualmente, devido a sua menor capacidade e eficiência, no setor industrial – tendo como parâmetro os países industriais mais avançados –, o país não pode e nem deve investir em setores que utilizem tecnologia de ponta. Caso venha a investir, o país seria induzido a criar desperdícios lamentáveis, pois não conseguiria obter vantagens, dado que, esses setores não seriam endogenamente competitivos, ou seja, não teria vantagens comparativas. Por outro lado, o país poderia importar produtos de alta tecnologia, sem maiores dificuldades, dos países líderes na produção desse tipo de produto.

Segundo Guimarães (2005), a estratégia neoliberal atuou com firmeza, para pôr fim a políticas de Estado que criassem ou venham a criar certa reserva de mercado, como o que ocorreu com a lei de informática nos anos 80 do século XX – com implicações internacionais, como aborda Bandeira (1989) –, além de que os liberais não deram a menor importância econômica, a que o Brasil se qualificasse no sentido de investir em setores de biotecnologia, assim como em programas de pesquisa em ciência e tecnologia, que são as novas fronteiras do desenvolvimento industrial e também de toda a economia, pelos quais há um interesse muito grande dos governos dos países centrais, pois esses setores hoje corporificam a nova revolução industrial.

Para justificar esse tipo de política, os neoliberais argumentam que

(...) se houver real interesse e possibilidade, os investimentos nos setores industriais de ponta serão feitos naturalmente pelo capital estrangeiro, que terá a tecnologia mais avançada; caso isso não venha a ocorrer, mesmo a tecnologia mais avançada poderia ser adquirida no mercado pelas empresas brasileiras que dela necessitassem (GUIMARÃES, 2005, p. 48).

Segundo Guimarães (2005), para os defensores da estratégia liberal, tanto no sentido tradicional quanto neoliberal, o desenvolvimento industrial deveria ocorrer de forma espontânea, sem estímulos artificiais, que induzam a investimento em setores aonde a economia brasileira não venha a ser competitiva, em termos comparativos, ou seja, são contrários a qualquer tipo de política industrial, que venha a induzir investimentos em setores industriais de todos os matizes, assim como disciplinar a sua atuação e, mesmo, contribuir para a sua existência.

A outra estratégia economicista, apontada por Guimarães (2005) é a desenvolvimentista. Esta não desdenha da importância do mercado externo para o desenvolvimento da economia brasileira, porém afirma que o desenvolvimento deve ser realizado por uma expansão do mercado interno e pela diversificação produtiva, para que o Brasil não venha ser refém do setor primário para a formação de seu PIB.

A estratégia desenvolvimentista, segundo Guimarães (2005), argumenta - embasada muito nos estudos da antiga CEPAL⁴⁹ -, que a demanda por produtos primários pelos países centrais, não aumenta na mesma proporção em que aumenta a renda de suas populações. Além de que, os bens primários tendem a sofrer flutuações de preços, de forma muito mais ampla e bruta, do que os bens industriais. Implicando numa perda da capacidade de importar e investir por parte dos países exportadores de produtos primários, que incide, por sua vez, negativamente na infraestrutura, no nível geral de emprego e renda e, na estabilidade social dos países periféricos exportadores de produtos primários.

O Brasil, segundo os desenvolvimentistas, não deve depender de forma excessiva da produção e exportação de produtos primários, pois a mesma tende a gerar crises ligadas a capacidade de criar divisas a fim de manter importações de bens indispensáveis à sociedade, implicando em graves consequências ligadas ao nível de atividade e emprego.

Advogando a favor da industrialização, a estratégia desenvolvimentista afirma que:

⁴⁹ Ver PREBISCH (1950).

(...) o processamento industrial agrega valor, qualifica a mão-de-obra, educa a cidadania e beneficia a sociedade, enquanto que o crescimento demográfico e a urbanização rápida fazem com que a geração de empregos para ocupar de forma produtiva a população tenha de ser urbana e em grande parte do setor industrial ou no setor de serviços, o qual, aliás, se vincula estreitamente às atividades industriais (Ibidem, p. 49).

Segundo Guimarães (2005), para setores dos desenvolvimentistas, a indústria nascente necessita de certa proteção, por ser menos competitiva e incorrer na possibilidade de entrar em concorrência com produtos similares, importados em grande parte, de produtores estrangeiros tradicionais, que desejam manter e expandir sua participação no mercado brasileiro. Há uma resistência dos tradicionais fornecedores estrangeiros, de produtos industrializados, no sentido de impedir de forma sistemática, aberta ou velada que o Brasil se industrialize, segundo Guimarães (2005), isto ocorre desde os tempos de colônia.

Guimarães (2005), afirma que para os desenvolvimentistas a intervenção do Estado é fundamental, pois permite um desenvolvimento sustentado e integrado, principalmente nos setores expostos a processos de oligopolização e cartelização em nível mundial, devido a atuação das grandes transnacionais e multinacionais.

Afirmam os desenvolvimentistas que há uma necessidade de uma regulação estatal, no caso de uma tecnologia mais nova surgir, pois a mesma é mais restrita em relação a sua propagação, de limitada concorrência, garantindo deste modo, aos detentores da mesma - pelo menos no espaço de tempo no qual essa mesma tecnologia tenha se difundido - um maior lucro. Os detentores das tecnologias mais avançadas não as vendem, não as alugam e nem as transferem, justificando assim uma ação do Estado (GUIMARÃES, 2005).

Guimarães (2005) considera que para as frações desenvolvimentistas e para os liberais, o capital estrangeiro tem como função aumentar o nível de poupança disponível para investimentos, sem que se tenha que forçar um aumento interno do nível de poupança e de tributação, ou seja, sem impor a necessidade de aumentar a influência e participação do Estado na economia. Além do que o aporte de investimento estrangeiro tende a propiciar a introdução no país de tecnologias mais avançadas, que de outra forma, não teriam condições de serem introduzidas. Para finalizar, o investimento estrangeiro tende a introduzir uma estrutura organizacional mais moderna, com melhores salários para os empregados dessas mesmas organizações, influenciando assim as empresas brasileiras.

Setores ligados à estratégia desenvolvimentista, segundo Guimarães (2005), argumentam a favor do investimento estrangeiro, em resposta a outros setores do pensamento desenvolvimentista, que são contrários ao excesso de influência do capital estrangeiro na

sociedade brasileira, afirmando que este, na sua versão moderna, caracterizado pela forma multinacional, não é ligado a nenhuma pátria ou nacionalidade, ou seja, é apátrida, do mundo, sem fronteiras. Guimarães (2005) diz que para os setores desenvolvimentistas não contrários ao capital estrangeiro, esse mesmo capital estrangeiro tende a se comportar como se nacional o fosse, por não ter uma pátria, além de que, em casos nos quais as atividades ligadas a essas empresas venham a criar riscos à segurança econômica do Brasil, o Estado poderia fazer uso, se necessário, de seu direito legítimo de desapropriação.

Essa forma de pensar o investimento estrangeiro como instrumento desenvolvimentista, segundo Guimarães (2005), tem origem em frações de capitalistas tradicionais, ligadas a setores que se articulam na qualidade de fornecedores, compradores e licenciados de empresas estrangeiras e de frações da classe média, como profissionais liberais, com certos vínculos com o capital estrangeiro, e intelectuais, que tem, em sua formulação teórico-ideológica, um preconceito relacionado à capacidade econômico-organizacional do empresariado brasileiro.

Já para Guimarães (2005), o lado ligado à estratégia desenvolvimentista, que defende um fortalecimento do papel do capital nacional como agente central do processo de industrialização – posição próxima a de Samuel Guimarães, nos seus livros e escritos -, afirma que só o capital estrangeiro não é suficiente para se alcançar níveis mais elevados de integração e desenvolvimento. Segundo essa visão, tal capital só tem interesse em investir em setores com altos lucros, que impliquem em menores custos, com retornos mais rápidos. Com isso, mesmo que criando efeitos benéficos iniciais, o capital estrangeiro tenderia a promover o processo de acumulação de capital não no país, mas sim no exterior, implicando em uma menor taxa de expansão da capacidade instalada.

Para Guimarães (2005), os defensores da corrente desenvolvimentista nacionalista advogam que, alguns tipos de tecnologia industrial somente poderiam ser desenvolvidos internamente se o Brasil vier a empreender um esforço no sentido de realizar, de forma autóctone, pesquisas e desenvolvimento das mesmas, impondo a necessidade da ação do Estado para fomentar o desenvolvimento industrial de setores de ponta, com a criação de medidas protecionistas, tanto na área industrial como comercial, contemplando de forma mais favorável o capital nacional. Nos setores tidos como estratégicos, faz-se necessário que o Estado realize ele próprio investimentos nos mesmos, sempre que possível, em associação com o capital nacional.

Finalmente, para Guimarães (2005), essa divisão da corrente desenvolvimentista é favorável à industrialização via capital nacional. As empresas estrangeiras, em razão de suas estratégias globais de mercados, não teriam interesse em transformar o Brasil em uma de suas

plataformas de exportações, limitando a possibilidade de diversificação da pauta de exportações brasileira e dos mercados externos potenciais a serem atingidos, impactando de forma negativa na capacidade de gerar divisas. Concomitantemente, na esfera da concorrência dos mercados globais, as empresas de capital estrangeiro estão permanentemente sob influência das políticas dos Estados dos quais pertencem os seus controladores, levando a eventual interferência dos primeiros sobre os últimos, podendo isso levar a atritos políticos (Ibidem).

Afirma Guimarães (2005), que os formuladores da visão desenvolvimentista de vertente nacionalista centram-se principalmente na burocracia das empresas do Estado; setores das forças armadas; frações ligadas ao capital nacional com baixos vínculos com o exterior, tanto comerciais, quanto de controle acionário; e finalmente, em grupos de intelectuais que defendem uma relação teórico-ideológica nacionalista.

Para Guimarães (2005), tanto a estratégia liberal, que prioriza o papel central do comércio, como agente indutor do desenvolvimento, como a estratégia desenvolvimentista, em que o agente dinâmico do desenvolvimento está na indústria, são visões economicistas, ou seja, não levam muito em consideração questões políticas, ligadas tanto às relações de forças no âmbito da política nacional, como nas dos interesses internacionais.

Guimarães (2005) alega, que a predominância de visões economicistas dentro dos núcleos decisórios do aparelho do Estado deve-se à dominância das decisões tomadas, nesses mesmos centros decisórios, por economistas e pela longa crise externa dos últimos anos, empobrecendo assim o discurso e, colocando em segundo plano uma discussão que venha a colocar em evidência a realidade política nas últimas décadas.

2.2.2.2.2 *Visão política*

Guimarães (2005) formula a existência de uma visão política da realidade brasileira e mundial, a qual se coloca como contraponto à visão economicista. A visão política advoga que

(...) o interesse superior dos Estados é garantir a melhoria crescente do bem-estar de suas populações e a segurança de seus territórios, e que, no caso de certos Estados, o interesse pela segurança ultrapassa o âmbito do território nacional e passa a ser regional e até mesmo mundial (GUIMARÃES, 2005. p. 52-53).

A atividade econômica não é colocada em segundo plano, porém esta é balizada por regras definidas pela sociedade e o Estado, criadas em processos políticos domésticos de

negociação, aos quais participam os grupos sociais e, em nível internacional, por relações de negociações com outros Estados.

Essas atividades políticas, para Guimarães (2005), tanto ao nível nacional, como internacional, definem o que ele chama de *moldura jurídica*, a qual coloca limites às atividades econômicas, impondo uma delimitação as atividades das empresas. A atividade política não se limita às questões econômicas. Atua no sentido de definir também, no âmbito interno, parâmetros nas relações entre indivíduos, empresas, grupos sociais e instituições, tanto nas esferas política, religiosa, familiar, etc. A atividade política disciplina as atividades mais essenciais da vida em sociedade (Ibidem).

No ambiente internacional, justifica Guimarães (2005), a atividade política, identificada na negociação entre os Estados, define os parâmetros jurídicos das estruturas do sistema internacional, além de definir os vários aspectos ligados a relações entre Estados, indivíduos e empresas. As atividades políticas são expressas na construção de normas relativas ao comércio internacional, ao movimento de capitais, a circulação de trabalhadores, gestão do meio ambiente, questão militar, etc. A esfera internacional da atividade política é o ambiente em que atuam, de forma global, as empresas, os indivíduos e as agências do Estado.

As regras que norteiam as relações internacionais imprimem benefícios dentro dos Estados, e entre eles. Essas regras determinam direitos e deveres que são definidos pelos Estados, compondo uma *moldura indispensável*, no sentido de propiciar o desenvolvimento das atividades das empresas, independentemente de sua dimensão.

As negociações para a elaboração das regras internacionais são norteadas por exercícios de poder, não por uma relação que utiliza esquemas lógicos, ou imparciais, nem por gestos de boa vontade. Isso se deve ao fato de que, entre os Estados, o que existe, são relações de exercício de poder. Participam, em grau menor, organizações não governamentais (ONGs), e empresas transnacionais e multinacionais, de grande envergadura. As relações de poder têm uma variante econômica, mas não se limita a ela, expressando-se nas variáveis políticas e militares. A política se coloca como fundamental para a execução das atividades econômicas, tanto no âmbito privado, como público (GUIMARÃES, 2005).

No sistema internacional os Estados, tentam com os instrumentos de que dispõe, direcionar, na medida do possível, a que as definições das regras internacionais sejam as mais favoráveis possíveis as suas sociedades. Nesse sentido, se um Estado aparece defendendo uma determinada regra, relacionada a qualquer tema, é que esse mesmo Estado tem a expectativa de que a mesma venha a beneficiar, assim, os seus cidadãos, instituições e empresas, mais que as dos outros Estados. Os Estados utilizam sugestões que venham a favorecer outros Estados,

apenas como estratagema de negociação, tendo em vista, obter apoio aos seus objetivos últimos (Ibidem).

Segundo Samuel Pinheiro Guimarães, a visão política, ao materializar em práticas, resulta em estratégias liberal, reformista, militar e diplomática.

A estratégia política liberal, vista por Guimarães (2005), considera como fixas, a alocação de poder econômico e político na sociedade. A distribuição de poder é tida como equitativa e justa, pois nenhum grupo social⁵⁰ teria força o bastante para influir sozinho no processo de execução e elaboração de normas, objetivando que as mesmas sejam destinadas a organizar a seu favor a sociedade como um todo.

Essa construção teórico-ideológica assemelha-se à visão liberal da economia, pois tende a se comportar como se vivenciasse uma relação de concorrência perfeita. A estratégia econômica liberal considera como natural, para o sistema econômico, a existência da livre concorrência, sem qualquer interferência estatal – isso no plano ideológico, pois na prática o liberalismo usa todo o poder do estado, em seus vários aparelhos -. (Ibidem).

Há por parte da estratégia liberal uma necessidade de construir e defender o *sistema democrático formal*, caracterizado pela divisão de poderes do Estado, em Executivo, Legislativo e Judiciário. Esses poderes se apresentam como independentes, harmônicos e cooperativos. Devem ser realizadas eleições, livres e periódicas para escolher os representantes do povo. Defendem uma legislação que seja efetiva no propósito de proteger os direitos civis e políticos dos indivíduos, como liberdade de imprensa, de associação, de reunião, entre outros. Finalmente, a legislação tem que garantir a existência da livre iniciativa dentro do jogo do mercado.

Guimarães (2005), diz que no âmbito internacional, a estratégia política liberal afirma que o sistema internacional é formado por Estados, que apresentam uma igualdade de poder e, por isso, tendem a se relacionar de forma mais cooperativa, visando o bem-estar e a paz mundial, desde que, nesses mesmos Estados, a democracia prevaleça.

A despeito de reconhecer que no ambiente internacional existem disparidades de poder entre os diversos Estados, mesmo assim afirmam que os Estados mais poderosos não exercem o seu poder em benefício próprio, mas sim com vistas ao bem de toda a humanidade, sem com isso oprimir os Estados mais fracos. A inserção internacional ideal para o Brasil é a cooperação com todos os demais Estados; se adiantar nos processos de desarmamento e paz; não se contrapor às grandes potências, dado que são mais poderosas e beneficentes. O Brasil também

⁵⁰ Samuel Guimarães fala em grupo social e não em classe social, como já exposto.

não deve empreender iniciativas no sentido de exercer qualquer tipo de protagonismo internacional, em consequência de sua escassez de poder. Deve o Brasil aceitar as regras do sistema internacional, que são imparciais e benéficas a todos os Estados que tenham um comportamento “civilizado” (Ibidem).

Na sequência das estratégias políticas expostas por Guimarães (2005), temos a estratégia política reformista. Esta estratégia parte da premissa de que o poder político e econômico no Brasil se apresentam bastante concentrados. Nesse sentido, o sistema político representa, em sua grande maioria, os interesses dos grandes grupos econômicos, beneficiários das grandes disparidades econômicas e sociais, que se apresentam na sociedade brasileira. Há o imperativo de se realizar uma reforma eficiente na sociedade brasileira, para reverter as disparidades e vulnerabilidades, promovendo assim, um processo de desenvolvimento, tornando a sociedade mais justa e próspera. A implementação dessa reforma é considerada extremamente complexa e difícil em um regime político de vertente liberal, formal e tradicional (Ibidem). A visão estratégica política reformista se subdivide em democrática e autoritária.

A vertente reformista democrática, defende que os movimentos populares se organizem, para pressionar, tanto o sistema político, como o Estado, no sentido de aprovar legislações e políticas públicas que venham diminuir e reverter a ação dos agentes concentradores de renda e de poder, sem com isso, afetar de forma radical, a distribuição da riqueza (Ibidem).

Os meios a serem utilizados para diminuir a concentração de renda e de poder são:

A reforma do sistema tributário para torna-lo menos regressivo e do sistema educacional para torna-lo público, geral e laico; a defesa dos direitos humanos econômicos, em especial a defesa do direito ao desenvolvimento, ao trabalho e ao emprego; a luta contra a pobreza; a defesa de uma legislação para coibir a influência do poder econômico no processo político e administrativo (Ibidem, p 56-57).

A versão reformista autoritária, para Guimarães (2005), parte do pressuposto da urgência de se realizar uma reforma da sociedade brasileira, para evitar o caos social e político, que podem colocar em risco a continuidade do regime capitalista.

O sistema político liberal formal se mostra ineficiente para promover tais reformas, por representar os interesses de *oligarquias egoístas e arcaicas*, corporações sociais e lobbies econômicos. Nesse sentido, por sua origem, somente as classes, e setores da macroestrutura⁵¹, habilitados pela sua formação e originalmente imparciais, que estariam aptos a promover com êxito, as tarefas ligadas à promoção necessárias às reformas (GUIMARÃES, 2005).

⁵¹ Entendemos setores da macroestrutura, como similar a categoria social.

Os setores mais habilitados a realizarem essa tarefa seriam os intelectuais e os militares. Ambos, dado a natureza de suas funções sociais e de suas preocupações, se colocam em um ponto acima dos interesses arcaicos, que por séculos se beneficiaram das injustiças do sistema econômico e político no Brasil (Ibidem).

No tocante ao sistema internacional, a estratégia reformista, considera que o atual sistema mundial é derivado de sistemas de impérios coloniais, que organizaram a expansão geográfica do capitalismo, impondo as suas regras de distribuição do poder político, econômico e militar. Esse sistema colonial vem desde as Grandes Descobertas, no século XV, até os anos 60 e 70 do século XX (Ibidem).

O sistema internacional tem sua estrutura central constituída por grandes potências e Estados desenvolvidos, muitos dos quais, ex-metrópoles coloniais, ricos e militarmente fortes, que após a Segunda Guerra Mundial, passaram a ser liderados, de forma hegemônica, pelos Estados Unidos, numa disputa política, econômica e ideológica com a ex-URSS, até a queda desta última em 1991 – ou 1989, data da queda do muro de Berlim – e, por outro lado, uma constelação de Estados periféricos, ex-colônias, pobres e militarmente fracos.

O processo de concentração de poder político e econômico tem sido reforçado por heranças coloniais e regras adotadas no sistema internacional, impostas pelas grandes potências, que desenvolvem mecanismos legais com a finalidade de preservar e consolidar a hegemonia da macroestrutura de poder em nível global (Ibidem).

Cabe ao Brasil, segundo essa visão, implementar uma luta, que vise reformar o sistema internacional, na busca de um lugar que represente melhor os seus interesses, evitando ou dificultando, a existência de normas que inibam o seu desenvolvimento econômico, minimizado assim, situações de inferioridade e vulnerabilidade permanentes, tanto na esfera política, como militar (Ibidem).

A *visão* estratégica militar, apresentada em Guimarães (2005), argumenta que o território nacional é o único local em que a nação pode viver de acordo com as suas tradições, suas normas e anseios. Esse território nacional, é na verdade o território pertencente ao Estado, que é o lugar onde a sociedade pode desfrutar de seu ordenamento jurídico, de suas tradições e cultura. Este território sempre estará sujeito a sofrer ameaças externas.

A defesa do território contra as ameaças externas, segundo a visão estratégica militar, depende da capacidade de usar eficazmente a força, tanto de forma dissuasiva, como efetiva. Para isso tem que se ter uma autonomia no suprimento de material bélico no seu todo, que inclui energia, equipamento e munições (Ibidem).

Para os partidários dessa visão, os suprimentos bélicos têm como fonte a indústria, fazendo com que o desenvolvimento industrial esteja no centro do desenvolvimento da atividade militar. Dado o tamanho e a complexidade do território brasileiro, as forças armadas devem incluir uma gama muito vasta de equipamentos de origem industrial, impondo que se desenvolva em território nacional uma indústria bélica. As bases históricas para preocupação em relação ao desenvolvimento de uma indústria militar encontram-se nas dificuldades passadas pelo Exército brasileiro na Guerra do Paraguai e, na convicção, que foi formada gradualmente, desde o início do século XX, de que é muito importante ter um parque industrial próprio, para salvaguardar a defesa nacional (Ibidem).

Outra questão abordada pela estratégia militar é que no passado o Brasil não tinha nem investimento e nem população significativa no exterior, o que restringiria a atuação militar basicamente ao território brasileiro. Porém essa situação se inverteu, dado que cada vez mais a população e os interesses econômicos brasileiros se expandem em direção ao exterior. Sem contar o elevado número de vizinhos e, o enorme litoral, que fazem com que a natureza dos interesses brasileiros tenda a se expandir para o exterior, alterando a função das Forças Armadas. Isso exige que se planeje de forma minuciosa, a expansão da capacidade militar, que inclui esquemas de abastecimento, que são dependentes de investimentos de longo prazo (Ibidem).

A visão militar de análise da realidade brasileira e de sua inserção internacional se subdivide em anticomunismo e nacionalismo.

A versão anticomunista, que para Guimarães (2005) foi ligada ao contexto da Guerra Fria, considera que a questão nacional mais importante, do ponto de vista estratégico, é a defesa dos valores do Ocidente, que na verdade é a defesa do sistema capitalista, em oposição ao socialismo da antiga URSS. A defesa do Ocidente tem que prevalecer sobre qualquer outro objetivo nacional, mesmo que com isso, o Brasil incorra em uma limitação de sua soberania.

Já a versão nacionalista da visão estratégica militar considera que, mesmo existindo um interesse do Brasil em manter sua tradicional amizade com os Estados Unidos, isso não quer dizer que os mesmos estariam dispostos, sob qualquer aspecto, a garantir o fornecimento de material bélico ao Brasil, tendo como parâmetro, requisitos técnicos e quantidades que fossem julgadas como necessárias e indispensáveis pelas Forças Armadas brasileiras. Com isso, o desenvolvimento da indústria nacional, em especial nos setores ligados a equipamentos bélicos, torna-se indispensável. Sendo os efeitos benéficos deste desenvolvimento da indústria bélica nacional maiores e melhores para o Brasil, do que a simples cooperação com os americanos.

Os militares nacionalistas advogavam que foram superestimados os perigos decorrentes do comunismo internacional e da rebelião interna. Então nesse caso, tanto em relação ao Brasil, como no de seus vizinhos, a supervalorização do perigo comunista implicou em ações repressivas extremas, que se revelaram, no longo prazo, prejudiciais, no sentido de criar junto à sociedade civil, um ressentimento e desconfiança, perante as Forças Armadas, arranhando assim, a sua imagem. Essas desconfianças e ressentimentos tenderiam a prejudicar as Forças Armadas, pois levariam a uma contenção e controle de despesas militares, debilitando dessa forma, o desempenho destas, incidindo assim, negativamente na sua capacidade de defesa do território (Ibidem).

Finalizando as estratégias políticas desenhadas por Samuel Guimarães em *Desafios brasileiros na era de gigantes*, temos a diplomática, que se subdivide em tradicional e moderna.

Para Guimarães (2005), a estratégia diplomática tradicional trabalha com a ideia de que existe um desequilíbrio em relação à situação atual do Brasil no contexto internacional com relação ao seu real potencial econômico e político, criando um desnível entre o poder real e o potencial. Isso leva a afirmar que o Brasil não tenha interesse no congelamento das estruturas mundiais de poder, dado que ele – Brasil – necessita, de forma vital, não assumir compromissos desiguais que venham a manter, de forma permanente essa situação.

Segundo a visão diplomática tradicional, alguns princípios internacionais são úteis ao Brasil, enumerados por Guimarães (2005):

- a) Princípio da igualdade soberana dos Estados – auxilia a que o Brasil defenda melhor os seus interesses, ligados às negociações e as relações internacionais;
- b) Princípio de não intervenção em assuntos internos de terceiros países – é crucial, no sentido de que, uma intervenção sempre cria fatores que beneficiam os Estados mais poderosos, prejudicando, dessa forma, países como o Brasil;
- c) Princípio da autodeterminação – pois ele preserva a liberdade de ação interna e externa, com relação à defesa dos interesses nacionais.

Outro fator de extrema importância, colocado por Guimarães (2005), é que para os defensores dessa visão estratégica, é a situação geográfica do Brasil, a qual, tem que ser levada em conta, o grande número de países vizinhos fronteiriços⁵² e, a elevada extensão litorânea⁵³. Outro fator importante é ligado aos interesses estratégicos dos Estados Unidos na América do

⁵² O Brasil faz fronteira com Argentina (1224 km), Bolívia (3400 km), Colômbia (1643 km), França (Guiana Francesa) (673 km), Guiana (1119 km), Paraguai (1290 km), Peru (1560 km), Suriname (597 km), Uruguai (985 km), e Venezuela (2200 km).

⁵³ A extensão oceânica do Brasil, que vai de o cabo Orange até o arroio Chuí é de 7.408 km, porém se considerarmos as saliências e as reentrâncias do litoral, a extensão aumenta para 9.409 km.

Sul, para a sua política exterior e, a importância histórica das relações do Brasil com os Estados Unidos, tanto no plano político, como econômico.⁵⁴

Por fim, afirmam que o conhecimento das distorções e influências de toda ordem, as quais estão sujeitas a formação da opinião pública, no que diz respeito à interpretação da ação internacional do outros Estados e, em relação às ações de política externa brasileira, fazem com que, seja prudente que se adote uma atitude serena e, com bastante discrição, diante dessa mesma opinião pública, pois, a mesma, por vezes, pode ser influenciada por governos estrangeiros. Aliado a isso, o Brasil deve também evitar sobressaltos na execução da política exterior, em virtude de que, variações bruscas na execução da política externa, impactariam negativamente na credibilidade internacional do país.

A visão estratégica denominada diplomacia moderna, em oposição à visão diplomática tradicional, vai na direção de caracterizar os fenômenos vitais na esfera internacional, no pós-Guerra Fria, como ligados à expansão do processo de globalização econômica; o fim dos conflitos bélicos – excetuados os que ocorrem em regiões marginais do globo -; a um processo de instauração de uma hegemonia unipolar americana sobre o mundo; e por fim, na construção de uma ordem na qual há o desaparecimento gradual das fronteiras entre os Estados nacionais e mesmo o desaparecimento dos Estados nacionais, o que levaria a afirmar que num futuro próximo, esses conjuntos de fatores determinariam a irrelevância das ações de defesas e da afirmação da soberania nacional (Ibidem).

Nesse quadro teórico-ideológico, Guimarães (2005), afirma que para os adeptos da diplomacia moderna, o exercício diplomático deveria centrar forças em temas como: direitos humanos, narcotráfico, terrorismo e a construção de uma ordem jurídica internacional que venha a retirar os entraves aos fluxos internacionais de bens e capitais, para com isso promover o perfeito funcionamento e a expansão do novo padrão de economia global, que segundo os defensores da versão diplomática moderna, é mais benéfica, próspera e imparcial⁵⁵.

Em relação aos conceitos de soberania dos Estados, a não intervenção e a autodeterminação, estes passam a ser encarados pela diplomacia moderna, como relativos e flexíveis. O Brasil, como estratégia fundamental, deveria se apresentar perante o sistema internacional como um país *normal*, cumpridor, voluntário e exemplar, no tocante ao cumprimento das normas internacionais. Colocando-se numa posição de ator responsável,

⁵⁴ Para se entender o relacionamento dos Estados Unidos com o Brasil e, mesmo com a América do Sul, ver: AYERBER (2002), AYERBE (2009), BANDEIRA (1989), BANDEIRA (1999), BANDEIRA (2003), BANDEIRA (2004), BANDEIRA (2009), BANDEIRA (2010).

⁵⁵ Ver, nesse sentido o relato de Lampreia sobre a política externa do governo Fernando Henrique em LAMPREIA (1998).

posicionando-se como interlocutor privilegiado, junto às grandes potências e à hiperpotência americana, credenciando-se assim a auferir benefícios econômicos, junto às megaempresas multinacionais e do sistema financeiro internacional (Ibidem).

A estratégia diplomática tem tradicionalmente duas vertentes principais:

(...) A primeira enfatiza os temas políticos e se subdivide em diplomacia mundial, ou multilateral, e regional, subdividindo-se esta, por sua vez, em hemisférica e sul-americana. A segunda vertente da diplomacia considera que a influência política de um Estado depende de seu poder econômico. Assim, o esforço de construção da capacidade econômica brasileira é absolutamente prioritário, inclusive para a diplomacia, e, portanto, esta deve enfatizar os temas econômicos nas relações externas do país (Ibidem, p. 64).

Esta estratégia diplomática é responsável por articular a cooperação, a confrontação, a competição e a conciliação da macroestrutura interna de poder com as estruturas hegemônicas de poder em nível planetário. Para isso, em cada período histórico, as estratégias diplomáticas específicas dos mesmos, se articulam com uma ou outra das diversas estratégias, visando interpretar e balizar o processo de desenvolvimento político e econômico brasileiro, além de buscar com isso, a preservação do poder da macroestrutura (Ibidem).

2.3 A visão de Samuel Guimarães

O posicionamento político-ideológico de Samuel Guimarães, em seus vários artigos e, principalmente nos dois livros analisados neste trabalho, *Quinhentos anos de periferia e Desafios brasileiros na era de gigantes*, é contrário à visão liberal nas suas duas vertentes (tradicional e moderna/neoliberal). Para ele, Samuel Guimarães, as políticas neoliberais têm um efeito desastroso sobre o crescimento dos países subdesenvolvidos, grupo do qual o Brasil é membro, com impactos negativos na distribuição de renda, do implemento do mercado interno, na autonomia do Estado em implementar políticas com vistas a fomentar um desenvolvimento industrial e científico, com fortes impactos nas disparidades e vulnerabilidades. Esse posicionamento é explicitamente colocado por Samuel Guimarães, já na introdução do *Plano Brasil 2022*:

(...) países que adotaram em longos períodos as políticas prescritas pelos governos, organismos internacionais e megaempresas, defensores das recomendações do Consenso de Washington, isto é, de liberalização dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; privatização generalizada; de desregulamentação agressiva e imprudente, inclusive do sistema bancário, apresentam resultados pífios. (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, 2010, p. 7)

Há no *Plano Brasil 2022*, e nos dois livros analisados uma preocupação com a vulnerabilidade externa. O Brasil não deve ser dependente nem de tecnologia estrangeira, nem de exportação de *commodities*, tão pouco, do abastecimento forâneo de munição e equipamentos para as forças armadas, etc.

Para promover o desenvolvimento das forças produtivas e das exportações, afirma que o país deve se colocar como um produtor efetivo de tecnologia, no intuito de fomentar o setor industrial, principalmente o da indústria de bens de capital. Ratifica com isso, sua posição pró-ideologia desenvolvimentista e nacionalista nas suas duas obras principais, assim como, no *Plano Brasil 2022* e nos seus diversos artigos publicados na imprensa.

Para Samuel Guimarães o desenvolvimento das forças produtivas sempre deveria, no caso do Brasil, ser acoplado a um aumento do emprego e do aumento do mercado consumidor interno. O desenvolvimento industrial deve ser respaldado por uma política de Estado, para poder criar instrumentos que possam ser utilizados no enfrentamento dos grandes desafios postos à sociedade brasileira. Além de que o desenvolvimento industrial traria bases para dar diversificação da pauta de exportações, diminuindo a dependência das *commodities*, ou seja, contribuiria para a diminuição da vulnerabilidade externa.

Para legitimar a sua posição pró planejamento estatal, Samuel Guimarães sinaliza o exemplo da China, que usou fortemente o Estado como agente norteador do desenvolvimento de toda a sociedade chinesa, não adotando as recomendações do Consenso de Washington, fazendo com que o país saltasse para a posição de segunda maior economia do mundo e passar sem muitos solavancos pela crise de 2008. É o que mostra o seguinte trecho do *Plano Brasil 2022*:

A China é o país de maior sucesso econômico dos últimos vinte anos, tendo crescido em média 9,8% a.a. A base de seu desenvolvimento tem sido o seu firme e consistente planejamento da ação do Estado, tanto interna quanto externamente, e de regulamentação da atividade das empresas privadas, estrangeiras e chinesas, tanto em termos de localização geográfica quanto de compromissos de transferência de tecnologia, de nacionalização dos investimentos e de exportações. (Ibidem, p. 7)

Samuel Guimarães não usa as categorias de classe ou fração de classe burguesa a qual trabalha Poulantzas, porém, com seu engajamento político-teórico-ideológico favorável a um desenvolvimentismo, pautado por uma maior intervenção estatal, advoga políticas públicas que vão ao encontro da grande burguesia interna e em oposição à burguesia associada.

Samuel Guimarães se preocupa com a construção de um grande mercado interno, com a criação e desenvolvimento autóctone de tecnologia, para também possibilitar o desenvolvimento de uma indústria bélica nacional. Com isso, preocupa-se em solidificar as bases de uma indústria de base, com predominância do capital nacional e na impossibilidade deste, com capital estatal. As dificuldades para o desenvolvimento das forças produtivas internas, só serão superadas, na visão de Samuel Guimarães, por uma coordenação entre o capital nacional – capital esse, ligado a grande burguesia interna - e o Estado.

Esse tipo de arranjo, do capital nacional com o Estado é típico do período desenvolvimentista, orquestrado em muito por uma burocracia de Estado, da qual Samuel Guimarães fez parte e na qual atuando intensamente desde os idos dos governos desenvolvimentistas militares. Provavelmente por ter pertencido aos quadros burocráticos do Estado no período militar, o fez ter uma preocupação muito grande com a estratégia, ou seja, com a autonomia militar do país. Autonomia essa colocada como imperiosa, no sentido de que o Brasil necessita dominar os processos tecnológicos, a fim de que com isso, venha a dominar os processos de produção de armas tanto convencionais como não.

Com relação aos armamentos não convencionais, Samuel Guimarães é terminantemente contra o fato de o Brasil ter ratificado no período neoliberal, tratados que limitaram o desenvolvimento em solo tupiniquim de tecnologias de produção de armas não convencionais, como o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares⁵⁶, TNP, o qual, segundo Guimarães (2001), só impôs restrições aos países que o assinaram, principalmente aos grandes Estados Periféricos, sem, contudo, diminuir o arsenal dos detentores desse tipo de tecnologia militar, mantendo e ampliando ainda mais as disparidades de poder militar.

Como desenvolvimentista, Samuel Guimarães não se coloca numa posição anti-imperialista, a não ser no caso da ALCA⁵⁷, por se tratar de um empreendimento que possibilitaria o fim de um projeto de desenvolvimento próprio para o Brasil. Entendemos que para Samuel Guimarães, a ALCA tenderia a criar um ambiente em que a grande burguesia interna, ligada à indústria, teria atacada, de forma contundente, a sua base de acumulação, minando o componente econômico de determinação de sua força. Outro fator é a possibilidade de uma regressão produtiva, abordada no capítulo 1, a qual o país tenderia a voltar a sua matriz econômica para produtos de baixo valor tecnológico, nas áreas agrominerais, com baixo valor agregado, implicando num aumento da vulnerabilidade externa. Além de que, a ALCA

⁵⁶ Ver: GUIMARÃES (2010).

⁵⁷ Ver: GUIMARÃES (1999), GUIMARÃES (2002), GUIMARÃES (2002 a), GUIMARÃES (2011).

claramente só beneficiaria os Estados Unidos, em detrimento dos interesses do Brasil, numa relação de embate político⁵⁸.

Samuel Guimarães afirma em *Desafios brasileiros na era de gigantes*, que as diretrizes econômicas são estabelecidas mediante uma luta política que é a expressão das relações de poder, tanto no plano interno, contidas na macroestrutura hegemônica da sociedade brasileira, como no internacional, na relação das estruturas hegemônicas de poder com o restante do mundo.

Samuel Guimarães coloca-se contra a visão diplomática moderna por não acreditar que o Brasil tenha escassez de poder e com isso, deva se aliar incondicionalmente aos os países mais fortes no cenário internacional. De forma prática, atuou no governo Lula, como Secretário-Geral de Relações Exteriores, onde, juntamente com o então ministro Celso Amorim, pode colocar em prática esse pensamento de que o Brasil não tinha escassez de poder. Fizeram-no com a concordância da presidência da República, contribuindo para que o Brasil viesse a atuar nos fóruns internacionais de forma mais assertiva, no período, além de pleitear para o Brasil uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. A ocupação desta vaga no Conselho de Segurança é um dos principais objetivos, em termos de política externa, a ser alcançado no bicentenário da Independência.

Os resultados dessa política externa, implementada no governo Lula, foram um maior protagonismo do cenário mundial, com um engajamento, que ao nosso ver, possivelmente pode ter ficado datado, numa tentativa de se estabelecer um maior multilateralismo, expresso na atuação brasileira para a criação do G20, no fórum de diálogo Índia-Brasil-África do Sul, da articulação dos BRICS – atuações essas que entram como metas no *Plano Brasil 2022* - e, de forma estratégica, a atuação conjunta em vários momentos de Brasil e Argentina, numa relação diferente da colocada pela política argentina de realismo periférico⁵⁹. Atuação essa que é posta por Samuel Guimarães, como fundamental para o Brasil e Argentina e para o MERCOSUL, como é visto na seguinte passagem:

(...) A capacidade, o poder e a influência da região para atuar em todas as questões internacionais dependerão da participação permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Essa participação permitirá à região e ao MERCOSUL melhor defender e promover seus interesses em todos os mecanismos internacionais importantes de coordenação do sistema mundial. Esse esforço não pode ser visto como

⁵⁸ Para uma melhor visão do que poderia ter sido a ALCA e suas implicações para o Brasil, ver: AMORIM (2003), AMORIM (2013), BANDEIRA (2002), BANDEIRA (2003), BATISTA (2002), BATISTA (2003), BATISTA (2005), CORTEZ (2004), PINTO (2005), SANTANA (2001), SILVA (2008).

⁵⁹ Realismo periférico foi a política externa implementada pelo governo Menem (1989-1999), de alinhamento incondicional com os Estados Unidos. Ver: BANDEIRA (2010), BATISTA JR. (2005), CARVALHO (2010).

uma estratégia competitiva entre Brasil e Argentina, pois essa atitude política e psíquica somente enfraquecerá ambos os países dentro de cada sistema político nacional, no âmbito regional e mundial e estimulará os Estados que, não desejando a união da América do Sul, atizarão rivalidades. Essa operação política é o desafio de nosso tempo e será decisiva para o futuro da Argentina, do Brasil, do MERCOSUL e da América do Sul: para a sua opulência ou miséria, para sua grandeza ou caos. (GUIMARÃES, 2005, p. 429)

Samuel Guimarães aproxima-se da visão política reformista, por afirmar em seus livros e artigos a necessidade de se reformar a sociedade brasileira, transformando-a em mais equânime, diminuindo as disparidades regionais, de gênero, raciais, etc. Essa luta por uma maior equidade permeia todo o corpo do *Plano Brasil 2022*.

Voltando a esta questão, Samuel Guimarães é a favor de uma autonomia no plano militar, propiciada por um desenvolvimento da ciência e tecnologia dentro do território nacional, para minimizar e/ou erradicar a vulnerabilidade política ligada à dependência externa de equipamentos e munições bélicos. Isso, em nossa opinião, se coaduna com a ideia de transformar o Brasil num polo “subimperialista”, com um protagonismo maior das grandes empresas brasileira, tanto no âmbito do continente Sul Americano, como mundial. Implicando em uma maior presença do Brasil no ambiente internacional, necessitando assim, de investimento militares para aumentar o seu poder dissuasório.

Essa maior atuação, principalmente na América do Sul não pode ser exercida de forma hegemônica, como aponta Guimarães (2005), mas sim numa relação de liderança, onde o Brasil tem que levar em conta a extrema disparidade a favor dele com qualquer outro país da região.

No que diz respeito às visões diplomáticas, o posicionamento de Samuel Guimarães tende mais para a visão tradicional, porém com muitos pontos divergentes. Ele defende que existe sim um desequilíbrio de poder potencial e que o Brasil deveria desempenhar um papel mais expressivo em relação ao que desempenha. Uma das maneiras de ter uma maior relevância no plano internacional, como afirma nos dois livros aqui analisados, além do *Plano Brasil 2022*, seria aproveitar a *janela de oportunidade* para ser eleito como membro permanente do Conselho de Segurança.

Nos dois livros, no *Plano Brasil 2022* e em vários artigos publicados, reafirma a importância estratégica para o Brasil do seu entorno, que é a América do Sul. Alerta também para a influência ideológica oriunda principalmente dos Estados Unidos e dos outros membros das estruturas hegemônicas de poder sobre a formação da opinião pública brasileira.

Guimarães (2005) ataca os efeitos da globalização, que podem causar um aumento das vulnerabilidades e acentuar as disparidades. Assegura que não acredita na tese de há um

processo de fim das funções do Estado nacional com a globalização, pois as empresas e os nacionais dependem da atuação desse Estado para defender os seus interesses no exterior e não têm legitimação para sancionarem e executarem leis que visem dirimir os conflitos na sociedade (GUIMARÃES 2001).

Com este posicionamento, Samuel Guimarães se coloca, objetivamente, a favor do capital nacional, principalmente o ligado à grande burguesia interna⁶⁰, pois o processo de globalização implica maior exposição à competição internacional, por parte dessa fração de classe. A globalização tende a beneficiar internamente a burguesia associada e o capital imperialista em detrimento da grande burguesia interna. Porém, Samuel Guimarães não se opõe a que essa grande burguesia interna venha a atuar como transnacional ou multinacional, desde que o território econômico das empresas nacionais no Brasil seja resguardado. Para isso, faz-se necessário a presença do Estado como guardião desse processo, lembrando muito o fato de que a grande burguesia interna não é anti-imperialista, porém, por ter a grande parte do seu processo de acumulação realizado internamente na formação social, necessita em dados momentos, de um certo nível de proteção do Estado.

Na área internacional, constrói o conceito de estruturas hegemônicas de poder, um dos seus conceitos mais caros e que permeia todo o livro *Quinhentos anos de periferia*. Conceito esse elaborado para dar conta, em sua opinião, das novas especificidades do cenário mundial, no qual afirma que há uma hegemonia militar dos Estados Unidos; uma falta de hegemonia na área econômica, na qual os Estados Unidos, União Europeia e Japão formam o núcleo econômico central do mundo; e, no plano político, há um condomínio realizado no interior do Conselho de Segurança, pelos seus membros permanentes, sem contar a atuação das diversas ONGs e empresas multinacionais.

Para a construção do conceito de estruturas hegemônicas, Samuel Guimarães, ao nosso ver, utiliza-se do método que faz uso de um salto largo na história, nos moldes de Wallerstein (2004) e Arrighi (1996), para demonstrar o entrelaçamento das relações políticas e as redes econômicas, desde o século XV, numa crítica ao capitalismo global, ou globalizado do início do século XXI.

Entendemos que a construção do conceito de estruturas hegemônicas em Guimarães (2001), nos remete, e tem uma semelhança com o conceito de sistema mundial capitalista, ou sistema mundo, em Wallerstein (2004). Nele, o sistema mundial capitalista tem uma formação muito heterogênea, tanto em termos culturais, políticos e econômicos. Impactando em

⁶⁰ Samuel Guimarães, como já colocado, não pensa em classes e frações de classe como Poulantzas.

diferenças de desenvolvimento entre os países, com o fortalecimento de desequilíbrios de capital e poder político. Essas diferenças não são sanadas de forma passiva, dada a natureza do sistema mundial. O sistema mundial comporta uma divisão entre centro, periferia e semiperiferia, dado a divisão de trabalho entre os países e regiões.

Para Wallerstein (2004), o centro é onde se realiza o grande desenvolvimento tecnológico, onde há a produção de produtos de alta complexidade. A periferia é incumbida de fornecer matérias-primas, produtos agrícolas e mão-de-obra de baixo custo. Essa assimetria, provoca uma relação de troca desigual, favorável ao centro, como mostrada pela CEPAL⁶¹.

A situação tende a se reproduzir, porém com momentos onde essa dinâmica apresenta mudanças históricas. Essa periferia, em Guimarães (2001), é representada pelos pequenos e médios Estados que, por não reunirem condições, são tendencialmente subordinados aos países centrais. Por sua vez, esses países centrais compõem o centro das estruturas hegemônicas. Há também uma semiperiferia, que é composta por países que tem um nível de desenvolvimento intermediário, funcionando como um centro para os países periféricos e uma periferia para os países centrais, como é o caso dos grandes Estados periféricos em Guimarães (2001).

⁶¹ Ver MANTEGA (1984), PREBISCH (1950).

CAPÍTULO III

PLANO BRASIL 2022

Em 20 de outubro de 2009, assim que o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães assumiu a direção, com status de ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE -, foi incumbido pelo presidente Lula de coordenar a elaboração do *Plano Brasil 2022*, cujo objetivo era "apresentar as aspirações do povo para a sociedade brasileira no ano de comemoração do Bicentenário de nossa Independência" (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, 2010, p.5).

Segundo Samuel Guimarães, foram criados 37 Grupos de trabalho, cada qual correspondente a um ministério, tendo em vista realizar uma atividade de planejamento, que levasse em conta as extremas disparidades sociais e econômicas do Brasil, com consequente fragmentação da infraestrutura de transportes e de energia; fragilidade social; capacidade limitada de geração de ciência e tecnologia, em virtude de uma visão que enfatiza o curto prazo, pela iniciativa privada. Situação esta que já fora exposta em *Quinhentos anos de periferia* e em *Desafios brasileiros na era de gigantes*.

O documento afirma que o Estado deve agir, no sentido de prever as reais necessidades de alocação de recursos para eliminar os gargalos do sistema produtivo, estimulando uma melhor organização territorial da economia e da sociedade. Também é papel de Estado otimizar e aumentar o desenvolvimento científico e tecnológico em setores de ponta, visando proporcionar uma evolução da economia, de forma autônoma, num processo em que o ambiente internacional é cada vez mais competitivo e restritivo. Deve também criar ou estimular mercados de consumo de massa, integrando os contingentes populacionais que se encontram excluídos, aumentando desta forma a escala produtiva, com maior grau de sustentabilidade. O Estado tem que definir metas estratégicas que balizem o caminho do Brasil rumo a tornar-se, no futuro, uma economia desenvolvida, a exemplo dos Objetivos do Milênio⁶². Finalmente, o Estado deve ter o imperativo de definir objetivos de crescimento, numa visão de longo prazo, induzindo os vetores de investimento privado, tanto externos como internos, para determinar a sua localização geográfica e seu volume.

⁶² Os Objetivos do Milênio são um conjunto de metas organizadas em 2000, pelos 191 países-membros da ONU, com a finalidade de tornar o mundo um lugar mais justo, solidário e melhor para se viver. A ideia inicial é alcançar esses objetivos, que são oito, até 2015. Os Objetivos do Milênio são: erradicar a fome e a miséria; dar educação básica de qualidade para todos; igualdade entre os sexos e valorização da mulher; redução da mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a AIDS, a malária e outras doenças; dar qualidade de vida e respeitar o meio ambiente; e, todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

O Plano delineia um horizonte de 12 anos, da data de sua criação até o bicentenário de Independência do Brasil. Teve-se o cuidado de não definir um "programa de governo" e sim metas a serem alcançadas. Para a elaboração do Plano, haveria em cada Ministério um coordenador, representando o ministro em questão, um técnico da SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos), um representante da Casa Civil e um técnico do IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas - (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, 2010, p. 8). Esses grupos elaborariam, via planos, programas setoriais e outros textos, um documento que expressasse a importância estratégica dos temas de seu interesse, com uma análise histórica na qual se definissem os principais avanços recentes, assim como, uma relação preliminar de metas. Versões finais desses documentos seriam aprovadas formalmente pelos respectivos ministros (Ibidem) e encaminhadas a todos os ministros e ex-ministros, todos os governadores, parlamentares, secretários estaduais, às principais centrais e entidades sindicais e empresariais, assim como às principais organizações da sociedade civil e para os principais especialistas. Na página eletrônica da SAE, também havia espaço para o recebimento de sugestões para o Plano (Ibidem, p. 8-9). O texto final constituiu-se de três partes: O Mundo em 2022, A América do Sul em 2022 e O Brasil em 2022, além de uma introdução e, no final, uma formulação de metas para o bicentenário.

Como o título indica, O Mundo em 2022 apresenta uma projeção de como estará organizado o mundo nessa data. É enfatizado que o capitalismo permanecerá como a característica do sistema mundial. O que, no entanto, variará, será o grau de participação do Estado, em cada país, como agente indutor das relações econômicas, tanto na órbita produtiva, como na do consumo, além de atuar como agente individual, em uma função de agente empresarial, em associação direta com o capital privado. Tanto em um caso como no outro, o Estado se colocará como um agente anticíclico, fazendo uso de políticas que amenizem as crises sistêmicas internas e externas.

Samuel Guimarães trabalha também com a possibilidade de neste futuro esperado, 2022, haver uma reversão das assimetrias internacionais, com um maior reconhecimento da necessidade de ação entre os Estados, especialmente para os em desenvolvimento, com vistas a suplantar a crise econômica iniciada em 2008 (Ibidem, p. 14). Ou seja, existe uma aposta em que o capitalismo, o modo de produção dominante em 2022, será mais “domesticável” por meio de regulações de caráter anticíclicas que amenizem as crises sistêmicas.

Samuel Pinheiro Guimarães trabalha no *Plano Brasil 2022* com a possibilidade de neste futuro quase imediato ocorrer uma reversão das assimetrias internacionais, com um maior

reconhecimento da necessidade de ação entre os Estados, especialmente para os em desenvolvimento, com vistas a suplantando a crise econômica iniciada em 2008 (Ibidem).

Politicamente, as Nações Unidas, tendo como seu centro decisório o Conselho de Segurança, permanecerá como o centro de decisões em escala mundial, sobre temas como meio ambiente, democracia, autodeterminação, relações fronteiriças entre os Estados, etc. Também, em consonância com o escrito em *Quinhentos anos de periferia e Desafios brasileiros na era de gigantes*, o documento aponta que o hiato de poder militar existente entre os Estados Unidos e os demais países permanecerá - com tendência de crescimento -, constituindo-se, num fato estratégico fundamental, dada a própria evolução tecnológica, principalmente, não às Grandes Potências, mas, em relação aos Estados periféricos, aos quais, têm maiores dificuldades de investimento, tanto material quanto humano, no setor tecnológico.

O Brasil deverá ter uma atuação firme no sentido de criar um ambiente mais propício para promover seus interesses no âmbito internacional, tanto na esfera política, quanto econômica, priorizando sempre o desenvolvimento político interno, além de promover internamente a democracia. Isto está condicionado à melhoria de vários indicadores, como a redução das disparidades sociais, ampliação do mercado interno, eliminação das vulnerabilidades externas e avanço nos direitos humanos, elevando assim a capacidade brasileira de agir no cenário internacional.

Samuel Guimarães alerta que após o 11 de Setembro de 2001, a tarefa de se prever o futuro passou a ser mais complicada, em virtude das alterações políticas ocorridas nos Estados Unidos. Também atenta para a alternância de controle político em diversos Estados, ocorridas em momentos distintos e não sincronizados e também dos efeitos que essas mudanças provocaram na posição relativa de cada Estado no tabuleiro internacional, que não foram previstos pelos modelos de análise anteriormente existente. Acentuar-se-á, cada vez mais, a imprevisibilidade já demonstrada, por exemplo, pela queda da URSS em 1991 e a ascensão da China a partir de 1979.

Delineia as seguintes tendências para o cenário mundial: aceleração da transformação tecnológica; agravamento da situação ambiental-energética; agravamento das desigualdades sociais e da pobreza; grandes migrações, com implicações racistas e a xenófobas; contínua globalização da economia mundial; multipolarização econômica e política; concentração de poder; normatização internacional das relações entre Estados, empresas e indivíduos; e definição internacional de parâmetros para as políticas domésticas dos Estados subdesenvolvidos (Ibidem, p.17).

Na segunda parte, A América do Sul em 2022, Samuel Guimarães afirma que se trata da região mais importante para o Brasil, pois nela se localiza, não podendo fugir a esta realidade. Destaca uma série de dificuldades para a integração regional, ligados aos sistemas de transporte, energia e comunicações, pouco integrados, contribuindo para um reduzido fluxo comercial, de investimento e de cultura.

Agregadas a essas dificuldades, temos as características de desenvolvimento e de inserção na economia mundial, que levaram a América do Sul a tornar-se um arquipélago de sociedades subdesenvolvidas, que apresentam elevadíssima concentração de renda, índices sociais deploráveis. São economias caracterizadas em sua maioria, por um modelo primário-exportador, dependência tecnológica, aliada a uma fragilidade militar. A América do Sul é uma região extremamente rica em recursos naturais, porém com distribuição desigual dos mesmos.

Há uma perda de importância dos salários em relação ao PIB, na qual se verifica o aumento da desigualdade, dado o modelo de desenvolvimento adotado na região, que priorizou um modus operandi de concentração de riqueza, como mostram as tabelas 3.1 e gráfico 3.1, onde pode ser comprovado o alto grau de concentração de renda na América do Sul, mesmo tendo como base somente os três países selecionados, Argentina, Brasil e Chile.

Tabela 3.1

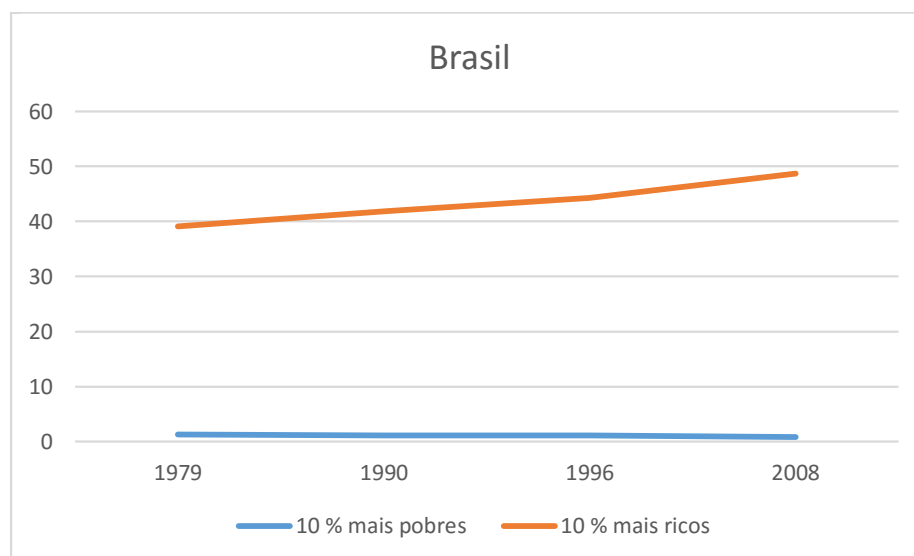
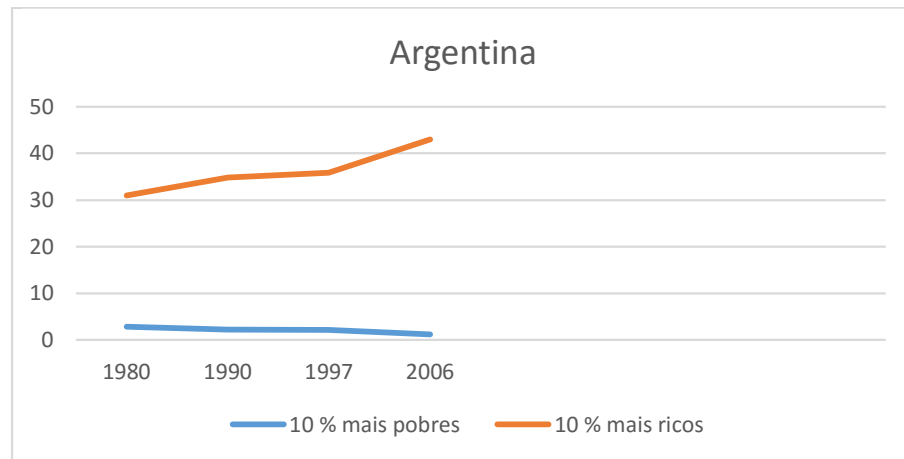
Distribuição da renda dos lares urbanos (por quintil)

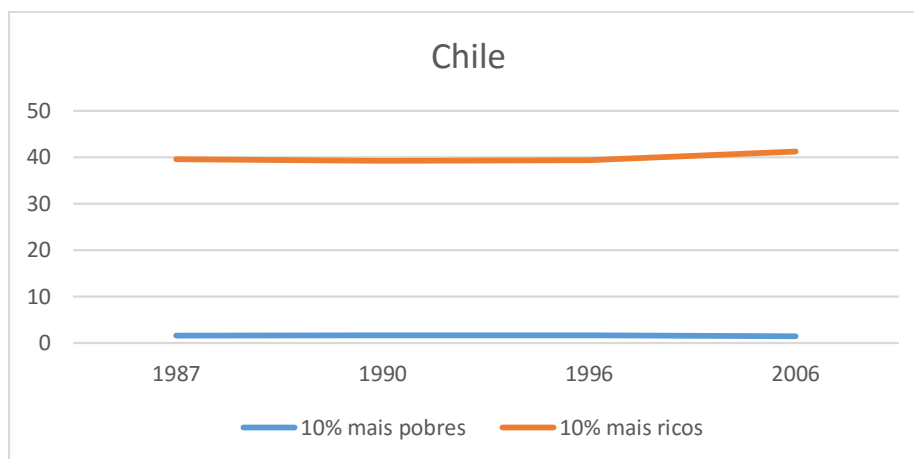
País	Ano	10% mais pobres	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	10% mais ricos
Argentina	1980	2,8	6,8	10,6	15,7	21,7	45,3	30,9
	1990	2,3	6,2	8,7	14,2	20,9	50	34,8
	1997	2,1	5,4	9,5	13,4	19,9	52,9	35,8
	2006	1,2	3,5	7,3	11,7	19,2	58,5	42,9
Brasil	1979	1,3	3,9	7,9	12,2	20	56	39,1
	1990	1,1	3,3	7	11,1	19,4	59,2	41,8
	1996	1,1	3,4	7,2	10,4	18,2	61,9	44,3
	2008	0,8	2,6	6,3	10,4	17,3	63,5	48,7
Chile	1987	1,6	4,4	8,3	12,8	19,4	46,1	39,6
	1990	1,7	4,7	8,7	12,1	18,7	55	39,2
	1996	1,7	4,7	8,7	12,6	19,2	54,8	39,4
	2006	1,5	4,1	7,9	12,3	19,4	56,5	41,2

FONTES: CEPAL, Anuário estadístico 1999 e CEPAL, Anuário estadístico 2009.

Gráfico 3.1

Distribuição de renda entre os 10 % mais pobres e os 10% mais ricos
(% da renda total)





FONTES: CEPAL, Anuario estadístico 1999 e CEPAL, Anuario estadístico 2009.

A tabela 3.2 e o gráfico 3.2, abordam não só os dados sobre pobreza e indigência para a América do Sul, mas também para a América Latina como um todo. Porém, se enfatizar só a América do Sul, não seria muito diferente do exposto, em conformidade com o escrito no *Plano Brasil 2022*.

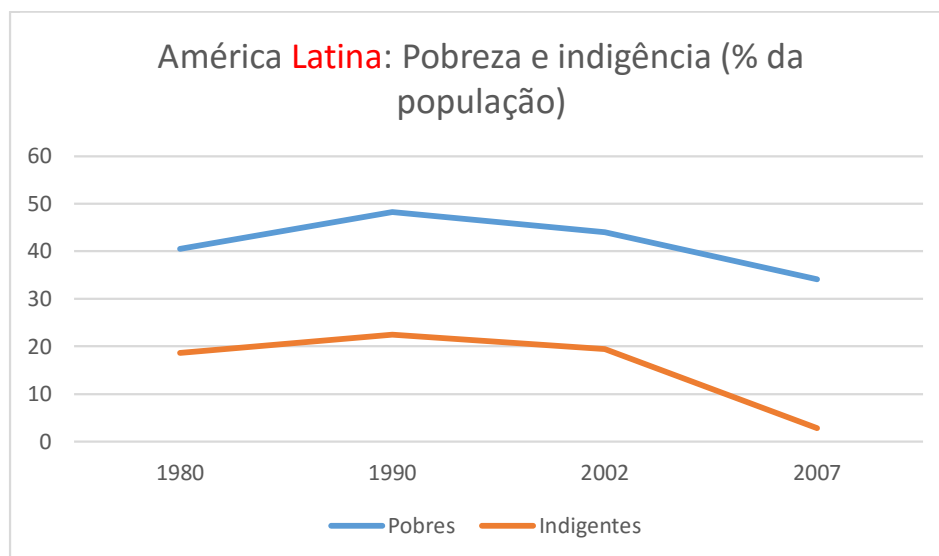
Tabela 3.2

América Latina: pobreza e indigência (% da população)

	Pobres	Indigentes
1980	40,5	18,6
1990	48,3	22,5
2002	44	19,4
2007	34,1	12,6

FONTE: CEPAL, Panorama social de América Latina y el Caribe 2008.

Gráfico 3.2



FONTE: CEPAL, Panorama social de América Latina y el Caribe 2008.

A América do Sul alia contrastes, como o de ter grandes produtores agrícolas, ao mesmo tempo em que tem importadores líquidos de alimentos; países com um grau razoável de desenvolvimento industrial, convivendo com outros que mantêm sua matriz econômica na agricultura e na mineração; países de reduzida dimensão geográfica, ao lado de outros muito maiores e, mesmo de dimensões continentais, como é demonstrado na tabela 3.3.

Tabela 3.3

Países, com respectivos tamanhos de territórios e populações.

Países ou dependência	Área km ²	População
Argentina	2.791.181	39.745.615
Aruba (Países Baixos) *	193	102.695
Bolívia	1.098.581	9.627.269
Bonaire (Países Baixos) **	294	15.800
Brasil	8.515.767	200.104.749
Chile	756.950	16.538.074
Colômbia	1.141.748	44.379.598
Curaçao (Países Baixos) *	444	142.180
Equador	256.370	13.810.000
Guiana	214.970	751.000
Guiana Francesa (França) **	86.504	209.000
Ilhas Malvinas (Reino Unido) *	12.200	3.060
Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul (Reino Unido) *	4.057	100
Paraguai	406.750	6.100.000

Peru	1.285.220	28.574.757
Suriname	163.270	470.000
Uruguai	176.220	3.399.237
Venezuela	916.445	27.934.783

* Territórios dependentes ou autônomos.

** Territórios totalmente integrados nos respectivos países, e que não constituem como dependência.

FONTE: Wikipédia in <http://pt.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9rica_do_Sul>. Visitado em 08/08/2015.

Obs.: Na fonte não estava explicitado o ano de avaliação do senso populacional de cada país, mesmo assim, optou-se pela utilização desses dados, devido a relevância de se conhecer o tamanho populacional de cada país membro da América do Sul para este estudo.

O subcontinente sul-americano contém umas das maiores reservas de minérios, fontes de energia, terras aráveis, água e biodiversidade do planeta, que muitas vezes, tem seu aproveitamento de forma incompleta, de modo predatório, para suprir mercados externos à região. Mesmo os maiores países do continente, que contam com uma economia relativamente diversificada, mantêm parte significativa de suas economias voltada para a produção e exportação de produtos de baixo valor agregado, com reduzidos teores tecnológicos, a exemplo dos produtos minerais, agrícolas e semimanufaturados, compondo o principal, em termos de receitas nas respectivas balanças comerciais.

A tabela 3.4 evidencia a estrutura da pauta de exportações da América do Sul, com a distribuição por tipo de produto exportado em quatro países da região.

Tabela 3.4

Distribuição setorial das exportações por países selecionados, nos períodos de 2000-2 e 2007-2009

(Em %)

	Matérias primas	Manufaturas baseadas em recursos naturais	Manufaturas com tecnologia alta, média e baixa	Serviços
Argentina				
2000-2002	4,3	21,2	29,4	7
2007-2009	38,2	23,5	30,4	7,9
Brasil				
2000-2002	23,7	21,8	47,1	7,5

2007-2009	33,6	19,8	39,1	7,4
Chile				
2000-2002	30,9	48	10,8	10,3
2007-2009	34,4	51,4	7,8	6,4
Colômbia				
2000-2002	44,9	15,7	32,4	7
2007-2009	46,6	16,1	32	5,3

FONTE: CEPAL, Panorama de inserción internacional de América Latina y el Caribe 2009-2010.

Samuel Guimarães afirma no *Plano Brasil 2022*, que tendo em vista as suas características, que incluem grandes extensões agricultáveis; enorme riqueza mineral e energética; uma população que tende a ser mais urbana - como mostra a tabela 3.5, onde é colocado o tamanho populacional das maiores cidades da América do Sul -, em um processo de estabilização demográfica; regimes políticos democráticos e estáveis; sem áreas de conflitos intensos, tendem a condicionar o papel da América do Sul num mundo onde as disputas por acesso a recursos naturais e alimentos serão cada vez fundamentais e estratégicos, principalmente, pelo aumento de consumo da China e Índia, que detêm, juntas, 30% da população mundial.

Tabela 3.5

Regiões metropolitanas mais populosas da América do Sul

Posição	Localidade	País	População em milhões 2014
1	São Paulo	Brasil	20,8
2	Buenos Aires	Argentina	15,0
3	Rio de Janeiro	Brasil	12,8
4	Lima	Peru	9,7
5	Bogotá	Colômbia	9,6
6	Santiago	Chile	6,5
7	Belo Horizonte	Brasil	5,7
8	Brasília	Brasil	4,1
9	Medellín	Colômbia	3,9
10	Fortaleza	Brasil	3,8
11	Recife	Brasil	3,7
12	Porto Alegre	Brasil	3,6
13	Salvador	Brasil	3,5
14	Curitiba	Brasil	3,4
15	Campinas	Brasil	3,0
16	Caracas	Venezuela	2,9

17	Guayaquil	Equador	2,7
18	Cáli	Colômbia	2,6
19	Maracaibo	Venezuela	2,2
20	Goiânia	Brasil	2,2

FONTE: 2014. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Populations Division. <

[Http://esa.un.org/unpd/wup/wallcharts/WUP_2014%20Urban%20Agglomerations%20Wallchart.pdf](http://esa.un.org/unpd/wup/wallcharts/WUP_2014%20Urban%20Agglomerations%20Wallchart.pdf)>. Visitado em 08/06/2015.

A China se tornará para grande parte dos países da região um grande concorrente, que dificultará muito a promoção de políticas de industrialização, incidindo negativamente no processo de se agregar valor à produção e às exportações. A influência chinesa tende a criar uma maior dificuldade em relação à diversificação produtiva, possibilitará um aumento da vulnerabilidade externa. América do Sul tenderá a ser vista como uma enorme região de reservas e ofertas de importantes recursos, que condicionarão a sua inserção internacional.

As elites sul americanas resistem à implantação de políticas econômicas e sociais que tenham como foco a ampliação vigorosa da produção, realizada concomitantemente a um processo de redistribuição da riqueza e renda, ou seja, são avessas a um processo de crescimento econômico inclusivo, para assim manterem seus privilégios.

O capital doméstico sofre muitas vezes a dificuldade de acesso ao financiamento no mercado internacional, com reflexos negativos na implantação de uma infraestrutura nos países sul-americanos.

Por fim, a existência de um movimento de resistência dos grupos mais privilegiados, em conferir maior poder político às grandes massas. Esses fatores unidos impõem que grande parte dos Estados da América do Sul, principalmente os de menor população e território, tenham tendência nas áreas econômica, social e política a permanecerem nos mesmos patamares dos de hoje, em virtude da propensão à manutenção de suas características estruturais.

Para a reversão desse estado de coisas, Samuel Guimarães afirma que o Brasil terá que atuar de forma mais responsável, utilizando-se de um maior esforço político e econômico. Traça ainda um plano para a América do Sul, que consiste em que os maiores e mais avançados países da região, tanto da ótica econômica como industrial, articulem programas de desenvolvimento econômico, objetivando estimular e financiar as transformações necessárias nos países menores. Os países maiores teriam que criar um processo de integração continental, via uma maior abertura de seus mercados, sem a exigência de reciprocidade e terão que financiar a construção de uma infraestrutura nos países menores.

Samuel Guimarães assegura no *Plano Brasil 2022* que, caso o desenvolvimento de cada país da região for deixado somente às forças do mercado, respeitando as demandas internacionais e dos humores das grandes multinacionais, as assimetrias tendem a aumentar, não só entre os Estados da região, mas também as internas, provocando tensões e ressentimentos, afetando gravemente as perspectivas de desenvolvimento do Brasil.

Na última parte, intitulada *Brasil em 2022*, Samuel Guimarães traça um panorama de como será o país na data do bicentenário de sua Independência. Em linhas gerais, o quadro é bastante otimista, com destaque para uma sociedade mais justa e progressista. Ou seja, mesmo partido de constatações bastante sombrias acerca das relações sociais internas e externas à América Latina e ao Brasil, Samuel Pinheiro Guimarães não é propenso a lamentações de caráter fatalista. E carrega nas tintas. Haverá um

(...) Estado plenamente soberano, o Brasil participará em condições de igualdade dos mecanismos de governança mundial e regional: do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do qual será membro permanente; do G-20, que será o principal organismo de coordenação da economia mundial, da União das Nações Sul-Americanas - UNASUL -, que será o centro de um polo sul-americano; da Organização Mundial do Comércio - OMC - e do Fundo Monetário Internacional - FMI -, que terá a capacidade de influir em favor dos países em desenvolvimento. "E o Brasil, em todas as questões internacionais, tomará o partido da paz e do desenvolvimento." (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, 2010, p. 57).

Não fica claro o trajeto, mas o Brasil fará parte das Estruturas Hegemônicas de Poder Político e Econômico, termo cunhado em *Quinhentos anos de periferia*, garantindo com isso sua soberania e um papel ativo no cenário internacional. Esse feito será amparado pela eliminação das vulnerabilidades, não ficando mais à mercê da especulação financeira internacional nem das pressões de controle político ou econômico de recursos estratégicos, naturais, industriais ou tecnológicos.

A democracia estará consolidada. Haverá mais igualdade entre sexos, raças, religião e uma maior inserção das mulheres e dos grupos "minoritários" nas atividades econômicas, políticas e sociais. Para garantir maior "justiça social", a cobrança de impostos tenderá a ser na forma progressiva, oportunizando, juntamente com outras medidas, a diminuição da desigualdade, com impactos diretos no nível de violência, que será declinante. Na sociedade brasileira o acesso aos serviços públicos como saúde, transporte, habitação, justiça e cultura, será dado de forma mais igualitária. O Brasil será mais urbano, o que implicará em um investimento maior em transporte público, habitação e saneamento. Haverá uma justiça rápida e imparcial e uma segurança maior das atividades econômicas e sociais, impactando positivamente numa condição de vida mais fruída e digna.

O Plano Brasil 2022 termina com uma série de 180 metas para o bicentenário da Independência do Brasil, que estão integralmente elencadas no anexo. Abarcam as áreas econômica, social, de infraestrutura e de atuação do Estado. Estas metas expressam um otimismo impressionante, longe do histórico pós-redemocratização - a partir de 1989 -, das quais se destaca que haverá crescimento econômico de 7% ao ano; o país deverá aumentar a taxa de investimento para 25%; tornar a tributação menos regressiva; reduzir a dívida pública a 25% do PIB; alcançar a inclusão financeira de 100% da população adulta; modernizar o funcionamento da administração pública; utilizar de forma estratégica o poder de compra e financiamento do Estado; aperfeiçoar o arranjo federativo para implementação de políticas públicas; duplicar a produção agrícola e também as exportações agropecuárias; aumentar a produtividade agropecuária em 50%; triplicar os investimentos destinados à pesquisa agropecuária; ampliar a área de florestas econômicas em 50%; reduzir à metade a concentração fundiária; regularizar a propriedade da terra; dobrar a produtividade da terra; dobrar a renda da agricultura familiar; gerar um milhão de empregos na atividade pesqueira; quintuplicar as exportações; setuplicar as exportações de produtos de alta e média tecnologia; elevar o dispêndio total em pesquisa e desenvolvimento para 25% do PIB; ter 450 mil pesquisadores; alcançar 5% da produção científica mundial; assegurar independência na produção de combustível nuclear; reduzir à metade a informalidade no trabalho; elevar a escolaridade média do trabalhador para 12 anos; qualificar toda a força de trabalho; desonerar a folha de salários sem perda de direitos do trabalhador; dobrar o número de viagens domésticas; receber 12 milhões de turistas estrangeiros; erradicar a extrema pobreza; erradicar o trabalho infantil; garantir proteção social a todas as famílias em situação de vulnerabilidade; erradicar o analfabetismo; atingir a marca de 10 milhões de universitários; atingir cinco livros per capita/ano como índice de leitura nacional; incluir o Brasil entre as dez maiores potências olímpicas; reduzir à metade a mortalidade infantil e materna; dobrar o gasto público em saúde; universalizar a proteção da previdência social; eliminar a tortura; erradicar o trabalho escravo; suplantando todas as formas de discriminação contra a população LGBT; atingir a igualdade salarial entre homens e mulheres; eliminar todas as formas de violência contra a mulher; eliminar o diferencial de mortalidade entre negros e brancos; triplicar o número de estudantes negros nas universidades; alcançar 50% de participação de fontes renováveis na matriz energética; elevar para 60% o nível de utilização do potencial hidráulico; instalar quatro novas usinas nucleares; dobrar a capacidade de transporte de carga; aumentar em 50% a participação das ferrovias na matriz de transportes; reduzir em 40% o consumo de combustível fóssil; dobrar a capacidade portuária para 1,7 bilhão de toneladas; zerar o déficit habitacional brasileiro;

duplicar a extensão da rede de metrô; assegurar 100% de acesso a saneamento ambiental em todas as cidades; ter em órbita dois satélites geoestacionários brasileiros; reduzir o desmatamento ilegal a zero; aumentar a área irrigada no Brasil em 3 milhões de hectares, das quais 300 mil na região Nordeste; reduzir pela metade o número de homicídios; reduzir à metade o número de detidos sem sentença; assegurar total transparência das despesas públicas nos três níveis e nos três poderes; reformar o conselho de segurança das Nações Unidas; aprofundar e expandir o MERCOSUL; consolidar a UNASUL; consolidar o G-20; garantir o monitoramento integral das fronteiras terrestres e do espaço aéreo; consolidar a internet como um terreno de liberdade de expressão; garantir a prevalência de conteúdo nacional das empresas jornalísticas e universalizar a participação social nos processos de elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas nos três níveis de governo.

O fato de que o Brasil em 2022 ficar somente em um amontoado de intenções nos diz, que por um lado que não houve qualquer engajamento dos outros setores governamentais que pudesse produzir algum retorno, mostrando o limitado poder da SAE, no tocante a implementar políticas de Estado, exercendo somente a função de aparelho ideológico. A função de aparelho ideológico fica bem clara na atuação da SAE pós-Samuel Guimarães, que se tornou um aparelho de propaganda governamental, no sentido de exortar a “nova classe média”.

É impressionante o contraste entre o quadro realista e mesmo sombrio que Guimarães traça do mundo sombrio de hoje, inclusive no que se refere à América Latina e ao Brasil, e, por outro lado o otimismo com que vislumbra o mundo em 2022. A este respeito, cabe destacar de início, a mistura de lucidez em relação ao presente e a grande combatividade em relação ao futuro. O que não é de estranhar para este diplomata que, com uma extraordinária folha de serviços prestados ao Estado brasileiro, acabava de desempenhar um papel de primeira linha na implementação da mais ousada experiência política internacional implementada pelo governo brasileiro desde, em um contexto totalmente distinto, a política varguista⁶³.

⁶³ Uma excelente análise positiva da política externa do governo Lula foi feita por BERRINGER (2015). Já ZIBECHI (2012) faz uma crítica contundente ao que denomina política imperialista brasileira na América do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transferido do Ministério das Relações Exteriores para um aparelho ideológico do Estado brasileiro, a SAE, o guerreiro combatia com as armas que estavam à sua disposição.

Sob este aspecto, é preciso destacar uma série de determinações a fim de evitar qualquer reducionismo.

Em primeiro lugar, Samuel Pinheiro Guimarães, como foi observado ao longo deste trabalho, trabalhou fundamentalmente no interior do aparelho do Estado brasileiro. Esta inserção duradoura nos possibilita considera-lo, acima de tudo, um importante protagonista do segmento mais nacionalista da burocracia estatal deste país. O que nos leva a destacar um aspecto importante do Estado burguês, que é sua autonomia relativa – e não sua instrumentalização – no que se refere às diferentes classes e frações de classes. Longe de ser uma classe sócia, a burocracia do Estado burguês é uma categoria de origem policlassista que encontra sua unidade no burocratismo, termo que designa, ao mesmo tempo, a ideologia e o modo de estruturação do Estado burguês (POULANTZAS, 1977).

Em segundo lugar, Samuel Pinheiro Guimarães pertence, em menor escara, mas com o mesmo brilho, a outra categoria social policlassista, a dos intelectuais, cuja unidade é determinada fundamentalmente pela instância ideológica (POULANTZAS, 1984).

Esta dupla e diferenciada inserção pode fornecer pistas para a análise da trajetória de um importante agente político que por diversas vezes, construiu pontes entre suas posições mais encapsuladas e as forças sociais em presença. Foi o que ocorreu quando de sua importante participação na campanha contra a ALCA e à frente de um aparelho ideológico incrustado no interior do aparelho estatal brasileiro, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). No primeiro caso, a extraordinária campanha popular perderia, especialmente com o início do governo Lula, seu caráter imperialista, mas seria de extraordinária importância para a expansão da burguesia interna brasileira pela América do Sul. No segundo, as previsões e medidas mais exequíveis formuladas por Samuel Guimarães no *Plano Brasil 2022*, atendiam, mesmo que no plano simbólico, a burguesia interna: nenhuma previsão de derrocada do capitalismo, otimismo em relação a um capitalismo regulado com forte presença do Estado no sentido de regular o sistema e promover políticas anticíclicas. Sentido, a convergência objetiva das posições assumidas no *Plano Brasil 2022*, aliás, por encomenda do presidente Lula da Silva, convergiam objetivamente, no que tinham de exequíveis, com os interesses da grande burguesia interna

brasileira. No que tinham de mais especulativo e que, muitas vezes, beirava o voluntarismo desvairado, contemplavam, no plano discursivo, aos pouco representativos interessados em uma política econômica voltada para o desenvolvimento das indústrias de base e de ponta, de modo a proporcionarem o máximo de autonomia tecnológica para o país e, na outra ponta, atendiam aos interesses imediatos do proletariado, pois acenavam para o aumento do nível de emprego, maiores salários e formação de quadros com elevada qualificação.

Em suma, pode-se afirmar que Samuel Pinheiro Guimarães guardou estreitas relações com o precário arranjo desenvolvimentista (há quem fale em Frente Desenvolvimentista, mas não é o caso aqui), que teve seus momentos gloriosos durante o governo Lula. Mas, até porque não questionou seriamente a hegemonia da grande finança, o referido arranjo sofre, desde os anos 2012, uma forte ofensiva desta que é a fração hegemônica no interior do bloco no poder, o que leva do Governo Dilma Rousseff a sucessivos recuos e políticas cada vez mais antipopulares (Almeida, 2015).

Por outro lado, mostra claramente uma baixa articulação de uma fração que seria particularmente beneficiada pelo *Plano Brasil 2022*, que é a grande burguesia interna. Ela se beneficiaria pela consolidação de um amplo mercado interno, além da execução de políticas por parte do Estado que a auxiliariam no processo de consolidação de sua base economia e política, que criariam um aumento das vantagens comparativas dos empreendimentos ligados a essa fração de classe.

Não é o caso de prever como serão o mundo, a América do Sul e o Brasil no bicentenário da coroação do príncipe regente como chefe do Estado imperial escravista brasileiro. Tudo pode mudar. Mas, no momento em esta dissertação foi escrita, as metas estabelecidas pelo Plano parecem muito distantes e 2022 cada vez mais próximo.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.

APLS – Arranjos Produtivos Locais.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

CDE – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina.

CNPM – Centro Nacional de Pesquisa e Monitoramento por Satélite.

CNTIA – Centro Nacional de Pesquisa Tecnológica em Informática para a Agricultura.

CSR/UGG – Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

DIDES – Diretoria de Desenvolvimento Institucional.

DIEST – Diretoria de Estudos e Políticas de Estado das Instituições e da Democracia.

DIMAC – Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas.

DINTE – Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais.

DIRUR – Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais.

DISET – Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação.

DISOC – Diretoria de Estudos e Políticas Sociais.

EMBRAFILME – Empresa Brasileira de Filme.

EPPG/MRE – Escola de Políticas Públicas e Governo do Ministério das Relações Exteriores.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

IBAS – Índia, Brasil, África do Sul.

IED – Investimento Estrangeiro Direto.

IPC-IG – Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRBr/MRE – Instituto Rio Brando do Ministério das Relações Exteriores.

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

NIT/MAPA – Núcleo de Inteligência Territorial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

OE – Observatório da Equidade.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PIB – Produto Interno Bruto.

Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

RQMA – Relatório de Qualidade do Meio Ambiente.

SAE/PR – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

SASF/PR – Subchefia de Assuntos Federativos.

Sedes – Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Seppir – Secretaria de Promoção da Igualdade Social da Presidência da República.

Sistema ARCU-SUL – Sistema de Acreditação de Cursos de Graduação do MERCOSUL.

SSDS – Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Supar/PR – Subchefia de Assessoria Parlamentar.

UE – União Europeia.

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas.

UnB – Universidade de Brasília.

UVL – Veículo lançador de satélites.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. O Brasil e os chamados blocos regionais. São Paulo: Perspec. vol.16 no. 1. São Paulo, janeiro / março de 2002. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000100004>.

Acessado em 25/07/2015.

ALBUQUERQUE, Roberto C. de. *A integração das Américas por que? Para que? Quando? Como?* Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 1990. <Http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0198.pdf>. Acessado em 21/07/2015.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues. Fortes instabilidades, crises à vista. In: PINHEIRO, Jair. *Marx: Crise e transição*. Marília: Associação Brasileira de Editoras Universitárias, 2014, p. 127-146.

_____. Apontamentos sobre neonacional-desenvolvimentismo e relações de classes nos governos Lula. *Lutas Sociais*, vol. 19, nº 34, jul/dez – 2015.

_____. *O Marxismo frente a nações e nacionalismos*. 37º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia, 2013.

_____. Uma expressão do neonacional-desenvolvimentismo do governo Lula: O Plano Brasil 2022. Águas de Lindóia: 36º Encontro Anal da Ampocs, 2012.

_____. Entre o nacional e o nacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, no. 112. São Paulo: outubro/dezembro, 2012a. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400005&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

_____. Apontamentos sobre imperialismo, soberania e anti-imperialismo na alvorada do século XXI. *Revista Lutas Sociais*, Vol. 9, abril de 2003. <Http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_lucio.pdf>. Acessado em 22/07/2015.

_____. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: EDUC, 1995.

_____. Das entranhas do neonacional-desenvolvimentismo.

_____. *Uma ilusão de desenvolvimento: Nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

_____. Vieram para ficar por muito tempo: Questões nacionais na América Latina contemporânea. *Revista Lutas Sociais*, PUC-SP, vol. 19/20 – 2º semestre, 2008.

ALMEIDA, Mansueto. O novo Estado desenvolvimentista e o Governo Lula. *Economia & Tecnologia*, ano 07, vol. especial, 2011. <[Http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/ret/article/viewFile/26880/17836](http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/ret/article/viewFile/26880/17836)>. Acessado em 08/08/2015.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os Estados Unidos no seu terceiro século: um poder aroniano e o último westfaliano das relações internacionais. Palestra realizada na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro 10/11/2006.

_____. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 47, nº 1. Brasília: Janeiro / junho 2004. <[Http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292004000100008&script=sci_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292004000100008&script=sci_arttext)>. Acessado em 26/08/2015.

ALMEIDA, Paulo Roberto. A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, no. 20. Curitiba: junho 2003. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100008&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

_____. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 47, no. 1. Brasília: Janeiro/junho 2004. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1975.

AMARAL, Oswaldo E. O Conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais. In: *Cadernos Cemarx*, nº 4. Campinas: Unicamp, IFCH: publicação do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 2007.

AMORIM, Celso. *Breves narrativas diplomáticas*. São Paulo: Benvirá, 2013.

_____. Brazilian foreign policy under President Lula (2000-2010): an overview. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 53, no. spe. Brasília: Dezembro 2010. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300013&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

_____. ALCA e o jogo dos sete erros. *O Estado de São Paulo*, 24 de agosto de 2003. <[Http://www.alainet.org/de/node/108320](http://www.alainet.org/de/node/108320)>. Acessado em 16/07/2015.

_____. *Conversas com jovens diplomatas*. São Paulo: Benvirá, 2011.

- _____. Política externa do Governo Lula: os dois primeiros anos. Análise de Conjuntura, nº 4. Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano, março de 2005. <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22214.pdf>>. Acessado em 26/08/2015.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. Novos Estudos – CEBRAP, no. 91. São Paulo: nov. 2011. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000300002&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.
- _____. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- AVERBUG, André; GIAMBIAGI, Fábio. A crise brasileira de 1998/1999: origens e consequências. Textos para Discussão 77. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.
- AYERBE, Luís Fernando. *Estados Unidos e América Latina: A construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- _____. (Org). *De Clinton a Obama: política dos Estados Unidos para a América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- BACHA, Edmar; BONELLI, Regis. Crescimento e produtividade no Brasil: O que nos diz o registro de longo prazo. Versão preliminar, maio de 2001. < Http://www.econ.puc-rio.br/pdf/bacha_bonelli.pdf >. Acessado em 06/08/2015.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório das reservas internacionais*, vol. 6, dezembro de 2014. <https://www.bcb.gov.br/pom/gepom/relgestri/2014/12/relatorio_gestao_reservas_internacionais_2014_internet_portugues.pdf>. Acessado em 17/10/2015.
- _____. Boletim do Banco Central do Brasil. Relatório 2009. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos - conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.
- _____. *As relações perigosas: Brasil - Estados Unidos (de Collor a Lula)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

_____. O Brasil e a América do Sul. In: *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Relações Brasil e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. Relações Brasil - EUA no contexto da globalização. São Paulo: SENAC C, 1999. v. 1 (*Presença dos Estados Unidos no Brasil*, 3ª ed.) - v. 2 (*A rivalidade emergente*, 2ª ed.).

_____. *Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

_____. *Brasil - Estados Unidos: A Rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.

BARRETO, Fernando de Mello. *A política externa após a redemocratização: Tomo II – 2003-2010*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, vol. 21, no. Spe. Campinas: dezembro, 2012a. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-061820120004000004&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

_____. A economia política da integração da América do Sul no mundo pós-crise. Observatório da economia global. Textos avulsos, nº 10, abril 2012b.

BATISTA JR. Paulo Nogueira. Nacionalismo e Desenvolvimento. São Paulo: CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Novos Estudos, 77, março 2007, p. 29-35. <[Http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a02n77.pdf](http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a02n77.pdf)>. Acessado em 18/07/2014

_____. *O Brasil e a economia internacional: Recuperação e defesa da autonomia nacional*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

_____. Brasil, Argentina e América do Sul. *Estudos Avançados*, vol. 19, no. 55. São Paulo: setembro/dezembro 2005. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420050003000005&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

_____. A Alca e o Brasil. *Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.48, p. 267-293. <[Http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a21.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a21.pdf)>. Acessado em 16/07/2015.

_____. A ALCA e o mito do isolamento. *Folha de São Paulo*, 09 de maio de 2002. <[Http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0905200208.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0905200208.htm)>. Acessado em 16/07/2015.

BAUMAN, Zygmund. *Vida à crédito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BECK, Ulrich. *O que é globalização*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

BERRINGER, Tatiana. Bloco no Poder e política nos governos FHC e LULA. Tese de doutoramento. Campinas: UNICAMP, 2014.

_____. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appri, 2015.

_____. A burguesia interna e a política nos governos Lula. Anais do VII Colóquio Internacional Marx e Engels. Mesa Redonda: Classes sociais e capitalismo neoliberal, 2012.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História do século XX*. 3 volumes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BIANCARELLI, André M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, no. 58. São Paulo: Junho 2014. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742014000100012&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

BICHIR, Máira. *A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência*. Unicamp, Departamento de Ciência Política, Dissertação de mestrado, 2012.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). *Privatização no Brasil: 1991-1998*. Rio de Janeiro: Escritório Federal de Privatização. 1998.

BOITO JR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Editora Xamã, 1999.

_____. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Fórum Econômico da FGV, 2012. <[Http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf](http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf)>. Acessado em 02/07/2015.

_____. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. Revista de Sociologia e Política, nº 28, junho 2007. Curitiba: 2007. p. 57-73. <[Http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a05n28.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a05n28.pdf)>. Acessado em 02/07/2015.

_____. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, Eduardo M. & ARCEO, Enrique (Orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

_____. O Governo Lula e a reforma do neoliberalismo. Revista Adusp, maio de 2006, p. 6-11.

_____. A burguesia no governo Lula. Crítica Marxista, nº 21. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. A hegemonia neoliberal no Governo Lula. Revista Crítica Marxista, nº 17. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

BOITO JR. Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. Revista de Sociologia e Política, vol. 21, no. 47. Curitiba: setembro, 2013, p. 31-38. <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000300004&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

BOITO JR., Armando & ROJAS, Gonzalo. Estado e burguesia no Brasil e na Argentina: os governos Lula da Silva e Nestor Kirschner. Comunicação apresentada no VI Encontro da ABCP, 2008. 2008.
 <[HTTP://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2008/arquivos/22_7_2008_15_46_14.pdf](http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2008/arquivos/22_7_2008_15_46_14.pdf)>.
 Acessado em 22/05/2013

BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (Orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

Brasil em desenvolvimento. Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2009.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. *Brasil 2022*. Brasília: Presidência da República, /Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2010.

BRANCO. Rodrigo Castelo. Globalização, Tratado de Livre-comércio da América do Norte e migração internacional: o capital como barreira aos trabalhadores periféricos. Lutas Sociais, Vol. 15/16, agosto de 2006.
 (Http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_castelo_branco.pdf>. Acessado em 22/07/2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo. In: *Globalização e competição*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009, p 75-94.

_____. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. In: *Estudos avançados*, vol. 26, nº 75, 2012.

_____. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. Revista de Sociologia e Política, no. 28. Curitiba: junho, 2007. <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000100003&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

_____. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. In: *São Paulo em Perspectiva*, vol. 20, nº 3, 2006.

_____. A reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, julho/agosto 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. *Novos Estudos – CEBRAP*, no. 84. São Paulo: 2009. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200006&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

BRIE, Michel. Crisis hegemónica em la izquierda latinoamericana. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 12, no. 2. Caracas: agosto, 2006. <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-64112006000200010&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

BUGIATO, Caio. O papel do BNDES na expansão dos negócios da burguesia interna brasileira. *Caderno de resumo das comunicações – UFPR: Curitiba. VIII Workshop empresas, empresários e sociedade*, 2012.

BUZAN, Barry. *People, States and Fear: an agenda for international security studies in post-cold war era*. New York, 1991.

CALIXTRE, André; BARROS, Pedro da Silva, Além da circunstância: caminhos da integração sul-americana, do MERCOSUL à UNASUL. In: *Brasil em desenvolvimento*. Parte III, IPEA, 2010.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos 1950: Uma análise da Instrução 113 da SUMO. *Estudos Econômicos* v. 39, N. 3, julho-setembro 2009, p. 513-538. São Paulo, 2009 <<http://scielo.br/pdf/ee/v39n3/v39n3a03.pdf>>. Acessado em 06/04/2013

CARDOSO, Fernando Henrique. As tradições do desenvolvimento-associado. Trabalho apresentado à Conferência Internacional “Sociologia del Desarrollo y Desarrollo: Dependencia y estructuras del poder”, organizado pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional. Berlim: 1 a 11 de novembro de 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CARR, E. H. *Vinte anos de crise: Uma introdução aos estudos das relações internacionais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília e IPRI, 2001.

CARVALHO, Clarissa. O protagonismo do BNDES no financiamento da infraestrutura sul-americana durante o governo Lula: Interface entre os interesses domésticos e a política externa. I Seminário Nacional de Relações Internacionais. Brasília: 2012.

CARVALHO, Janine Salles de. *A influência do realismo periférico nas relações entre Argentina, Brasil e Chile: da hostilidade à cooperação*. Dissertação de Mestrado em Integração da América Latina, USP, 2010.

CAVALCANTE, Sávio. Estado, capital estrangeiro e burguesia interna no setor de telecomunicações nos governos FHC e Lula. In: BOITO JR, Armando & GALVÃO, Andrea. *Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000*. São Paulo: Editora Alameda, 2012.

CEPAL. Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe 2009-2010. Santiago, 2011.

_____. Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2009. Santiago, 2010.

_____. Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2007. Santiago, 2008.

_____. Estudio económico de América Latina y el Caribe 2006-2007. Santiago, 2008a.

_____. La inversión extranjera en América Latina y el Caribe 2007. Santiago, 2008b.

_____. Panorama de la inserción extranjera en América Latina y el Caribe 2007. Santiago. 2008.

_____. Panorama social de América Latina 2006. Santiago, 2007.

_____. Panorama social de América Latina 1999-2000. Santiago. 2001.

_____. Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 1999. Santiago, 2000.

_____. La inversión extranjera en América Latina y el Caribe 1999. Santiago, 2000.

_____. Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 1996, Santiago, 1997.

_____. Revista da CEPAL, nº 66. Santiago de Chile: dezembro de 1998.

_____. Revista da CEPAL, nº 68. Santiago de Chile: agosto de 1999.

_____. Brasil rasgos generales de la evolución reciente. Estudio económico de América Latina y el Caribe - 1998-1999. Santiago de Chile: CEPAL, 1999a

CERVO, Armando Luiz & BUENO, Clodoaldo. *Historia da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2008.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1997.

CHOMSKY, Noam. *Lucro ou as pessoas*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *11 de setembro*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002 a.

CHOSSUDOVSKY, Michael. Brazil's IMF Sponsored Economic Disaster. <<http://www.twn.my/title/latin-cn.htm>> Acessado em 08/07/2015.

FIEESE. Desindustrialização: Conceito e a situação do Brasil. Nota técnica, nº 100, junho de 2011. <<Http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-polemica-atual-sobre-a-desindustrializacao/21029>>. Acessado em 11/08/2015.

CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a revolução. In: Revista Crítica Marxista. São Paulo: Editora Unesp, vo. 27, p. 65-85, 2008.

CORTES, María Julieta. O Brasil e a ALCA: Um estudo a partir da Argentina. Contexto Internacional, vol. 26, no. 2. Rio de Janeiro: jul. / dec. 2004. <Http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292004000200004&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

CORTEZ, Noé Hernández. Procesos políticos de América Latina: Uma lectura crítica del neoliberalismo. Espiral (Guadalajara), vol. 22, no. 63. Guadalajara: maio/agosto, 2015. <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-05652015000200010&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

CROZIER, Michael J.; HUNTINGTON, Samuel P. & WATANUKI, Joji. *The Crisis of Democracy: Report on the governability of democracies to the trilateral commission*. Nova York: The Trilateral Commission, New York University Press, 1975. <http://www.trilateral.org/download/doc/crisis_of_democracy.pdf> Acessado em 11/07/2015.

CULPI, Ludmila Andrzejewski; PEREIRA, Alesandro Eugenio. MERCOSUL e políticas de imigração: Análise do processo de transferência de políticas públicas migratórias pelas instituições do MERCOSUL (1991-2013). GT 29 – Política Internacional. 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014. <Http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=9104&Itemid=456>. Acessado em 05/09/2015.

CRUZ, Sebastião C. de Velasco. Ideias do poder: Dependência e globalização em F. H. Cardoso. *Estudos Avançados*, nº 13, vol. 37, 1999.

_____. A política externa e a sucessão. In: *A nova política externa brasileira (2003-2013): Balanço e perspectivas*. São Paulo: Instituto de Estudos Contemporâneos e Cooperação Internacional, 2013.

DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

DUMÉNIL, Gérard. O mundo já ingressou na segunda fase da crise. Campinas: Jornal da Unicamp, ano XXV, nº 516, 12 a 18 de dezembro de 2011.

<http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/dezembro2011/ju516_pag67.php#>.

Acessado em 25/05/2015.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____, O imperialismo na era neoliberal. *Revista Crítica Marxista*, nº 18. Rio de Janeiro: Revan, p. 11-36, 2004.

ERBER, Fabio S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. *Revista de Economia Política*, vol. 31, no. 1. São Paulo: Março 2011.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000100002&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria da dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

FERRO, Mónica. O que falha quando falha os Estados? In: *Estratégia*, Vol. VXII. Lisboa: Instituto Português de Conjuntura Estratégica, 2008.

FIESP/CIESP. Perda de participação da indústria de transformação no PIB. DEPECON, Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos. São Paulo: FIESP, maio de 2015. <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/participacao-da-industria-de-transformacao-no-pib-1947-2014/>>. Acessado em 13/08/2015.

FARIAS, Francisco. Estado e classes dominantes no Brasil (1930-1934). Tese de doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2010.

FIORI, José Luis. A globalização e a novíssima dependência. In: *Em busca do dissenso perdido: Ensaio crítico sobre a festejada crítica do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

_____. *Brasil e América do Sul: O desafio da inserção internacional soberana*. Brasília: CEPAL, Escritório no Brasil/IPEA, 2011.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de substituição de importações. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2003.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? *Nova Economia*, vol. 23, no. 2. Belo Horizonte: _____ maio/agosto 2013.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512013000200006&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1998.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FURTADO, João. Muito além da especialização regressiva e da doença holandesa: oportunidades para o desenvolvimento. *Novos Estudos*, nº 81. São Paulo: CEBRAP, 2008.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *O mundo na era da globalização*. Barbacena: Editora Presença, 2006.

GABRIEL, Luís Antônio Vital. *O PT e a luta de classes no Brasil contemporâneo: o acúmulo petista de forças a favor da dominação*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia*. Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/Contraponto, 2001.

_____. Deve o Brasil se retirar das negociações da ALCA? 15 de agosto de 2002. <[Http://resistir.info/brasil/alca_retirada_conversacoes.html](http://resistir.info/brasil/alca_retirada_conversacoes.html)>. Acessado em 25/07/2015.

_____. Catástrofes ambientais, energia nuclear e protocolo adicional. Carta Maior, 2010. <<https://argemiroferreira.wordpress.com/2010/05/05/samuel-pinheiro-guimaraes-e-o-protocolo-adicional-ao-tnp/>>. Acessado em 07/01/2016.

_____. Desindustrialização e Desnacionalização. São Paulo: Carta Maior de 19/07/2012. <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Desindustrializacao-e-Desnacionalizacao%0d%0a/7/25667>>. Acessado em 06/07/2016.

_____. A armadilha da ALCA. São Paulo: Revista Isto É, 28 de novembro de 2002a.

<http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/22940_A+ARMADILHA+DA+ALCA>. Acessado em 25/07/2015.

_____. A ALCA não interessa. Revista Fórum de 17 de outubro de 2011. <[Http://www.revistaforum.com.br/blog/2011/10/a-alca-nao-interessa-ao-brasil/](http://www.revistaforum.com.br/blog/2011/10/a-alca-nao-interessa-ao-brasil/)>. Acessado em 25/07/2015.

_____. Nação, nacionalismo, Estado. *Estudos avançados*, 2008. SciELO Brasil. <[Http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a10v2262.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a10v2262.pdf)>. Acessado em 07/12/2014.

_____. Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia. *Revista Brasileira de Política Internacional* vol. 14 no. 1. Brasília: Jan / Jun 1998. <[Http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41n1/v41n1a06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41n1/v41n1a06.pdf)>. Acessado em 07/12/2014

_____. *Argentina e Brasil: Integração, Soberania e Território*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. Capital nacional e capital estrangeiro. Estudos avançados vol. 14 no. 39. São Paulo maio/agosto. 2000. <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n39/v14a39a11.pdf>>. Acessado em 07/12/2014

_____. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. (Org.). *Alca e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

_____. *Plano Brasil 2022*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2010.

HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

HARVEY, David. *O Enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2007.

HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. São Paulo: Mises Brasil, 2010.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea, *Organizações Internacionais: história e prática*. Rio de Janeiro, Campus Elsevier, 2004.

HOBBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSON, John A. *A evolução do capitalismo moderno: Um estudo da produção mecanizada*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

HONÓRIO, Karen dos Santos. *O significado da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000-2012): Um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil*. Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, San Tiago Dantas, 2012.

IPEA. Brasil em desenvolvimento. Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2009.

JAKOBEN, Kjeld & MARTINS, Renato. *ALCA: Quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

KLIASS, Paulo. A polêmica atual sobre a desindustrialização. Carta Maior de 27/08/2010. <
[Http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-polemica-atual-sobre-a-desindustrializacao/21029](http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-polemica-atual-sobre-a-desindustrializacao/21029)>.

Acessado em 11/08/2015.

KOVARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KRUGMAN, Paul. *A crise de 2008: e a economia da depressão*. São Paulo: Editora Campus, 2010.

_____. *Um basta à depressão econômica*. São Paulo: Editora Campus, 2012.

KURZ, Robert. As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise. Estudos Avançados, vol. 7, no. 18. São Paulo: maio/agosto, 1993. <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000200002&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

LAMOSO, Lisandra Pereira. “Neodesenvolvimentismo” brasileiro: implicações para a integração regional no âmbito do MERCOSUL. Sociedade & Natureza, vol. 24, no. 3. Uberlândia: setembro/dezembro, 2012. <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132012000300002&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 42 (2). 1998, p. 5-17.

LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. *O Estado e a Revolução*. Livro eletrônico Amazon Kindle, 2015.

LIMA, Marina Regina Soares de; HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. In: *International Affairs*, vol. 82, nº 1, p. 21-40, 2006.

LUCE, Mathias Seibel. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

_____. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? Trabalho, Educação e Saúde, vol. 11, no. 1. Rio de Janeiro: janeiro/abril, 2013. <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100010&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo: Editora Vozes, 1984.

Marini, Ruy Mauro. “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”, *Cuadernos Políticos* nº 12. México: 1977.

MARKEALD, Ricardo A. O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira. XIII Fórum Nacional. Rio de Janeiro: INAE – Instituto Nacional de Altos Estudos, maio de 2001.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Aquilas. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. *Revista de Economia Política*, vol. 26, no. 1. Janeiro/março 2006. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000100004&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

_____. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Revista Katálysis*, vol. 10, no. 1. Florianópolis: janeiro/junho 2007. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100003&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

MARTINS, Carlos Eduardo. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. *Revista Katálysis*, vol. 10, no. 1. Florianópolis: Janeiro/junho 2007. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100005&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo. Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria. *Revista Lutas Sociais*, Vol. 7, março de 2001. < Http://www.pucsp.br/neils/downloads/v7_martins_sotelo.pdf> acessado em 11/07/2015.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Tese de doutoramento. Campinas: Unicamp, 2013.

_____. A burguesia mundial em questão. In: *Revista Crítica Marxista*, nº 30, 2010.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política vol. 1*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATHIAS, Meire. *Sob o prisma dos interesses: a política externa brasileira e a Confederação Nacional da Indústria*. Tese de doutorado em Ciências Políticas. Unicamp, 2011.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom. *11 de setembro: a queda das Torres Gêmeas de Nova York*. São Paulo: Editora Nacional, 2005.

MELLO, Flávia de Campos. *Regionalismo e inserção internacional: Continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90*. Tese de doutorado em Ciência Política. USP, 2000.

_____. *O Brasil e o multilateralismo contemporâneo*. Texto para discussão 1628. IPEA, 2011.

- MENEZES, Roberto G. *A política externa brasileira sob o signo do neoliberalismo*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Unicamp, 2006.
- MESQUITA, Lucas. *Itamaraty, partidos políticos e política externa brasileira: a institucionalização de projetos partidários nos governos FHC e Lula*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Unicamp, 2013.
- MÉSZÁROS, István, *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MIALL, Hugh, RAMSBOTHAM, Oliver & WOODHOUSE, Tom. *Contemporary conflict resolution*. Cambridge: Polity Press, 1999.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MINELLA, Ary Cesar. The discourse of Brazilian business leaders: The voice of the bankers. *Revista Mexicana de Sociologia*, nº 4. Ciudad de Mexico: 1995.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DIPLOMÁTICO. Balanço da Política Externa 2003-2010. <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>>. Acessado em 15/06/2014
- _____. Política externa em tempos de mudança: a gestão do ministro Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1994.
- _____. Política externa: democracia, desenvolvimento; gestão do ministro Celso Amorim no Itamaraty, agosto de 93 a dezembro de 94. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa do governo Lula: Aspirações e dificuldades. *Revista Ideias*, nº 3. Campinas: 2011.
- MORAES, Antônio Carlos de. Reflexões sobre o Estado burguês no Brasil - quase uma década de política neoliberal. *Revista Lutas Sociais*, Vol. 7, março de 2001. <[Http://www.pucsp.br/neils/downloads/v7_moraes.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v7_moraes.pdf)>. Acessado em 22/07/2015.
- NAFTA SECRETARIAT. *North American Free trade Agreement*, 1 de janeiro de 1994. <[Www.nafta-sec-alena.org](http://www.nafta-sec-alena.org)>. Acessado em 16/05/2014
- NEGRÃO, João José de oliveira. O Governo FHC e o neoliberalismo. *Revista Lutas Sociais*, Vol. 1, novembro de 1996. <[Http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf)>. Acessado em 11/07/2015.
- NOVOA, L. F. O Brasil e seu “desdobramento”: O papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: *Transnacionais Brasileiras: Um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- NOVAIS, Luís Fernando. *Do "voo da galinha" ao crescimento sustentado: possibilidades e incertezas*. Fundap Grupo de Conjuntura. Páginas 142 a 151. São Paulo: Fundap, 2009.
- NOVELLI, José Marcos Nayme. A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006). *Revista de Sociologia e Política*, vol. 18, no. 36. Curitiba: junho 2010. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200014&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.
- NYE, Joseph. *Soft Power: the means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.
- OLIVA, Aloizio Mercadante. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula (2003-2010)*. Tese de Doutorado em Economia, UNICAMP, 2010.
- OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. O governo do PT e ALCA: política externa e pragmatismo. *Estudos Avançados*, vol. 17, no. 48. São Paulo: maio / agosto 2003. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200023&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.
- ONUKEI, Janina. O Brasil e a construção do Mercosul. In: *Relações Internacionais do Brasil: Temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- PECEQUILLO, Cristina. A política externa do Brasil no século XXI: Os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 21, 2008.
- PASSOS, Thais Virgia; CACCIAMALI, Maria Cristina. Integração física e desenvolvimento intra-regional: Contribuições da geopolítica para uma análise do eixo Amazonas. GT26 – “O pensamento social-americano: legado e desafios contemporâneos”, 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014. <[Http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=9364&Itemid=456](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=9364&Itemid=456)>. Acessado em 05/09/2015.
- PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. *Brasil de Cardoso: a desapropriação do país*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- PERISSINOTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- PINHEIRO, Leticia de Abreu. *Política externa brasileira*, Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- PINHEIRO, Milton (Org). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- PINTO. Eduardo Costa. *Bloco no poder e governo Lula: Grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano*. Tese de doutorado em Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

PINTO. Eduardo Costa; BALANCO, Paulo. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. *Revista de Economia Política*, vol. 34, no. 1. São Paulo: janeiro / março de 2014.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572014000100003&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

PINTO. Messias de Sá; GUIMARÃES, Maria Helena. O MERCOSUL e a ALCA: os interesses (irre) conciliáveis da União Europeia e dos EUA. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 48, no.1. Brasília: jan. / jun. 2005.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100005&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

POCHMANN, Marcio. *A nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social Brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POULANTZAS, Nico. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1977.

_____. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *As classes sociais*. In: SILVEIRA, Paulo (org.). *Poulantzas*. São Paulo: Editora Ática, 1984.

_____. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. *As classes sociais*. São Paulo: CEBRAP. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782009000200017&script=sci_arttext>.

Acessado em 09/09/2015.

PREBISCH, Raul. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. Nova York: NAÇÕES UNIDAS, CEPAL, 1950.

<http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf>. Acessado em 25/07/2015.

RAICHELIS, Raquel. A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas. Entrevista especial com Rodrigo Castelo. *Serviço Social & Sociedade*, no. 119. São Paulo: julho/setembro, 2014.

<[Http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000300009&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000300009&lang=pt)>. Acessado em 09/09/2015.

RICUPERO, Rubens. Rio Branco. *O Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2000.

_____. *O Brasil e o dilema da globalização*. São Paulo: SENAC C, 2001.

ROCHA, Daniela Cristina Comin. O papel do MERCOSUL na política externa brasileira: Uma análise do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). GT 28 – Política Internacional. 36º

Encontro Anual da ANPOCS, 2012. <
http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8164&Itemid=76>. Acessado em 05/09/2015.

RODRIGUES, José. Frações burguesas em disputa e a educação superior no Governo Lula. Revista Brasileira de Educação, vol. 12, no. 34. Rio de Janeiro: janeiro/abril, 2007. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100010&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

ROIO, Marcos del. A mundialização imperialista. Revista Lutas Sociais, Vol. 11/12, dezembro de 2004. <[Http://www.pucsp.br/neils/downloads/v11_12_del_roio.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v11_12_del_roio.pdf)>. Acessado em 22/07/2015.

ROTBURG, Robert. *When states fail: causes and consequences*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2004.

ROUBINI, Nouriel; MIHM, Stephen. *A crise das crises: um curso relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2010.

RUIZ, Briceño. La Unasur: Continuum o nuevo inicio del regionalismo sudamericano? In: *Anuario de la Integración de América Latina y el gran Caribe*, 2010.

SABATINI, Rodrigo. Mercosul e a internacionalização comercial do Brasil. In: LAPLANE, Marinho; COUTINHO, Luciano; HIRATUKA, Célio (orgs.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

SADER, Emir (Org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984. _____ . *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

< http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo40Artigo2.pdf>. Acessado em 08/01/2016.

SALLUM JR, Brasília. Hegemonia liberal, desenvolvimentismo e populismo. *Nueva Sociedad*, nº 217, setembro-outubro, 2008.

_____. Governo Collor: O Reformismo neoliberal e a nova orientação da política externa brasileira. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, nº 2. Rio de Janeiro: 2011.

_____. O Brasil sob Cardoso – neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social*, vol. 11, no. 2. São Paulo: out. 1999. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701999000200003&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

- SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social & Sociedade*, no. 112. São Paulo: outubro/dezembro, 2012. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400004&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.
- SANTANA, Helton. Os grupos de interesse e a ALCA. *Contexto Internacional*, PUC-RJ, nº 23, vol. 1. Rio de Janeiro: 2001.
- SANTOS. Raquel Paz dos. A revitalização do MERCOSUL no contexto da diplomacia de Lula para América do Sul. *Revista Latinoamericana, Polis*, vol. 13, no. 39. Santiago: 2014, p. 63-82. <[Http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682014120000004&lang=pt](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682014120000004&lang=pt)>. Acessado em 09/09/2015.
- SANTOS, Milton. *Globalização e meio técnico informacional*. São Paulo: Técnica Espaço Tempo, 1994. *Estado e democracia: ensaios teóricos*.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Globalização fatalidade ou utopia*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.
- SARAIVA. Miriam Gomes. Continuidade e mudança na política externa brasileira: As especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. *Relações Internacionais* no. 37. Lisboa, mar. 2013. <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000100006&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.
- _____. A América do Sul na política externa do governo Lula: Ideias e mudanças. In: FREIXO, Adriano et al. (orgs.). *A política externa brasileira na era Lula*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. In: LAPLANE, Mariano; COUTINHO, Luciano; HIRATUKA, Célio (orgs.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.
- SCHUTTE, Giorgio Romano. *Neodesenvolvimentismo e a busca de uma nova inserção internacional*. 1732 Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, abril de 2012.
- SECCO, Lincoln. *História do PT: 1978-2010*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.
- SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando; RENAUT, Michel. Por um novo desenvolvimentismo? *Jornal dos Economistas* no. 186, janeiro de 2005, p. 3-5.

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/novo-desenvolvimentismo_jornal.pdf>. Acessado em 15/05/2013.

SILVA, Laura Thais. *Política externa brasileira para o MERCOSUL: interesses estratégicos e crise da integração regional*. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas, USP, 2006.

SILVA, Luiz Inácio Lula da; AMORIM, Celso; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *A política externa do Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2003.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1976.

SILVA, André Luiz Reis. O Brasil diante da globalização: A política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). In: *Carta Internacional*, Associação Brasileira de Relações Internacionais, vol. 7, nº 1, p. 20-34, junho de 2012.

SILVA, Suylan de Almeida. “*Ganhamos a batalha, mas não a guerra*”: *A visão da Campanha Nacional contra a ALCA sobre a não assinatura do Acordo*. Tese de doutorado no Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, 2008.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, 85, 9. 82-103.

<http://novosestudos.uol.com.br/acervo/acervo_artigo.asp?idMateria=1256>. Acessado em 05/06/2014.

_____. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. A segunda alma do partido dos trabalhadores. *Novos Estudos – CEBRAP*, no. 88. São Paulo: 2010. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300006&lang=pt>. Acessado em 09/06/2015.

SMITH, Adam. *A Riqueza das nações: Investigação sobre a sua natureza e suas causas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SMITH, Paul. *Transnational security threat and State survival: a role for the military*. Parameters, Carlisle: U.S. Army War College, Autumn, 2000.

SOUZA, Angelita Matos. O expansionismo nos governos Lula e no BNDES. In: *Meridiano 47*, vol. 120, julho – agosto de 2010.

SOUZA, Enéas. *Hipótese de futuro: a nova dinâmica do capital financeiro*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hauser, 2010.

SPOSITO, Ítalo Beltrão. Mudança e continuidade na política externa: Análise de casos brasileiros e aplicação a casos Sul-Americanos. GT 28 – Política Internacional. 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012. <

http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8170&Itemid=76>. Acessado em 05/09/2015.

STIGLITZ, Joseph E. O fim do neoliberalismo? O Globo, 16 de julho, 2008. <[Http://arquivoetc.blogspot.com.br/2008/07/o-fim-do-neoliberalismo-joseph-e_16.html](http://arquivoetc.blogspot.com.br/2008/07/o-fim-do-neoliberalismo-joseph-e_16.html)>.

Acessado em 02/03/2015.

_____. *O mundo em queda livre*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SUMMIT OF THE AMERICAS. Plan of Action. Miami: dezembro de 1994. <[Www.ftaa-ALCA.org](http://www.ftaa-alca.org)>. Acessado em 16/07/2015.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Política Industrial e Desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol 26, n° 2 (102), abril-junho de 2006, p. 163-185.

TAVARES, Maria da Conceição; SADER, Emir; JORGE, Eduardo. *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

TAVARES, Maria da Conceição. "O dissenso de Washington". In: NOGUEIRA, Paulo Batista et alli. *Em defesa do Interesse nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes; MEDEIROS, Marcelo de Almeida; REIS, Elton Gomes dos. Cooperação para autonomia? Explicando o paradoxo da política externa brasileira para a UNASUL. GT Política Internacional. 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014. <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1272%3A%20anais-do-encontro-gt-e-spg-&catid=1214%3A38-encontro-anual-da-anpocs&Itemid=456>.

Acessado em 05/09/2015.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, vol. 21, no. spe. Campinas: Dec. 2012.

<[Http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400009&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400009&lang=pt)>. Acessado em 09/09/2015.

THOMPSON, Grahame; HIRST, Paul. *Globalização em questão: A economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. Summary of U.S. Negotiating Positions in the FTAA. Negotiating Group Market Access, 2001.

_____. Summary of U. S. Negotiating Positions in the FTAA. Negotiating Group on Government Procurement, 2001a.

_____. Summary of U. S. Negotiating Positions in the FTAA. Negotiating Group on Intellectual Property, 2001b.

_____. Summary of U. S. Negotiating Positions in the FTAA. Negotiating Group on Services, 2001c.

VADELL, Javier A.; LAMAS, Bárbara; RIBEIRO, Daniela M. de F. Integração e desenvolvimento no MERCOSUL: divergências e convergências nas políticas econômicas nos governos Lula e Kirchner. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 17, no. 33. Curitiba: junho, 2009. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000200004&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

VALDEZ, Robinson. *A internacionalização do BNDES no governo Lula*. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

VIANA, Rodrigues. *Segurança coletiva: a ONU e as operações de apoio à paz*. Lisboa: Cosmos, 2002.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, vol. 29, no. 2. Rio de Janeiro: julho/dezembro, 2007. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lang=pt>. Acessado em 09/09/2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World systems analysis*. Durham, North Carolina: Duke University Press, 2004.

WALTZ, Kenneth, *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

WILLIS, Susan. *Evidências do Real: os Estados Unidos pós 11 de setembro*. São Paulo: Boitempo, 2008.

WOLF, Martin. *Por que a globalização funciona*. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

ZIBECHI, Raúl. *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012

ZIZÉK, Slavoj (Org). *Um mapa da ideologia*. Rio De Janeiro: Contraponto.

_____. *Bem-vindo ao deserto do Real: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo, 2015.

ANEXOS

Nesta parte estão um organograma detalhado da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), todas as tabelas e gráficos enunciados no corpo da tese e por fim, as cento e oitenta metas para o bicentenário da Independência.

1 SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE)

Criada em 23 de julho de 2008, pela Lei nº 11.754 e com sua Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 6.517, de 28 de julho de 2008⁶⁴, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, SAE/PR, com status de ministério, encontra-se instalada à Esplanada dos Ministérios, bloco O, 7º, 8º e 9º andares, Brasília, DF.

Esta secretaria foi criada para assessorar a presidência da República, tendo em vista o planejamento nacional e a formulação de políticas públicas de longo prazo, com o fim de respaldar o desenvolvimento nacional.

A SAE/PR é composta pelas: Secretaria de Ações Estratégicas, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e pela Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, além do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que contribui com suas pesquisas para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento do Brasil.

1.1 Secretaria de Ações Estratégicas

A Secretaria em pauta tem por incumbência formular propostas para o aprimoramento, avaliação e implementação de políticas públicas, com o fim de promover o desenvolvimento nacional, objetivando a redução das desigualdades sociais e da pobreza. A atuação da Secretaria de Ações Estratégicas tem seu foco em identificar questões sociais emergentes, visando ao alavancamento e manutenção do crescimento das conquistas nessa área. Suas atividades dividem-se em:

⁶⁴ <[Www.sae.gov.br/site/acessoainformacao/](http://www.sae.gov.br/site/acessoainformacao/)> Acessado nos dias 20, 21, 22, 23 e 24 de setembro de 2015.

a) Desenvolver um sistema nacional de avaliações de políticas públicas; organizar as informações sobre as avaliações já produzidas em várias áreas governamentais, com vistas a aperfeiçoar as experiências nelas incorridas, a fim de balizar as atuais e futuras políticas públicas, delineando um sistema nacional que interaja, de forma eficiente, com as experiências já adquiridas. Apropriar-se de avaliações produzidas nas várias esferas estatais, que são usadas como instrumentos tais como legislação, tipologia e classificação. O objetivo é criar produtos oriundos dessas avaliações, realizadas com recursos públicos, e que venham se tornar efetivamente bens públicos.

b) Formular estratégias de desenvolvimento inclusivo com os estados. Para se garantir a eficácia das políticas, devem-se respeitar as especificidades locais e assim é possível concluir de que a grande maioria das políticas de cunho industrial ou de investimentos em infraestrutura são implantadas nas esferas estadual e municipal. Isto posto, faz-se necessário a busca de um desenvolvimento inclusivo, auxiliada pela atuação da SAE/PR, balizando estados e municípios a gerarem estratégias de desenvolvimento inclusivas, objetivando a erradicação da pobreza.

c) Erradicação da extrema pobreza, por meio do uso mais eficaz das políticas e dos programas sociais existentes. A SAE/PR é responsável por gerenciar componentes que impactam nas políticas sociais, com vistas à redução da pobreza absoluta, nitidamente em áreas fronteiriças na Amazônia, atuando em setores como educação, saúde, energia, comunicação, documentação e incentivos à produção familiar e moradia.

d) Integração social, espacial e simbólica nas grandes cidades. Elaborar subsídios, no sentido de que os mesmos visem banir as disparidades entre as áreas carentes nas cidades, representadas pelas favelas e assentamentos irregulares e as demais áreas; através de debates com especialistas e gestores governamentais, que oportunizem plena integração socioespacial, dizimando a discriminação no mercado de trabalho e o maior acesso de não moradores a essas comunidades.

e) Oportunidades para uma transição saudável e produtiva para a vida adulta. Analisar, com olhos críticos os programas e ações voltados à juventude, visando a falta de conectividade entre os mesmos. O objetivo é obter melhorias em programas que busquem a integração dos jovens, focando em desenvolver suas habilidades, tencionando torná-los mais produtivos, incorporando regras mais saudáveis de convivência e uma integração produtiva do jovem à vida adulta.

f) Promoção e consolidação de uma nova classe média produtiva e dinâmica, sem risco de retorno à pobreza. Elaborar políticas públicas que tenham como fim a consolidação da

nova classe média, que segundo a SAE/PR representam 30 milhões de pessoas que ascenderam a essa condição durante os últimos 10 anos, evitando com que elas voltem à condição de pobreza e promover oportunidades de progressão social continuada. Para isso faz-se necessário o conhecimento de suas principais demandas, características e aspirações, utilizando-se de uma comissão integrada por especialistas de diversas áreas com vistas a se definir e discutir as necessidades da Nova Classe Média brasileira. A SAE/PR desenvolve o aplicativo “Classe Média em Números”, no qual se constroem análises transversais e longitudinais com a finalidade de revelar “a realidade de ascensão da população de baixa renda e a evolução socioeconômica da sociedade”.

g) Monitorando as realizações da população negra e das políticas de promoção da igualdade social. A SAE/PR busca consolidar e ampliar as conquistas socioeconômicas da população negra, elaborando metas e identificar instrumentos que contribuam de forma decisiva para uma maior inserção dessas comunidades, diminuindo ou eliminando as injustiças e desigualdades que sofrem esta população.

h) Oportunidades para um desenvolvimento pleno e integrado na primeira infância. Elaborar políticas multisetoriais para crianças de 0 a 3 anos, levando em consideração a importância da família, prioridade com os vulneráveis e o respeito à unicidade da criança. Nessa área, a SAE/PR desenvolve trabalhos que busquem a integração de políticas voltadas a essa faixa etária nos três níveis de esferas governamentais. O foco principal dessa política é a proposta de “Política de Promoção ao Desenvolvimento Integral na Primeira Infância”, consubstanciada por: unificação e consolidação (nome, prontuário, protocolo, etc.); customização e adequação dos serviços (em casa e fora de casa, pela família e por agentes de saúde, assistência social e educadores) e expansão do escopo (crescente ênfase nos direitos positivos, direito a brincar, a ser estimulado, desenvolver o seu potencial cognitivo, e ter oportunidade de utilizar e se beneficiar das oportunidades oferecidas).

1.2 Secretaria de Desenvolvimento Sustentável

Objetivando promover o desenvolvimento sustentável, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, tem como área de atuação a avaliação e a implementação de propostas sustentáveis de políticas públicas que foquem nas variáveis econômicas, sociais e ambientais de interesse estratégico nacional. Esta Secretaria atua principalmente nas seguintes áreas:

a) Atividade sustentável na Amazônia. Coordenar um plano operativo que promova uma redução do desmatamento da Amazônia e promover atividades sustentáveis nessa região,

centrando nos seguintes itens: fomento à produção sustentável; assistência técnica e extensão rural e florestal e difusão de inovações tecnológicas, mecanismos de financiamento, mecanismos de apoio à comercialização e arranjos produtivos locais (APLS). Com o objetivo de se ofertar uma política fundamentada no território, os itens acima listados são focados nas principais tipologias da terra, representadas pela agricultura familiar, o manejo da floresta e o agroextrativismo, além da pecuária e agricultura de médio e grande porte.

b) **Brasil mais florestas.** Com a intenção de elaborar um trabalho que vise uma estratégia nacional de fortalecimento do setor florestal, a SAE/PR, coordenou a produção das “Diretrizes para a Estruturação de uma Política Nacional de Florestas Plantadas”. Para tornar o Brasil uma grande potência nesse setor, a SAE/PR, trabalha com estudos voltados a ampliar e atrair investimentos no setor florestal, norteados por uma diversificação produtiva, respeitando as questões ambientais e a inserção social dos pequenos e médios produtores florestais, tendo em vista a importância desse segmento na cadeia de produção de matérias-primas para vários outros segmentos econômicos, focando no modelo de articulação das políticas públicas institucionais e de governança no setor, que visem uma integração e uma otimização da formulação na aplicação dessas políticas.

c) **Gestão territorial da agricultura sustentável.** Com o fim de conciliar as demandas crescentes nas áreas de produção de alimentos, agroenergia e florestas, a SAE/PR, desenvolve instrumentos de capacitação e modernização de procedimentos, envolvendo a agricultura, pecuária e o plantio florestal, coordenando uma rede de inteligência intitulada “Núcleo de Inteligência Territorial”, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Integram essa rede, a Embrapa, o Centro Nacional de Pesquisa e Monitoramento por Satélite (CNPM), o Centro Nacional de Pesquisa Tecnológica em Informática para a Agricultura (CNPTIA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais (CSR/UGG). Esse projeto visa criar ferramentas para apoiar a intensificação e a disseminação de uma agricultura de baixo carbono; obter uma eficiência no uso da terra via uma visão espacial das necessidades e das oportunidades de modernização no uso da terra; criar vários cenários de expansão espacial da agricultura; criar e estimular ferramentas de simulação espacial no planejamento do setor agrário.

1.3 Secretaria do Conselho de desenvolvimento Econômico e Social

É o órgão encarregado de coordenar e balizar o secretariado do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDE), com o objetivo de conduzir estudos e trabalhos

sobre políticas públicas e de conjuntura nacional, dando subsídios aos trabalhos efetuados pelo CDE, visando coordenar a participação desse Conselho em entidades e organismos nacionais e internacionais.

A função do CDE é de assessorar a Presidência da República no que se refere à formulação de políticas e diretrizes específicas, apreciação de propostas de políticas públicas de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, articuladas com as representações da sociedade.

Com o intuito de subsidiar o Conselho nas tarefas de acompanhar o enfrentamento das desigualdades, foi criado o Observatório da Equidade (OE).

1.4 Assessorias

Nesta parte são expostas as diversas assessoria da SAE.

1.4.1 Assessoria de Defesa

Órgão encarregado da formulação, revisão e atualização de políticas públicas referentes à defesa nacional. Desenvolve estratégias e ações nessa área, em concordância com instituições governamentais e da sociedade, tendo em vista o fortalecimento da indústria de defesa e do setor nuclear, assim como cibernético e espacial. Para isso desenvolve uma interlocução com o Ministério da Defesa, Forças Armadas e órgãos relacionados, visando promover a articulação de acordos de cooperação em áreas estratégicas e de Defesa Nacional. Além disso, a Assessoria de Defesa se envolve no subsídio a projetos de políticas públicas em temas estratégicos, atividades acadêmicas relacionadas à defesa e organiza publicações.

1.4.2 Assessoria Internacional

Tem, como área de atuação, a coordenação de ações internacionais, realizadas pela SAE/PR, com a responsabilidade de gerar uma interlocução com o Ministério das Relações Exteriores, governos de outros países, organismos multilaterais e instituições da sociedade civil de outros países, tendo em vista acompanhar a agenda internacional da Secretaria, assim como planejar, prospectar, negociar e elaborar atos internacionais. Também a Assessoria Internacional monitora e dá sustentabilidade a implementação dos instrumentos originados de

celebração de acordos, bem como sustentação aos outros setores da SAE/PR, com vistas a elaboração de políticas públicas, que estejam sob a alçada da Secretaria, concernentes aos impactos internacionais. Além disso, trabalha em projetos conjuntos com a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes). A SAE/PR, participa do Conselho Executivo do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), que é parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e atua também na cooperação Sul-Sul com respeito à políticas e programas voltados ao crescimento com inclusão social.

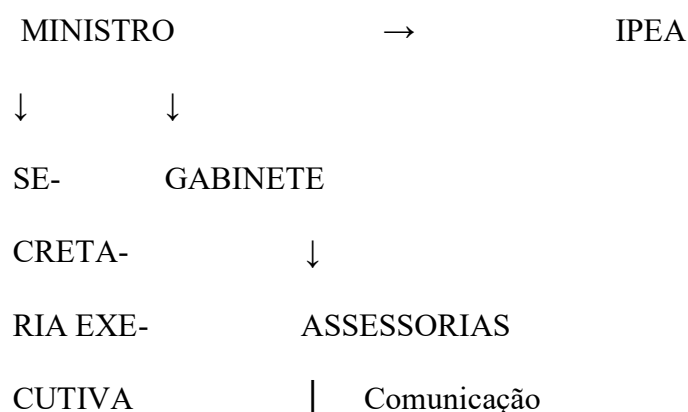
1.4.3 *Assessoria de Comunicação Social*

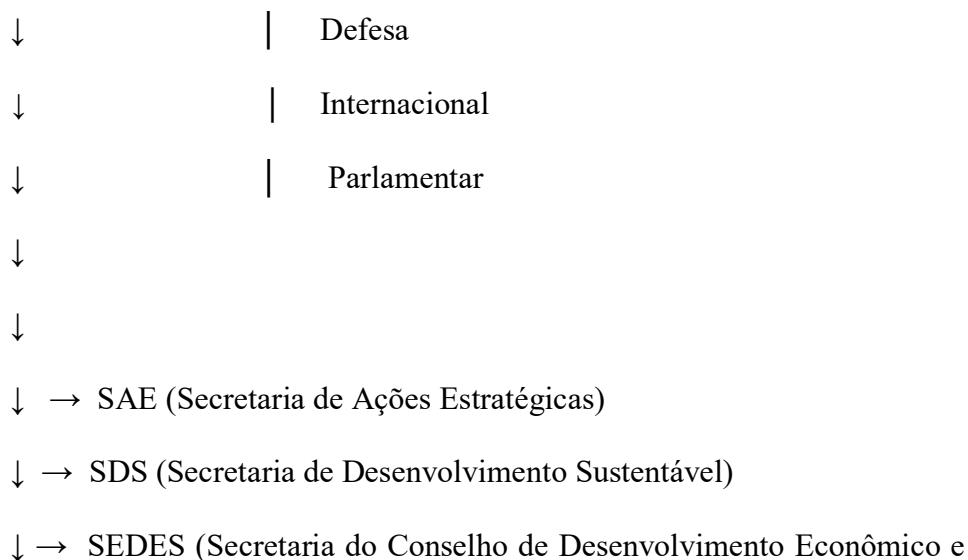
Tem como função divulgar a imagem, missão e as ações da SAE/PR, promovendo a Secretaria nos órgãos de imprensa, assim como nas novas interfaces de relacionamento digital: blogs, redes sociais e sites.

1.4.4 *Assessoria Parlamentar*

Realiza a promoção da SAE/PR junto ao Congresso Nacional, com relação aos temas de interesse da Secretaria, utilizando-se de expedientes como a participação nas reuniões coordenadas pela Subchefia de Assessoria Parlamentar (Supar/PR) e pela Subchefia de Assuntos Federativos (SASF/PR), além de acompanhar as discussões nas Comissões e no plenário da Câmara e do Senado Federal.

1.5 Organograma





social)

1.6 Ações e Programas

Nesta seção, são colocados as diversas ações e programas da SAE.

1.6.1 Atividades sustentáveis na Amazônia

Tendo em vista a visão estratégica do governo federal, com relação à redução do desmatamento da floresta Amazônica e a consequente implementação de atividades sustentáveis nesse ecossistema, a SAE/PR, coordena junto ao Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAM), ações de fomento às atividades sustentáveis, objetivando a redução do desmatamento, com inclusão produtiva e inserção social.

Os temas trabalhados, com o intuito de fundamentar as políticas de sustentabilidade no território, focados na agricultura familiar, o manejo das florestas, o agroextrativismo, pecuária de médio e grande porte, são:

- a) Fomento à produção sustentável;
- b) Assistência técnica e extensão rural e florestal; e
- c) Difusão de inovações tecnológicas, mecanismos de financiamento, mecanismos de apoio à comercialização e arranjos locais (APLs)

1.6.2 Avaliação

Nessa área, a SAE/PR, trabalha no sentido de organizar as informações referentes aos processos de avaliação, produzidos nas diversas áreas do governo, tendo em vista, o aprimoramento das experiências adquiridas, com a construção de um sistema nacional para essas informações, utilizando-se para isso de instrumentos, como a legislação, tipologia e classificação, com o fim de tornar os produtos dessas avaliações com recursos públicos em bens públicos efetivos.

1.6.3 *Brasil mais florestas: Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas*

A Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável, tem como atividade elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas, com o fim de dar sustentabilidade a uma estratégia nacional de desenvolvimento florestal, além de avaliar os impactos desta política, elencar princípios e prioridades de pesquisa, assim como desenvolver inovações para o setor, visando melhorar o uso da biomassa, e estimular o investimento de pequenos e médios produtores rurais como também desenvolver critérios de desempenho.

1.6.4 *Estados: desenvolvimento inclusivo*

Dado que, o Brasil é um país heterogêneo, com especificidades locais, a SAE/PR, se propõe a enfatizar o desenvolvimento inclusivo e a erradicação da extrema pobreza com o estabelecimento de acordos com governos estaduais, elaborando conjuntamente planos, com base nas potencialidades e entraves locais, assim como realizar a avaliação das políticas públicas já existentes.

1.6.5 *Pobreza extrema*

Mesmo com a redução do número de indivíduos que vivem em condição de pobreza extrema, a SAE/PR, monitora as mudanças no perfil destes para captar suas necessidades, pois as políticas de combate à pobreza requerem uma permanente revisão de seu desempenho, objetivando que suas ações de interação, focalização e cobertura sejam otimizadas.

No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras, a SAE/PR é incumbida de programar uma política social para as populações que vivem isoladas em áreas de fronteira amazônica. Para tal a SAE/PR elabora a proposta Fronteira Viva, com a inclusão de garantia de acesso a serviços públicos, como educação, saúde, energia, comunicação e documentação, além de incentivos à produção familiar e moradia.

1.6.6 *Favela*

Com o intuito de ajudar na integração socioespacial das cidades brasileiras onde há moradores de favelas e de assentamentos irregulares, que por razões de discriminação no mercado de trabalho, são muitas vezes, esses mesmos moradores, circunscritos ao perímetro de suas comunidades e, por outro lado, os não moradores, são quase que impedidos de circular nessas comunidades, levando a um esvaziamento da vida econômica das mesmas, com o atrofiamiento do comércio local, causando uma menor demanda global, que limita e ou prejudica a implantação de serviços públicos, ansiados pela população. Com o fim de solucionar este estado de coisas, a SAE/PR, desenvolve um amplo levantamento comparativo que visa "traçar as diferenças existentes nas características socioeconômicas e de acesso a serviços públicos entre os moradores das áreas regulares e os das áreas irregulares".

1.6.7 *Pecuária sustentável*

Para dar respaldo a uma atividade pecuária mais sustentável, tendo em mente a limitação e a preservação dos recursos naturais, a SAE/PR, foca na criação de linhas de crédito de menor custo para o setor, vinculadas a uma assistência técnica, que tenha como fim a boa gestão nas propriedades rurais, buscando assim operacionalizar o núcleo de inteligência territorial (NIT/MAPA) e a implantação dos modelos SOMA BRASIL e OTIMIAGRO, desenvolvidos em parceria entre o MAPA e a SAE.

1.6.8 *Juventude*

Com o fim de driblar a ineficiência das políticas públicas voltadas a essa faixa da população, a SAE/PR estuda os programas e ações em curso na área, com a finalidade de mapear os pontos fortes, visando assim identificar as oportunidades de melhora dos mesmos e

criar propostas para um programa de plena integração à juventude, que vise expandir as oportunidades, tanto em relação às habilidades como utilizá-las de forma produtiva promovendo a incorporação de regras saudáveis e seguras de convivência e uma transição produtiva do jovem à vida adulta.

1.6.9 *Nova classe média*

Na última década houve uma ascensão social de cerca de 30 milhões⁶⁵ de pessoas, levando a SAE/PR, a desenvolver trabalhos no sentido de fortalecer e consolidar essa "nova classe social" e foram feitos com a projeção de políticas públicas de proteção social, para que essas pessoas que ascenderam à classe média, não incorressem ao risco de retorno à pobreza, mas sim que continuassem sua ascensão, respaldada por um leque de oportunidades eficazes. Isto posto, foi criada uma comissão de especialistas, em várias áreas, com o fim de discutir e definir de forma mais precisa a "Nova Classe Média Brasileira".

1.1.10 *Observatório da população negra*

Para manter e consolidar as conquistas da população negra brasileira, a SAE/PR, via estudos, mapeia os pontos significativos desse processo de conquistas, como também aponta alternativas para aprimorar as medidas que visem a efetivação do conquistado. Mira na identificação dos instrumentos necessários para chegar a esse intento, além de não perder o foco na dívida social remanescente. Para isso, a SAE/PR, estabeleceu uma cooperação com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social da Presidência da República (Seppir) e com a Faculdade Zumbi dos Palmares, além de colaborar com a construção do Observatório da População Negra.

1.6.11 *Padrões de produção e consumo sustentável*

Esse projeto estuda de que forma as mudanças na distribuição de renda da população brasileira impactam na demanda de diversos bens e serviços e qual o grau de implicação que essa demanda causa no surgimento de gargalos na economia, assim como no processo de deterioração ambiental e mesmo no atendimento das necessidades básicas da população.

⁶⁵ Dado retirado da página oficial da SAE/PR na internet www.sae.gov/site/ no dia 14/08/2015.

Entendendo assim, o seu padrão de consumo, para poder propor políticas públicas, que tenham como norte, uma adequação de forma sustentável da oferta e demanda de bens e serviços. Nessa linha, a SAE/PR desenvolve:

1. Mapa de Padrões de Consumo por classe de renda e;
2. Avaliação do Plano de Produção e Consumo Sustentável, à luz da experiência internacional.

1.6.12 *Primeira infância*

Com relação à primeira infância, que vai de 0 a 3 anos, a SAE/PR, elabora propostas de integração de políticas nas três esferas de governo, sob uma ótica multissetorial, tendo como foco a família, o respeito aos princípios de unicidade da criança e a prioridade aos mais vulneráveis, organizando a estrutura já existente, via Política de Promoção de Desenvolvimento Integral da Primeira Infância. Para isso trabalha com os seguintes itens:

- 1) unificação e consolidação (nome, prontuário, etc.);
- 2) customização e adequação dos serviços (atenção individualizada a cada criança);
- 3) organização do atendimento (em casa e fora de casa, pela família e por agentes de saúde, assistência social e educadores);
- 4) expansão do escopo (crescente ênfase nos direitos positivos: direito a brincar; ser estimado; a desenvolver o seu potencial cognitivo; a ter condições de utilizar e se beneficiar das oportunidades oferecidas).

Desenvolve estudos de regulação e criação de mecanismos, tarifários para o setor de saneamento básico - apoio à universalização do acesso. Com o objetivo de analisar e articular com os demais atores, a melhoria nos serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário, a SAE/PR articula propostas em consonância com o Plano Nacional de Saneamento básico, que visa a universalização dos serviços de saneamento básico até o ano de 2030. Para tal a SAE/PR elabora as seguintes propostas:

- 1) aperfeiçoamento do modelo de governança regulatória dos serviços de saneamento básico;
- 2) aperfeiçoamento da matriz tarifária brasileira, considerando a população de baixa renda.

4.13 *Visão estratégica para a sustentabilidade do desenvolvimento do Brasil*

Com o intuito de criar cenários de futuro, melhorar a formulação e o aperfeiçoamento das políticas públicas, assim como a busca estratégica de um desenvolvimento sustentável, a SAE/PR, via Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável (SSDS), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, desenvolve estudos que incorporam em sua metodologia a consulta a vários setores relevantes, inclusos governo, setor privado e sociedade civil, com a análise das principais tendências demográficas, socioeconômicas, de infraestrutura, das condições dos recursos naturais e das atividades econômicas, ligadas a esses recursos. Para isso a SAE/PR faz uso dos seguintes relatórios:

- 1) Visão de Uso dos Recursos Naturais
- 2) Qualidade do Meio Ambiente (RQMA)

4.14 *Prêmio Marechal-do-ar Casimiro Montenegro Filho*

Premiação que é realizada desde 2010, com o fim de estimular a produção de pesquisa nos setores de desenvolvimento científico e técnico estratégico, além das pesquisas que visem ao fortalecimento da indústria nacional de defesa e dos setores aeroespacial, cibernético e nuclear.

1.7 IPEA

O Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada é uma fundação federal, que atua no planejamento e pesquisa, com vistas a dar suporte técnico e institucional ao governo nas formulações, reformulações e avaliações de políticas públicas e programas de desenvolvimento nacional, contidas em inúmeras publicações, seminários, assessoramento técnico, pesquisas e estudos aplicados, cursos e divulgação na imprensa, oferecendo propostas para a sociedade superar os desafios ligados a suplantação do subdesenvolvimento, se impondo a missão de "pensar o Brasil".

Com o nome de Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA foi criado em 1964, tornando-se fundação pública em 1967, assumindo nesse momento o atual nome. Atualmente possui sete diretorias: DINTE - Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais; DIMAC - Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas; DIDES - Diretoria de Desenvolvimento Institucional; DIRUR - Diretoria de Estudos e Políticas Regionais,

Urbanas e Ambientais; DISET - Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura; DIEST - Diretoria de Estudos e Políticas de Estado das Instituições e da Democracia; DISOC -Diretoria de Estudos e Políticas Sociais; DINTE -Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais - é um Conselho de Orientação, constituído por pessoas de destaque no pensamento social brasileiro -. O IPEA, foi vinculado à SAE/PR, em setembro de 2007, num processo de revitalização institucional do instituto, via um debate sobre a sua missão institucional, seus desafios e estratégias de ação, ou seja, a institucionalização do planejamento estratégico.

A missão institucional está relacionada com os atos de produzir, articular e disseminar conhecimento com vistas na melhora das políticas públicas e a ação de planejar, de forma mais eficiente, o desenvolvimento brasileiro, utilizando-se para isso, dos seguintes estratagemas, que visam transformar o IPEA em um indutor de gestão pública do conhecimento:

- a) desenvolver e disseminar estudo e pesquisas aplicadas;
- b) realizar estudos prospectivos aplicados;
- c) subsidiar e elaborar planos, políticas e programas governamentais;
- d) assessorar processos decisórios de instituições governamentais;
- e) realizar ações para a formação de quadros na gestão pública e;
- f) cooperar com governos e entidades nacionais e internacionais no seu campo de atuação.

2 Tabelas e gráficos

Tabela 1

Dívida total líquida do setor público

(R\$ milhões)

Data	Dívida - Total público - Líquida
2002	892.291,84
2003	932.137,53
2004	982.508,81
2005	1.040.046,12
2006	1.120.052,63
2007	1.211.762,25
2008	1.168.238,34
2009	1.362.710,72
2010	1.475.820,18

FONTE: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Finanças Públicas (BCB Boletim/F. Públ.), via IPEA Dada.

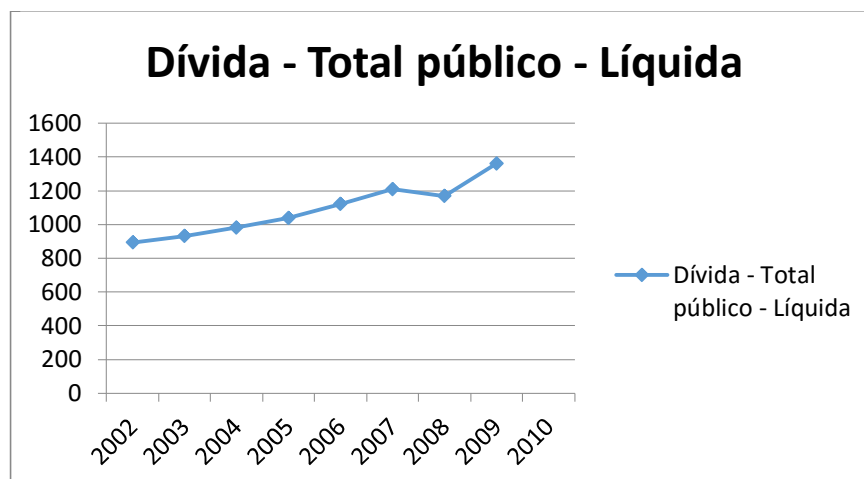
NOTA: Compreende governo federal e Banco Central, governos estaduais, governos municipais e empresas estatais (federal, estaduais e municipais).

<[Http://www.ipeadata.gov.br/](http://www.ipeadata.gov.br/)>. Acessado em 06/08/2015.

Gráfico 1

Dívida total líquida do setor público

(R\$ mil milhões)



FONTE: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Finanças Públicas (BCB Boletim/F. Públ.), via IPEA Dada

Tabela 2

Dívida pública total

(% PIB)

Data	Dívida pública total
2002.01	52,25
2002.04	50,91
2002.08	55,82
2002.12	59,84
2003.01	59,81
2003.04	54,27

2003.08	55,41
2003.12	54,19
2004.01	53,99
2004.04	52,91
2004.08	51,35
2004.12	50,16
2005.01	49,53
2005.04	48,23
2005.08	47,62
2005.12	47,89
2006.01	47,76
2006.04	47,22
2006.08	46,57
2006.12	46,48
2007.01	45,94
2007.04	45,11
2007.08	44,15
2007.12	44,58

2008.01	43,75
2008.04	42,85
2008.08	42,01
2008.12	37,59
2009.01	38,07
2009.04	38,68
2009.08	40,69
2009.12	40,94
2010.01	39,65
2010.04	39,54
2010.08	38,80
2010.12	37,97

FONTE: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Finanças Públicas (BCB Boletim/F. Públ.).
Via IPEA Data.

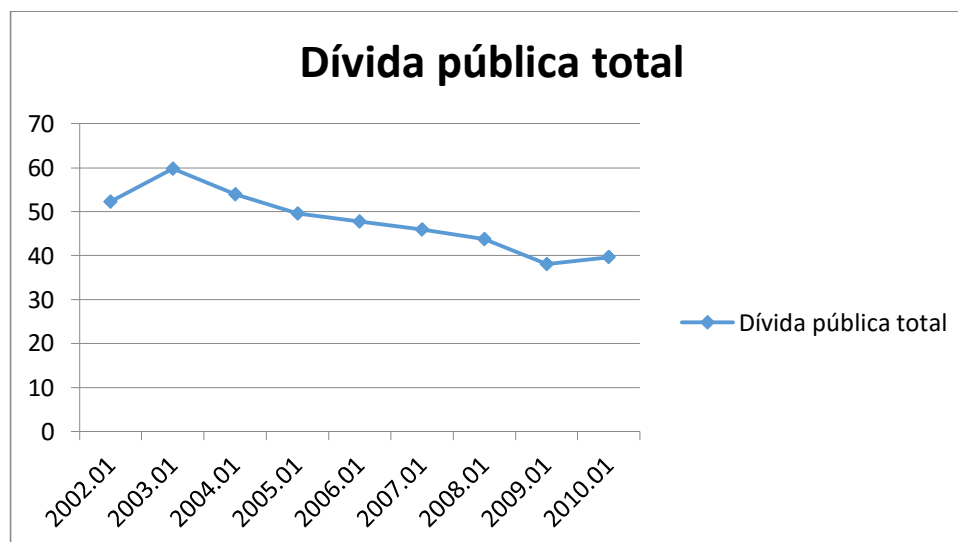
NOTA: Dívida líquida do setor público em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB), fluxo
acumulado em 12 meses.

<[Http://www.ipeadata.gov.br/](http://www.ipeadata.gov.br/)>. Acessado em 06/08/2015.

Gráfico 2

Dívida pública total

(% PIB)



FONTE: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Finanças Públicas (BCB Boletim/F. Públ.).
Via Ipea Data.

Tabela 3

Taxa de juros SELIC, fixada pelo COPOM

Data	Taxa SELIC % (a)	Taxa SELIC % a.a. (b)
23/01/2002	1,25	19,5
17/04/2002	1,64	17,86
21/08/2002	1,31	17,87
18/12/2002	2,05	24,90
22/01/2003	1,81	25,36
23/04/2003	1,78	26,32

20/08/2003	1,58	21,84
17/12/2003	1,39	16,32
21/01/2004	1,21	16,30
14/04/2004	1,41	15,80
18/08/2004	1,12	15,90
15/12/2004	1,63	17,74
19/01/2005	1,20	18,25
20/04/2005	1,35	19,51
17/08/2005	1,37	19,74
14/12/2005	1,66	18,00
18/01/2006	2,11	17,26
19/04/2006	1,69	15,72
30/08/2006	1,75	14,17
29/11/2006	1,89	13,19
24/01/2007	1,36	12,93
18/04/2007	1,59	12,43
05/09/2007	1,18	11,18
05/12/2007	1,40	11,18

23/01/2008	1,18	11,18
16/04/2008	1,41	11,63
10/09/2008	1,79	13,66
10/12/2008	1,43	13,66
21/01/2009	1,57	12,66
29/04/2009	1,12	10,16
02/09/2009	1,09	8,65
09/12/2009	1,09	8,65
27/01/2010	1,09	8,65
28/04/2010	1,04	9,40
01/09/2010	1,34	10,66
08/12/2010	1,21	10,66

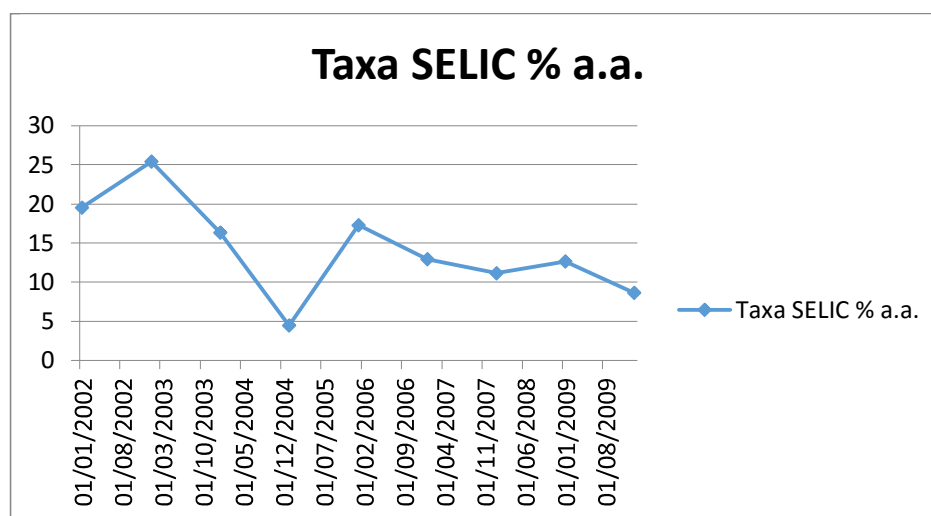
FONTE: Banco Central do Brasil, Sistema de Metas para Inflação, Copom, Histórico das taxas de juros.

NOTAS: a) Taxa de juros acumulada no período. b) Taxa média diária de juros, anualizada com base em 252 dias úteis.

<[Http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS](http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS)>. Acessado em 06/08/2015.

Gráfico 3

Taxa de juros SELIC, fixada pelo COPOM



FONTE: Banco Central do Brasil, Sistema de Metas para Inflação, Copom, Histórico das taxas de juros.

Tabela 4

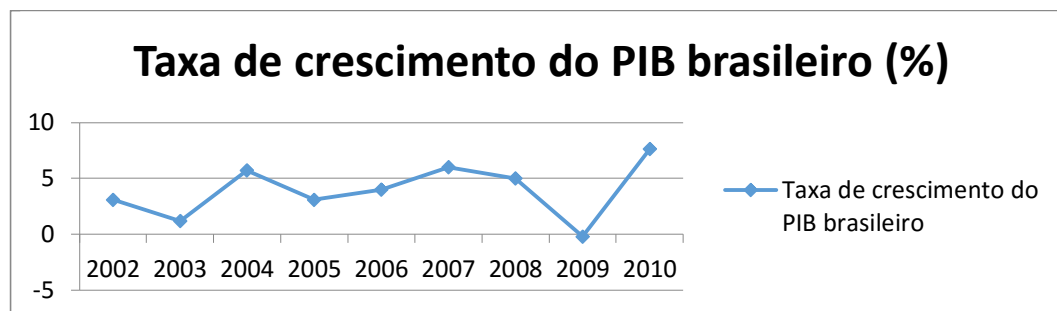
Taxa de crescimento do PIB brasileiro (%)

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa	3,1	1,2	5,7	3,1	4,0	6,0	5,0	-0,2	7,6

FONTE: Banco Central do Brasil. <[Http://www.bcb.gov.br/?INDECO](http://www.bcb.gov.br/?INDECO)>. Acessado em 08/08/2015.

Gráfico 4

Taxa de crescimento do PIB brasileiro 2002 - 2010



FONTE: Banco Central do Brasil. <[Http://www.bcb.gov.br/?INDECO](http://www.bcb.gov.br/?INDECO)>. Acessado em 08/08/2015.

Tabela 5

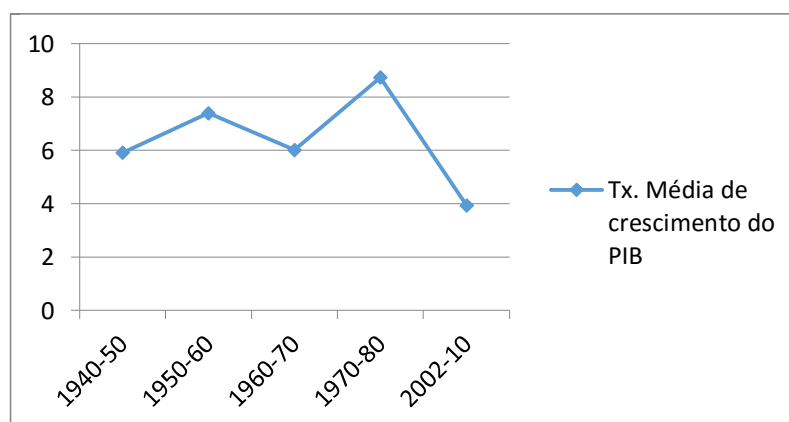
Taxa média de crescimento do PIB (%)

Ano	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Taxa	5,90	7,38	6,01	8,72

FONTE: BACHA & BONELLI. 2001, p. 3.

Gráfico 5

Taxa média de crescimento do PIB (%)



FONTE: BACHA & BONELLI, 2001, p. 3.

Tabela 6

PIB do Brasil (US\$ bilhões correntes)

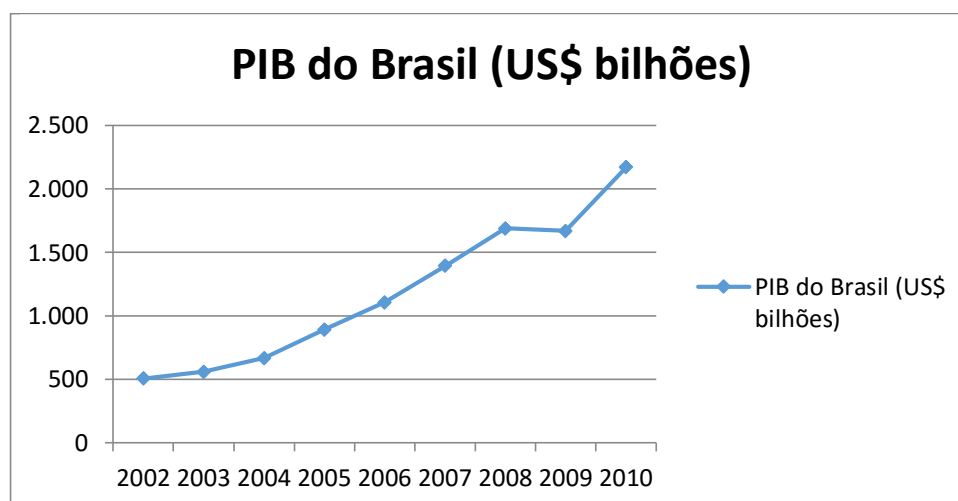
Ano	Valor
2002	508,9
2003	560,1
2004	669,6
2005	892,5
2006	1.107,2
2007	1.395,6
2008	1.691,9
2009	1.670,1
2010	2.210,3

FONTE: Banco Central do Brasil.

<<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acessado em 11/08/2015.

Gráfico 6

PIB do Brasil (US\$ bilhões correntes)



FONTE: Banco Central do Brasil.

Tabela 7

Participação da indústria de transformação no PIB - Brasil (em %)

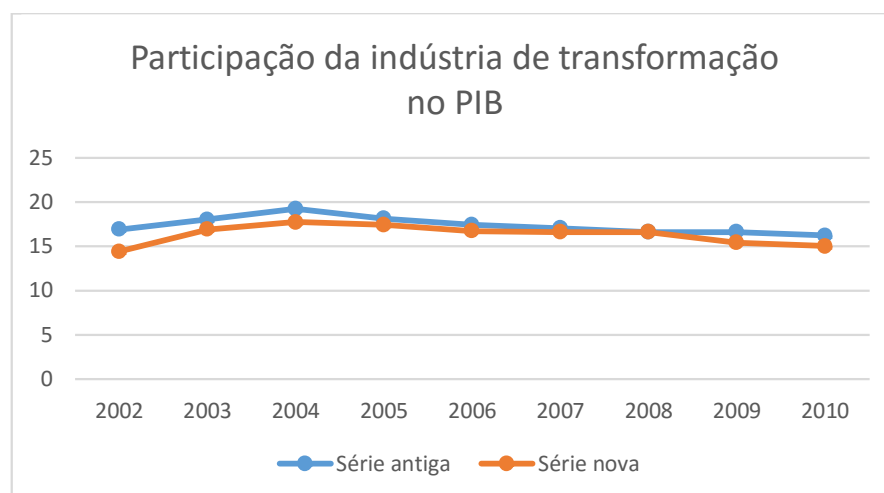
Ano	Série antiga	Série nova
2002	16,9	14,4
2003	18,0	16,9
2004	19,2	17,7
2005	18,1	17,4
2006	17,4	16,7
2007	17,0	16,6
2008	16,6	16,6
2009	16,6	15,4

2010	16,2	15,0
------	------	------

FONTE: IBGE: Elaboração: Depecon – FIESP (FIESP/CIESP, 2015)

Gráfico 7

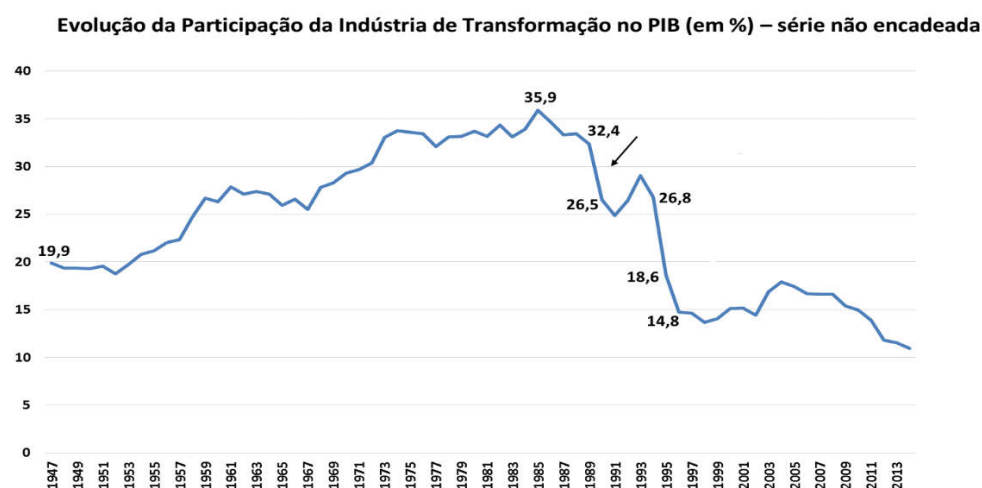
Participação da indústria de transformação no PIB - Brasil (em %)



FONTE: IBGE: Elaboração: Depecon – FIESP (FIESP/CIESP, 2015)

Gráfico 8

Evolução da participação da indústria de transformação no PIB (%)



FONTE: IBGE: Elaboração: Depecon – FIESP (FIESP/CIESP, 2015).

Tabela 8

Ranking das 10 maiores empresas da América Latina em 2010.

Ranking	Empresa	País	Setor
1	Petrobras	Brasil	Petróleo/Gás
2	Pemex	México	Petróleo-Gás
3	PDVSA	Venezuela	Petróleo/Gás
4	Vale	Brasil	Mineração
5	América Móvil	México	Telecomunicações
6	Petrobras Distribuidora	Brasil	Petróleo/Gás
7	JBS-Friboi	Brasil	Agroindústria
8	Odebrecht	Brasil	Multissetorial
9	Walmart de México y Centroamérica	México	Comércio
10	Ultrapar	Brasil	Petróleo/Gás

FONTE: Revista Fortune. < [Http://fortune.com/fortune500/](http://fortune.com/fortune500/)>. Acessado em 17/08/2015.

Tabela 9

Ranking das 10 maiores do Brasil em 2010

Ranking	Ranking América Latina 2010	Empresa	Setor
1	1	Petrobras	Petróleo/Gás
2	4	Vale	Mineração
3	6	Petrobras Distribuidora	Petróleo/Gás
4	7	JBS-Friboi	Agroindústria
5	8	Odebrecht	Multissetorial
6	10	Ultrapar	Petróleo/Gás
7	11	Ipiranga Produtos de Petróleo	Petróleo/Gás
8	14	CBD – Grupo Pão de Açúcar	Varejo
9	16	Gerdau	Siderúrgica/Metalúrgica
10	17	Eletrobras	Energia elétrica

FONTE: Revista Fortune. < [Http://fortune.com/fortune500/](http://fortune.com/fortune500/)>. Acessado em 17/08/2015.

Tabela 10

Renda – desigualdade – coeficiente de Gini (1990 a 2010)

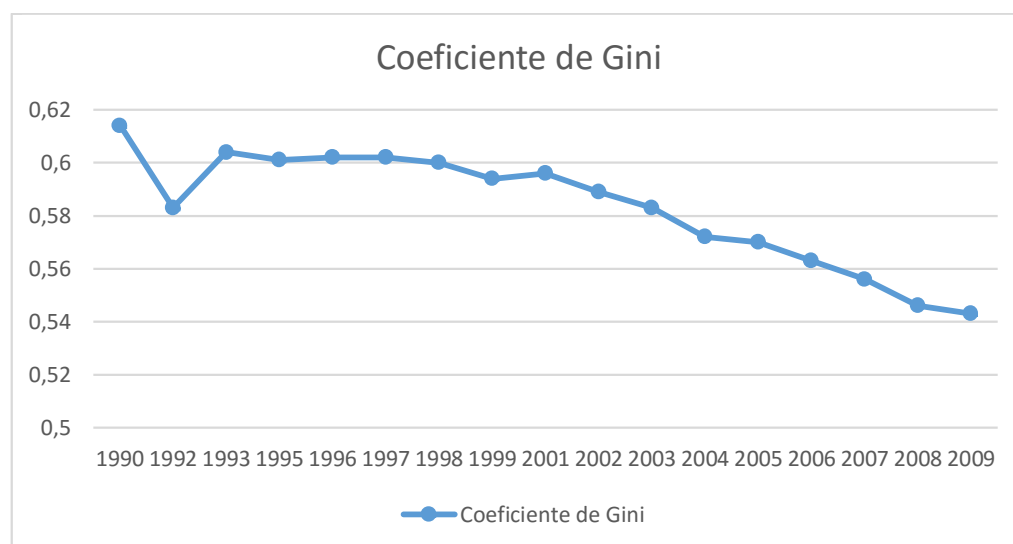
Data	Coeficiente de Gini
1990	0,614
1991	...
1992	0,583
1993	0,604
1994	...
1995	0,601
1996	0,602
1997	0,602
1998	0,600
1999	0,594
2000	...
2001	0,596
2002	0,589
2003	0,583
2004	0,572
2005	0,570

2006	0,563
2007	0,556
2008	0,546
2009	0,543

FONTE: Ipea Data. < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acessado em 18/08/2015.

Gráfico 9

Renda – desigualdade – coeficiente de Gini no Brasil (1990 a 2010)



FONTE: Ipea Data. < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acessado em 18/08/2015.

Tabela 11

Exportações (FOB)

(US\$ milhões)

Data	Exportações (FOB)
1990	34.413,620
1991	31.620,439

1992	35.792,986
1993	38.554,769
1994	43.545,162
1995	46.506,283
1996	47.746,727
1997	52.994,340
1998	51.139,862
1999	48.011,445
2000	55.085,595
2001	58.222,643
2002	60.361,785
2003	73.084,140
2004	96.475,238
2005	118.308,387
2006	137.807,470
2007	160.649,073
2008	197.942,443
2009	152.994,742

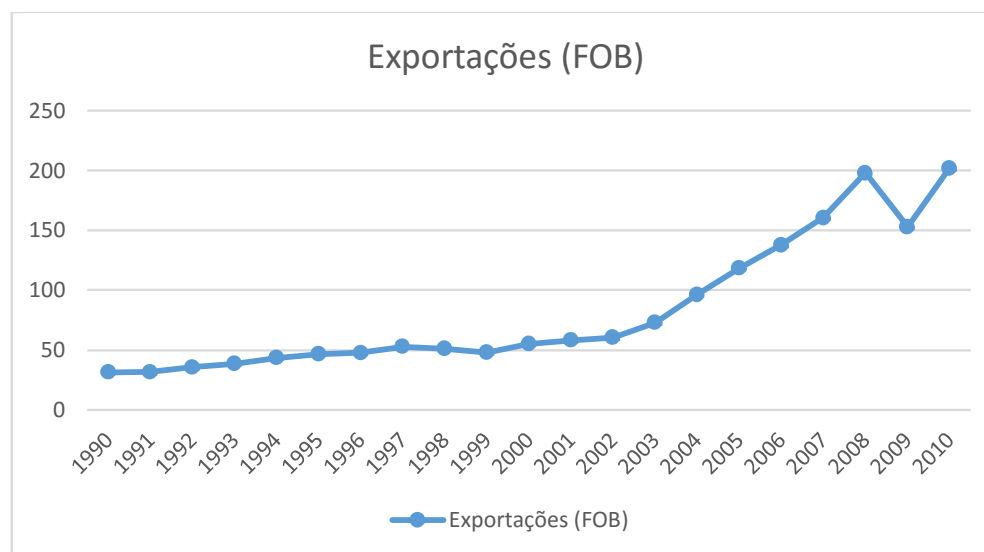
2010	201.915,285
------	-------------

FONTE: Ipea Data. < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acessado em 18/08/2015.

Gráfico 10

Exportações brasileiras (FOB)

(US\$ bilhões)

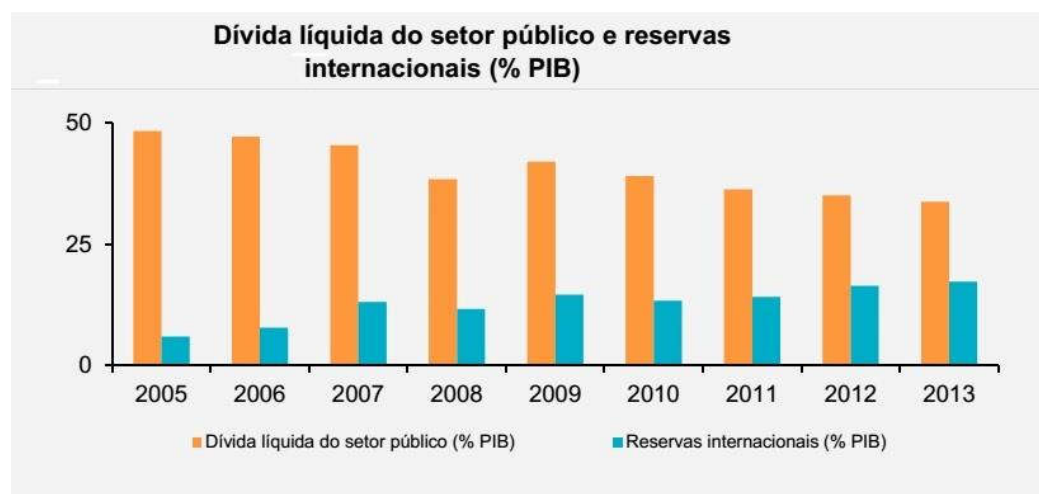


FONTE: Ipea Data. < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acessado em 18/08/2015.

Gráfico 11

Dívida líquida do setor público e reservas internacionais

(% PIB)



FONTE: Banco Central do Brasil. *Relatório de gestão das reservas internacionais*, vol. 6, dezembro de 2019, p. 11.

Gráfico 12

Evolução da relação reservas internacionais/PIB



FONTE: Banco Central do Brasil.

Tabela 12

20 obras financiadas pelo BNDES em outros países

Obras	País	Valor	Empresa responsável
Porto de Mariel	Cuba	US\$ 957milhões (US\$ 682 por parte do BNDES)	Odebrecht
Hidrelétrica de San Francisco	Equador	US\$ 243 milhões	Odebrecht
Hidrelétrica Manduriacu	Equador	US\$ 124,8 milhões (US\$ 90 milhões por parte do BNDES)	Odebrecht

Hidroelétrica de Chaglla	Peru	US\$ 1,2 bilhões (US\$ 320 milhões por parte do BNDES)	Odebrecht
Metrô da Cidade do Panamá	Panamá	US\$ 1 bilhão	Odebrecht
Autopista Madden-Colón	Panamá	US\$ 152,8 milhões	Odebrecht
Aqueduto de Chaco	Argentina	US\$ 180 milhões	OAS
Soterramento do Ferrocarril Sarmiento	Argentina	US\$ 1,5 bilhão	Odebrecht
Linhas 3 e 4 do metrô de Caracas	Venezuela	US\$ 732	Odebrecht
Segunda ponte sobre o Rio Orinoco	Venezuela	US\$ 1,2 bilhão (US\$ 300 milhões por parte do BNDES)	Odebrecht
Barragem de Moamba Major	Moçambique	US\$ 460 milhões (US\$ 350 milhões por parte do BNDES)	Andrade Gutierrez

Aeroporto de Nacala	Moçambique	US\$ 200 milhões (US\$ 125 milhões por parte do BNDES)	Odebrecht
BRT da capital Maputo	Moçambique	US\$ 220 milhões (US\$ 180 milhões por parte do BNDES)	Odebrecht
Hidrelétrica de Tumarín	Nicarágua	US\$ 1,1 bilhão (US\$ 343 milhões por parte do BNDES)	Queiroz Galvão
Projeto Hacia el Norte – Rurrenabaque-El- Chorro	Bolívia	US\$ 199 milhões	Queiroz Galvão
Exportação de 127 ônibus	Colômbia	US\$ 26,8 milhões	San Marino
Exportação de 20 aviões	Argentina	US\$ 595 milhões	Embraer
Abastecimento de água da capital	Peru	Não informado	Andrade Guitierrez

peruana – Projeto Bayovar			
Renovação da rede de gasodutos em Montevideo	Uruguai	Não informado	OAS

FONTE: BNDES. <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acessado em 18/10/2015.

Tabela 13

Principais mercadorias da pauta de exportação brasileira para a China, em 2002

NCM – DESCRIÇÃO	US\$ mil FOB	PART. (%)
12- Sementes e frutos oleaginosos.	822.595	32,81
1201- Soja, mesmo triturada.	822.363	32,80
26 – Minérios.	605.397	24,15
2601 - Minérios de ferro e seus concentrados	593.608	23,68
72 - Ferro fundido, ferro e aço	139.495	5,56
7209 – Laminados planos de ferro ou aços não ligados.	41.928	1,67
7207 - Semimanufaturados de ferro ou aços não ligados.	23.285	0,93
7210 – Laminados planos de ferro ou aços não ligados	20.525	0,82
7219 – Laminados planos de aços inoxidáveis	16.979	0,68
7202 – Ferroligas	16.315	0,65

15 – Gorduras, óleos e ceras de origem animal ou vegetal	125.756	5,02
1507 - Óleo de soja	124.156	4,95
SUBTOTAL	1.693.244	67,53
DEMAIS	814.013	32,47
TOTAL	2.507.257	100,00

FONTE: Ministério da Fazenda, Receita Federal do Brasil.

<[Http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/ComerMercadBrasil/2002/BrasilChina/comercio.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/ComerMercadBrasil/2002/BrasilChina/comercio.htm)>. Acessado em 02/11/2015.

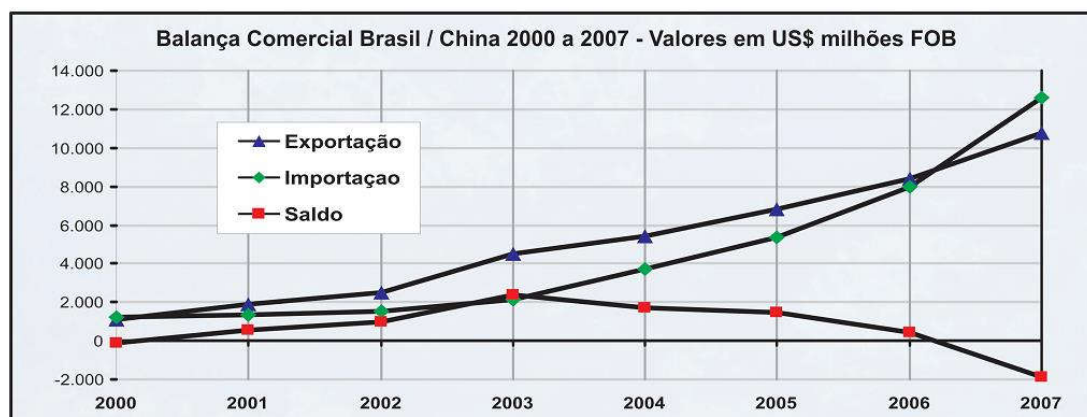
Tabela 14

Exportação Brasileira para a China - Principais Produtos US\$ milhões FOB					
	2007	Part. %	2006	Part. %	Var. % 2007/06
Total	10.749	100,0	8.402	100,0	27,9
Minério de ferro	3.710	34,5	2.629	31,3	41,1
Soja em bruto	2.832	26,3	2.432	28,9	16,4
Petróleo em bruto	840	7,8	836	10,0	0,5
Couros e peles	489	4,5	381	4,5	28,3
Celulose	423	3,9	380	4,5	11,3
Óleo de soja em bruto	310	2,9	113	1,3	174,3
Fumo em folhas	271	2,5	78	0,9	249,2
Ferro-ligas	206	1,9	98	1,2	110,2
Catodos de cobre	200	1,9	0	0,0	-
Madeira serrada	117	1,1	157	1,9	-25,5
Ferro fundido	90	0,8	31	0,4	190,3
Motores para veículos	68	0,6	105	1,2	-34,5
Mármore e granito em bruto	68	0,6	75	0,9	-9,3
Polímeros de etileno	60	0,6	121	1,4	-50,4
Compostos heterocíclicos	50	0,5	23	0,3	118,7
Minério de cobre	48	0,4	34	0,4	39,8
Suco de laranja congelado	45	0,4	43	0,5	4,4
Borracha sintética e artificial	42	0,4	23	0,3	82,2
Demais	879	8,2	843	10,0	4,3

Fonte: SECEX/MDIC.

Gráfico 13

Balança comercial Brasil / China (2000 a 2007)



FONTE: SECEX/MDIC

Tabela 15

Valor das exportações do Brasil em relação ao PIB (com base em dados em dólares a preços de 1995)

1990	7,1
1995	7,9
1998	8,6

FONTE: CEPAL, Anuario estadístico de América Latina y Caribe 1999.

Tabela 16

Distribuição setorial das exportações por países selecionados, nos períodos de 2000-2 e 2007-2009

(Em %)

	Matérias primas	Manufaturas baseadas em recursos naturais	Manufaturas com tecnologia alta, média e baixa	Serviços
Argentina				
2000-2002	42,4	21,2	29,4	7
2007-2009	38,2	23,5	30,4	7,9
Brasil				
2000-2002	23,7	21,8	47,1	7,5
2007-2009	33,6	19,8	39,1	7,4

Chile				
2000-2002	30,9	48	10,8	10,3
2007-2009	34,4	51,4	7,8	6,4
Colômbia				
2000-2002	44,9	15,7	32,4	7
2007-2009	46,6	16,1	32	5,3

FONTE: CEPAL, Panorama de inserción internacional de América Latina y el Caribe 2009-2010.

3 As metas para o Bicentenário

Nos quadros abaixo são apresentadas as 180 metas para serem atingidas no bicentenário da Independência do Brasil, em 2022, divididos em metas para economia, sociedade, infraestrutura e Estado.

Economia
• crescer a 7% ao ano • aumentar a taxa de investimento para 25% • tornar a tributação menos regressiva • reduzir a taxa de inflação para o nível médio dos países emergentes • reduzir o spread bancário para a média dos países emergentes • reduzir a dívida pública a 25% do PIB • alcançar a inclusão financeira de 100% da população adulta • construir uma nova arquitetura institucional do gasto público • modernizar o funcionamento da administração pública • utilizar de forma estratégica o poder de compra e financiamento do Estado • aperfeiçoar o arranjo federativo para a implementação de políticas públicas • garantir gestão eficaz e eficiente dos recursos públicos humanos federais • instituir o Sistema Nacional de Patrimônio Público • duplicar a produção agropecuária • duplicar as exportações agropecuárias • aumentar a produtividade agropecuária em 50% • aumentar os níveis de controle de sanidade • triplicar os investimentos à pesquisa agropecuária • ampliar a área de florestas econômicas em 50% • alcançar autonomia em fertilizantes • ampliar a oferta de informação meteorológica • reduzir à metade a concentração fundiária • regularizar a propriedade da terra • dobrar a produção de alimentos • concluir zoneamento econômico-ecológico de todo o país • aumentar a produção anual da aquicultura sustentável em cinco vezes • aumentar em 50% a captura sustentável da pesca • dobrar o consumo per capita nacional de pescado • gerar um milhão de empregos na atividade pesqueira • quintuplicar as exportações • setuplicar as exportações de produtos de alta e média tecnologia

- elevar o dispêndio privado em pesquisa e desenvolvimento para 1% do PIB
- elevar o dispêndio total em pesquisa e desenvolvimento para 2,5% do PIB
- dobrar o número de bolsas concedidas pelo CNPq e pela CAPES
- ter 450 mil pesquisadores
- alcançar 5% da produção científica mundial
- triplicar o número de engenheiros formados
- dominar as tecnologias de microeletrônica e de produção de fármacos
- decuplicar o número de empresas inovadoras
- decuplicar o número de patentes
- assegurar independência na produção de combustível nuclear
- dominar as tecnologias de fabricação de satélites e veículos lançadores
- reduzir à metade a informalidade no trabalho
- reduzir à metade a rotatividade no emprego
- elevar a escolaridade média do trabalhador para 12 anos
- qualificar toda a força de trabalho
- desonerar a folha de salários sem perda de direitos do trabalhador
- dobrar o número de viagens domésticas
- dobrar a oferta hoteleira
- receber 12 milhões de turistas estrangeiros
- triplicar o número de turistas sul-americanos
- triplicar a oferta da aviação civil para o mercado interno

Sociedade

- erradicar a extrema pobreza
- acelerar a redução da desigualdade na distribuição de renda
- erradicar o trabalho infantil
- garantir a segurança alimentar e o acesso à água a todos os brasileiros
- garantir proteção social a todas as famílias em situação de vulnerabilidade
- garantir a instituição do Fundo Social em Ciência, Tecnologia e Inovação para as políticas sociais
- erradicar o analfabetismo
- universalizar o atendimento escolar de 4 a 17 anos
- atingir as metas de qualidade na educação de países desenvolvidos
- interiorizar a rede federal de educação para todas as microrregiões
- atingir a marca de 10 milhões de universitários
- incorporar a educação artística nos currículos escolares em todos os níveis
- universalizar o acesso aos bens e conteúdos culturais a todos os brasileiros
- atingir cinco livros per capita/ano como índice de leitura nacional
- transformar museus e bibliotecas em equipamentos básicos de atividade pedagógica

- estruturar a cartografia e mapeamento da diversidade cultural
- promover o Brasil à condição de 5º maior produtor de animação
- organizar escolas de formação de artistas, técnicos e gestores de cultura em todos os estados
- relacionar, tomba e preservar todos os monumentos históricos
- ter uma praça de esportes em cada município
- incluir o Brasil entre as dez maiores potências olímpicas
- ampliar a escolaridade juvenil
- assegurar a formação profissional dos jovens
- promover a inclusão digital e tecnológica da juventude
- ampliar o acesso dos jovens à rede de saúde
- assegurar a propriedade da terra à juventude do campo
- reduzir à metade a mortalidade infantil e materna
- alcançar autonomia na produção de insumos estratégicos
- universalizar o programa de saúde da família
- dobrar o gasto público em saúde
- garantir assistência médica e farmacêutica a todos os brasileiros
- universalizar a proteção da previdência social
- ter agências da Previdência em todos os municípios ou consórcios de municípios
- garantir proteção integral a crianças e adolescentes contra toda forma de violência
- eliminar a tortura
- erradicar o trabalho escravo
- completar a transição democrática, assegurando o direito, assegurando o direito à verdade e à memória
- assegurar o exercício de todos os direitos às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida
- superar todas as formas de discriminação contra a população LGBT
- prevenir agravos contra idosos e fortalecer o convívio familiar
- atingir a igualdade salarial entre homens e mulheres
- assegurar a igualdade de gênero nas instâncias mais elevadas do Executivo, Legislativo e do Judiciário
- eliminar todas as formas de violência contra as mulheres
- promover a saúde integral das mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos
- atingir a igualdade salarial entre negros e brancos
- eliminar o diferencial de mortalidade entre negros e brancos
- triplicar o número de estudantes negros nas universidades
- assegurar a igualdade de participação de negros e brancos nas instâncias mais elevadas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário
- titular 100% das terras quilombolas

Infraestrutura

- alcançar 50% da participação de fontes renováveis na matriz energética
- elevar para 60% o nível de utilização do potencial hidráulico

- dobrar o consumo per capita de energia
- instalar quatro novas usinas nucleares
- aumentar o conhecimento geológico do território não-amazônico de 30 para 100%
- aumentar o conhecimento geológico do território amazônico de 15% para 60%
- dobrar a capacidade de transporte de carga
- aumentar em 50% a participação das ferrovias na matriz de transportes
- reduzir em 40% o consumo de combustível fóssil
- dobrar o número de municípios e consórcios municipais atendidos por serviços aéreos
- ter serviços aéreos em todos os municípios ou consórcios municipais na Amazônia
- ampliar a capacidade portuária para 1,7 bilhão de toneladas
- figurar entre os dez países de melhor desempenho logístico
- triplicar a participação da navegação de cabotagem na matriz de transportes
- zerar o déficit habitacional brasileiro
- urbanizar o universo de assentamentos precários
- promover a regularização fundiária de metade do universo de domicílios informais
- implantar corredores de transporte nas cidades com mais de 300 mil habitantes, capitais e regiões metropolitanas
- duplicar a extensão da rede de metrô
- assegurar 100% de acesso a saneamento ambiental em todas as cidades
- assegurar acesso integral à banda larga, à velocidade de 100 Mbps, a todos os brasileiros
- ter em órbita dois satélites geoestacionários brasileiros
- reduzir o desmatamento ilegal a zero
- reduzir em 50% a emissão de gases de efeito estufa projetada para 2022
- tratar de forma ambientalmente adequada 100% dos resíduos sólidos
- aumentar a reciclagem dos materiais em 30%
- aumentar em 100% o volume de esgoto tratado
- garantir a implementação de, no mínimo, 30% do bioma amazônico e de 10% dos demais biomas e da zona costeira e marinha como unidade de conservação
- aumentar para ao menos 18 a participação da região Nordeste no PIB
- garantir oferta de água em quantidade e qualidade para 13 milhões na região Nordeste
- aumentar a área irrigada no Brasil em 3 milhões de hectares, dos quais 300 mil HA na região Nordeste, com aproveitamento de 200 mil HA disponíveis nos perímetros públicos de irrigação
- implantar Coordenadorias Municipais da Defesa Civil em todos os municípios

Estado

- reduzir pela metade o número de homicídios
- reduzir pela metade as mortes no trânsito
- lograr excelência nas investigações criminais e na perícia técnica e científica
- reduzir à metade o número de detidos sem sentença

- implantar um eficiente sistema de proteção aos consumidores
- demarcar todas as terras indígenas e dar sustentação socioeconômica às áreas indígenas demarcadas
- assegurar tratamento digno a todos os presidiários
- assegurar a efetividade da execução da dívida ativa da União
- reduzir em 50% a litigiosidade judicial e administrativa
- implantar e expandir os mecanismos de conciliação e transação com o Estado
- assegurar total transparência das despesas públicas nos três níveis e nos três poderes
- garantir pleno exercício do direito de acesso a informações públicas
- implantar controle interno em 100% dos órgãos e entidades públicas
- implantar as recomendações das Convenções Internacionais Anticorrupção
- assegurar a responsabilização das pessoas físicas e jurídicas envolvidas em corrupção
- reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas
- aprofundar e expandir o MERCOSUL
- decuplicar os recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
- decuplicar a cooperação técnica e financeira com a África
- consolidar a UNASUL
- consolidar o G-20
- consolidar a articulação políticas com os países em desenvolvimento (IBAS, BRICS, ASA, ASPA)
- promover a cooperação internacional para os direitos humanos
- reforçar parcerias estratégicas com países desenvolvidos
- garantir o monitoramento integral das fronteiras terrestres, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo
- lançar ao mar o submarino a propulsão nuclear
- lançar o primeiro veículo lançador de satélites (VLS) construído no Brasil
- reduzir pela metade a oferta de drogas ilícitas e o consumo de drogas em geral
- consolidar instâncias permanentes de negociação federativa e arranjos institucionais de cooperação
- concluir reforma do sistema partidário e eleitoral e do funcionamento do legislativo
- consolidar uma rede nacional de conselhos e gestão interpretativa para as regiões metropolitanas
- consolidar e aprofundar a liberdade de imprensa e a garantia do direito à informação
- consolidar a internet como um terreno de liberdade de expressão
- fortalecer a radiodifusão, com sinal aberto e gratuito a toda a população
- consolidar mecanismos que garantam a efetiva complementaridade entre os meios de radiodifusão comercial, estatal e pública
- garantir o direito de resposta ágil e proporcional nos casos de injúria, difamação e calúnia
- preservar o controle nacional das empresas jornalísticas
- garantir a prevalência do conteúdo nacional na programação de TV e rádio
- fortalecer a produção regional e a produção independente de conteúdo nacional
- fortalecer e multiplicar as TVs e rádios comunitárias
- implantar órgãos responsáveis pela participação social no poder executivo da União, estados e municípios

- universalizar a participação social nos processos de elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas nos três níveis de governo
- elaborar indicadores de participação social nas políticas públicas